

**MARIA APARECIDA BREITWISSER
MACAIA ESPERANÇA**

**AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE APROVAÇÃO DE CRÉDITO
NUMA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA**

Monografia apresentada ao Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Departamento de Contabilidade,
Universidade Federal do Paraná, como
pré-requisito para obtenção do título de
especialista em Auditoria Integral.

Prof. Orientador: Moisés Prates Silveira.

**CURITIBA
2003**

AGRADECIMENTOS

AO NOSSO DEUS

... que renova a criação todos os dias sem se preocupar com o nosso merecimento. Assim, nos criou , nos deu o dom da vida, da inteligência e está sempre presente mostrando-nos o caminho que devemos seguir. A Ele nossa eterna gratidão.

AOS NOSSOS FAMILIARES

... que com carinho, paciência e compreensão nos deram apoio e estímulo durante o curso e para a realização deste trabalho, sempre presentes, serviram-nos de âncora nos momentos difíceis evitando que naufragássemos no desânimo. A eles todo o nosso amor.

AO PROFESSOR MOISÉS PRATES SILVEIRA

... que na qualidade de orientador foi um grande mestre, valorizando cada progresso deste trabalho, sempre mostrando a possibilidade de superarmos nossos próprios limites. Sem o seu apoio, talvez, o nosso desempenho neste trabalho não teria sido o mesmo. A ele o nosso reconhecimento.

AO PROFESSOR BLÊNIO CÉSAR SEVERO PEIXE

... que na qualidade de coordenador do curso de Auditoria Integral, com seu empenho e disposição, nos deu todo o suporte necessário no decorrer do curso, o que nos trouxe maior segurança na busca dos nossos objetivos. A ele o nosso muito obrigado.

AOS DEMAIS PROFESSORES

... que compõem o corpo docente do curso de Auditoria Integral, que com os conhecimentos transmitidos, contribuíram de forma decisiva para o aperfeiçoamento da nossa formação e com sua amizade nos ajudaram a vencer mais esta importante etapa de nossas vidas. A eles seremos sempre gratos.

RESUMO

Autores: Breitwischer, Maria Aparecida. Esperança, Macaia.

Título: Avaliação do Sistema de Aprovação de Crédito numa Instituição Bancária.

Assuntos: Crédito / Risco / Banco / Monografia.

A partir de 1994, as instituições financeiras se defrontaram com uma forte expansão do crédito. Estimulados pela estabilidade, e principalmente, a paridade cambial que inicialmente valorizou a moeda nacional, houve incremento substancial na demanda por moeda. Isso trouxe consequências, particularmente para o negócio “crédito”. A falta de informações que permitissem identificar e controlar os níveis globais de exposição a riscos, associada à deficiência dos processos operacionais na concessão de créditos, levou os bancos a perdas substanciais na carteira de crédito.

Este trabalho se constitui numa proposta de análise comparativa do sistema de avaliação e aprovação de crédito utilizado por uma instituição bancária e a análise de tipologia desenvolvida por Fleuriet, em seu livro “O Modelo Fleuriet – A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras (2003)”.

A Revisão de Literatura realizada em bibliografias de vários autores renomados, que enfocam os aspectos conceituais sobre crédito, finanças, risco, políticas de crédito e técnicas de análise para concessão de crédito, dão respaldo ao trabalho prático realizado mediante análise e avaliação de oito empresas de pequeno e médio porte, escolhidas aleatoriamente e que tiveram créditos deferidos no período de 1994 a 2002.

A análise técnica, que estudou os indicadores econômico-financeiros das empresas avaliadas, teve por base os dados reais extraídos dos demonstrativos financeiros das empresas escolhidas. O estudo revela que a crescente necessidade de conhecimento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional levou o banco a promover investimentos para implementação de sistemas que permitam a mensuração e melhor gerenciamento desses riscos.

É possível perceber o resultado dessas ações no estudo de casos apresentados no tópico “4” – Resultado das Discussões. No início do período estudado percebe-se maior exposição do banco aos riscos de crédito. Já as amostras avaliadas no final do período demonstram a minimização desses riscos em decorrência da melhoria das técnicas de análise de crédito.

LISTA DE SIGLAS

AC	-	Ativo Circulante
ACC	-	Ativo Circulante Cíclico
ACF	-	Ativo Circulante Financeiro
APR	-	Ativo Ponderado pelo Risco
BNDS	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	-	Balanço Patrimonial
BACEN	-	Banco Central do Brasil
BB	-	Banco do Brasil
CCL	-	Capital Circulante Líquido
CDG	-	Capital de Giro
CEF	-	Caixa Econômica Federal
CF	-	Ciclo Financeiro
CO	-	Ciclo Operacional
COPOM	-	Comitê de Política Monetária
CE	-	Composição das Exigibilidades
CMN	-	Conselho Monetário Nacional
CVM	-	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	-	Demonstração do Resultado do Exercício
DLPA	-	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	-	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	-	Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos
EG	-	Endividamento Geral
ET	-	Efeito Tesoura

FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GA	-	Giro do Ativo
IOG	-	Investimento Operacional em Giro
IPL	-	Imobilização do Patrimônio Líquido
LC	-	Liquidez Corrente
LG	-	Liquidez Geral
LS	-	Liquidez Seca
ML	-	Margem Líquida de Lucro
MOL	-	Margem Operacional de Lucro
NGC	-	Necessidade de Capital de Giro
RFR	-	Relação entre as Fontes de Recursos
RI	-	Retorno Sobre Investimento Total
RPR	-	Rentabilidade do Patrimônio Líquido
PC	-	Passivo Circulante
PCC	-	Passivo Circulante Cíclico
PCF	-	Passivo Circulante Financeiro
PIB	-	Produto Interno Bruto
PL	-	Patrimônio Líquido
PLE	-	Patrimônio Líquido Exigido
PMC	-	Prazo Médio de Compras
PME	-	Prazo Médio de Estoques
PMR	-	Prazo Médio de recebimento
POSA	-	Passivo Oneroso sobre Ativo Total
ST	-	Saldo de Tesouraria

SUMÁRIO

	Pág.
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	3
2.2. PRINCIPAIS ÓRGÃOS NORMATIZADORES DO SISTEMA FINANCEIRO.....	3
2.3. MERCADO FINANCEIRO.....	6
2.4. DIFINIÇÃO DO PREÇO DE DINHEIRO.....	7
2.5. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	7
2.6. OS BANCOS E SUA IMPORTÂNCIA.....	8
2.7. RISCOS DA ATIVIDADE BANCÁRIA.....	10
2.7.1. RISCO DE LIQUIDEZ E CAPTAÇÃO.....	11
2.7.2. RISCO DE CRÉDITO.....	11
2.7.3. RISCO DA GESTÃO DOS FUNDOS.....	12
2.7.4. RISCO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE.....	13
2.7.5. RISCO DE MERCADO E TAXAS DE JUROS.....	13
2.7.6. RISCO DA ESTRUTURA DE CAPITALIS - ACORDO DE BASILÉIA.....	14
2.8. CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO NA ATIVIDADE BANCÁRIA.....	15

2.9.	O CRÉDITO NO SISTEMA FINANCEIRO.....	18
2.10.	ANÁLISE DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	20
2.11.	POLÍTICA DE CRÉDITO.....	22
2.11.1.	OS PRINCIPAIS COMPONENTES DE UMA POLÍTICA DE CRÉDITO.....	24
2.11.2.	LIMITE DE CRÉDITO.....	27
2.12.	AVALIAÇÃO DE CRÉDITO PARA PRECIFICAÇÃO DOS RISCOS.....	29
2.12.1.	ANÁLISE SUBJETIVA.....	30
2.12.2.	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	33
2.12.3.	ANÁLISE DE IDONEIDADE.....	33
2.12.4.	ANÁLISE DE NEGÓCIO.....	34
2.12.5.	ANALISE CONTÁBIL E FINANCEIRA.....	34
2.12.6.	ANALISE CADASTRAL.....	35
2.12.7.	VISITA AS EMPRESAS.....	35
2.13.	CONTABILIDADE GERENCIAL.....	36
2.14.	CONTABILIDADE GERENCIAL E CONTABILIDADE FINANCEIRA.....	37
2.15.	PRINCIPAIS RELATÓRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	39
2.15.1.	BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	39
2.15.2.	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE).....	40
2.16.	ANÁLISE DE BALANÇO	41
2.16.1.	ANÁLISE VERTICAL.....	43

2.16.2.	ANÁLISE HORIZONTAL.....	43
2.17.	ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	44
2.17.1.	ANÁLISE ECONÔMICA.....	45
2.17.2.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	47
2.18.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	48
2.18.1.	INDICADORES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL.....	49
2.18.2.	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	53
2.18.3.	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	56
2.18.4.	INDICADORES DE PRAZOS MÉDIOS.....	59
2.19.	CICLO OPERACIONAL E FINANCEIRO.....	61
2.20.	CAPITAL DE GIRO.....	62
2.20.1.	CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL).....	63
2.21.	NECESSIDADE DO CAPITAL DE GIRO (NCG).....	64
2.21.1.	TIPOS DE NCG.....	64
2.21.2.	FONTES DE COBERTURA DA NCG.....	65
2.22.	EFEITO TEUSOURA.....	66
2.23.	SALDO DE TESOURA (ST).....	66
2.24.	CONFIGURAÇÕES ENTRE CCL, IOG E O ST.....	68
3.	METODOLOGIA.....	73
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
4.1.	INTRODUÇÃO.....	74
4.2.	EMPRESA “A”	76
4.3.	EMPRESA “B”	85
4.4.	EMPRESA “C”	95
4.5.	EMPRESA “D”	105

4.6.	EMPRESA “E”	115
4.7.	EMPRESA “F”	125
4.8.	EMPRESA “G”	135
4.9.	EMPRESA “H”	145
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
7.	ANEXOS.....	160

1. INTRODUÇÃO

A oferta de crédito pelas instituições financeiras é um importante recurso estratégico, para atender as necessidades de capital de giro e financiamento de investimentos das empresas produtivas, que movimentam a atividade econômica do país.

O crédito, no entanto, é uma relação de confiança entre o tomador e o prestador. Nesse contexto, o crédito no sistema financeiro refere-se à troca de um valor monetário (dinheiro) por uma promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do fator risco.

O gerenciamento do risco é um processo no qual as exposições de uma instituição ao risco são detectadas, medidas e controladas.

No Brasil, a partir de junho de 1994, o Plano Real definiu um novo contexto econômico provocado pelo estancamento do processo inflacionário desenfreado existente até então e, conseqüentemente, pela estabilização da economia.

A efetiva redução da inflação trouxe para a atividade bancária um significativo aumento na demanda por créditos. Os bancos, por sua vez, para compensar a queda de receitas originárias por ganhos com a inflação, passaram a facilitar o acesso dos tomadores a linhas de crédito. A conseqüência imediata foi o aumento da concessão de empréstimos, em parte impulsionado pela possibilidade de obtenção de taxas de retorno atrativas (*spreads*).

Paralelamente ao aumento na concessão de crédito os bancos passaram a assumir maior exposição aos riscos de inadimplência, decorrentes da maior

concentração de negócios com clientes inadimplentes. Com isso tornou-se ainda mais importante a tarefa de análise e monitoramento de risco de crédito, o que levou os bancos a promoverem constantemente investimentos em recursos materiais e humanos para amenizar as perdas com não recebidos.

Considerando a importância do tema, e principalmente, a relevância da função crédito para o desenvolvimento do sistema produtivo de qualquer nação, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, se constitui numa proposta de levantamento e avaliação das técnicas de aprovação de créditos utilizadas por uma instituição financeira, ao conceder crédito na conjuntura atual de incertezas, principalmente, em relação à volatilidade cambial e ante ao crescente avanço dos níveis de inadimplência.

No tópico “2 – Revisão de Literatura” é apresentada toda a fundamentação teórica que sustenta o estudo de casos apresentados do tópico “4 – Resultado das Discussões”. Resumidamente a fundamentação teórica destaca os assuntos relacionados ao negócio crédito, políticas de créditos no sistema financeiro, conceitos de riscos e sua concepção sob a ótica do crédito, contabilidade gerencial envolvendo a conceituação da análise econômico-financeira e seus desdobramentos, conceituação sobre a análise de tipologia sugerida por Fleuriot, em seu livro “O Modelo Fleuriot – A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras”

O tópico Resultado das Discussões apresenta análise comparativa das práticas de concessão de créditos utilizadas por uma instituição financeira e o modelo Fleuriot de análise de tipologia.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro nacional nada mais é do que o conjunto dos órgãos normatizadores e instituições financeiras, bancárias e não-bancárias, que interagem para otimizar o fluxo de recursos entre os agentes financeiros da economia.

No Sistema Financeiro, existem os órgãos normatizadores, que regulamentam e fiscalizam, e instituições financeiras, que fazem a intermediação financeira entre os agentes ofertadores e os agentes tomadores de recursos.

2.2. Principais Órgãos Normatizadores do Sistema Financeiro Nacional

- a) Conselho Monetário Nacional (CMN) – entidade máxima do sistema, responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial do País. É formado pelo Ministro da Economia, Ministro do Planejamento e pelo presidente do Banco Central.
- b) Banco Central do Brasil (BACEN) – órgão executor das decisões do CMN, tem por responsabilidade cumprir e fazer cumprir as disposições e normas expedidas por aquele Conselho. Além disso, exerce as seguintes funções:
 - banco dos bancos: acolhe as reservas compulsórias dos bancos e presta assistência creditícia a esses bancos;
 - gestor do Sistema Financeiro Nacional: emite normas e autorizações, fiscaliza e intervém;

- emissor de moedas;
 - banqueiro do governo: administra a dívida pública interna e externa, atua como fiel depositário das reservas internacionais e financia o Tesouro Nacional.
- c) Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – órgão voltado especificamente para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações, debêntures, opções, etc).

Entre os órgãos que exercem a função de intermediação existem os agentes especiais e as demais instituições bancárias e não bancárias.

São agentes especiais:

- a) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – responsável pela política de investimentos de longo prazo do Governo Federal. Financia projetos e empresas, administrando fundos e programas especiais de fomento;
- b) O Banco do Brasil (BB) – conglomerado financeiro que opera como banco comercial, como principal executor da política de crédito rural e prestador de serviços ao Governo Federal.

Entre as demais instituições bancárias e não bancárias encontram-se os bancos comerciais, cuja função básica é agir como elo financeiro entre os doadores e os tomadores de recursos, entre elas destacamos as principais:

- a) Caixa Econômica Federal (CEF) – responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para habitação popular e saneamento básico, administra os recursos do FGTS e também opera como banco comercial;
- b) Demais bancos comerciais e de desenvolvimento – instituições que têm como função básica ofertar crédito de médio e longo prazo, a fim de financiar a produção e o desenvolvimento do País;
- c) Cooperativas de Crédito, as Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários, as Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, as Sociedades de Arrendamento Mercantil, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento(Financeiras).

Organograma do Sistema Financeiro Nacional

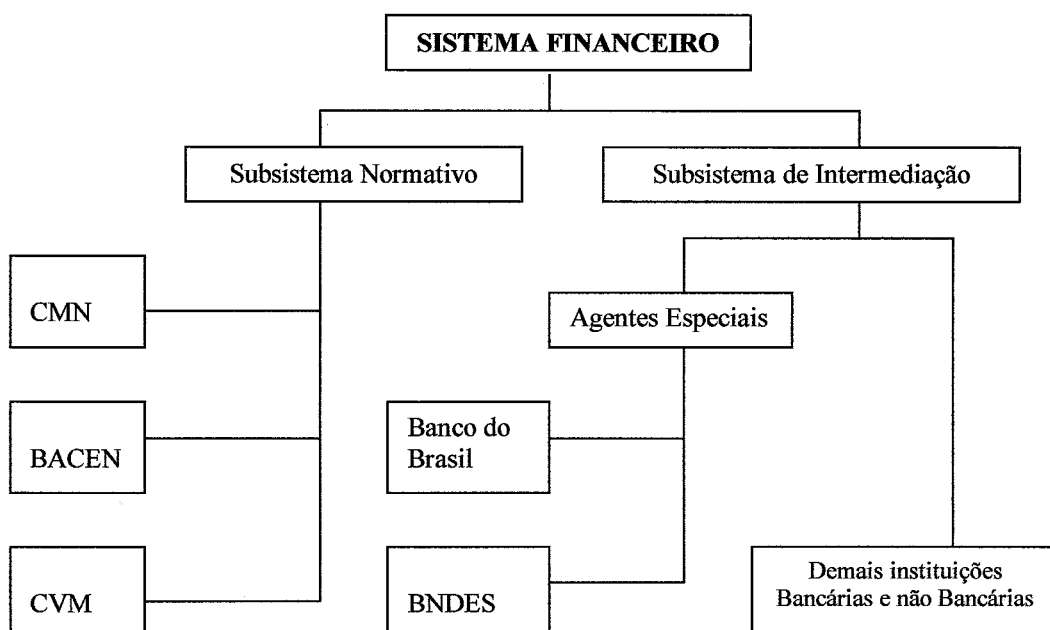


Figura 1. Fonte: Banco do Brasil. Curso Básico de Finanças, p.21

2.3. Mercado Financeiro

Mercado financeiro é, o local onde o dinheiro é intermediado, oferecido e procurado, por meio de canais de comunicação.

A dinâmica do Mercado Financeiro é exercida pelos agentes econômicos do País. O desenho esquemático abaixo mostra a inter-relação entre eles.

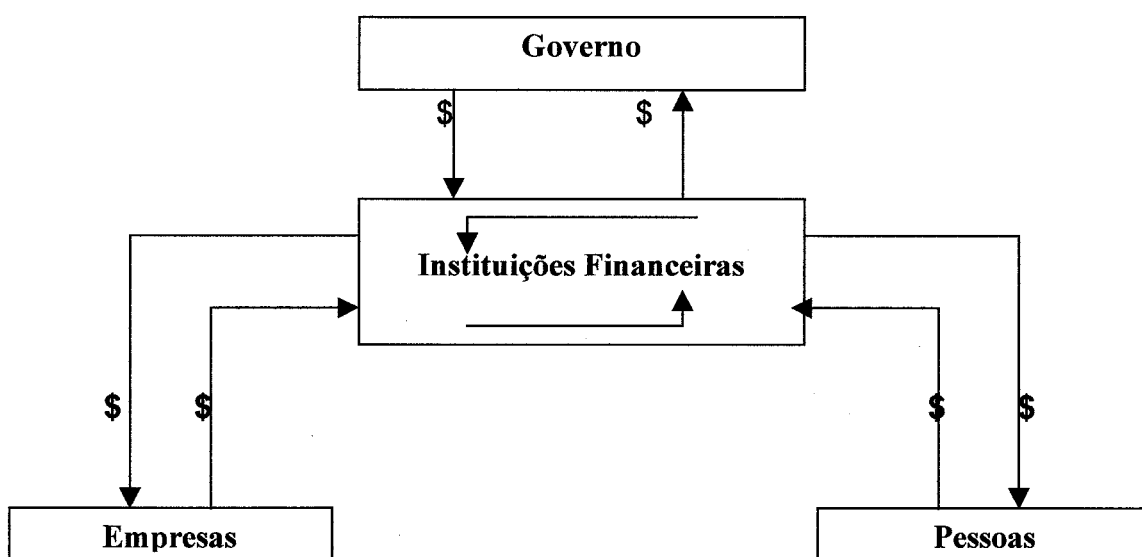


Figura 2. Fonte: Banco do Brasil. Curso Básico de Finanças, p.18

Como é possível observar, os recursos migram entre pessoas, empresas e governo, através das instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Os agentes econômicos, pessoas físicas e jurídicas, ofertam e tomam recursos através das instituições financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional. Os agentes superavitários desejam obter a melhor remuneração para seu dinheiro. Os tomadores, por sua vez, desejam pagar o menor preço pelos recursos de que necessitam.

Compete às instituições financeiras, enquanto intermediadoras, definir um preço do dinheiro. Esse é o processo de formação das taxas de juros que, além de cobrir seus custos operacionais e proporcionar lucro, deve atender da melhor maneira possível, o interesse dos ofertadores e tomadores de recursos.

2.4. Definição do Preço do Dinheiro

As taxas, tanto as pagas como as cobradas, definidas pelos agentes financeiros partem da taxa básica de juros. Mensalmente, ou quando necessário, o Comitê de Política Monetária (COPOM) se reúne para definição dessa taxa e do viés (tendência de baixa, neutro ou de alta). Uma vez definida a taxa, o Banco Central efetua leilões de títulos públicos no exercício da Política Monetária e na gestão da dívida pública. Nos leilões os títulos são colocados junto às instituições financeiras no *mercado primário*.

O mercado primário é aquele em que o BACEN, via leilão, lança títulos públicos, vendendo-os aos bancos, corretoras ou distribuidoras por ele escolhidos, que participam dos leilões por si e por representação das demais entidades financeiras (BANCO DO BRASIL, 1998, p. 22-24).

2.5. Instituições Financeiras

Segundo o conteúdo do Curso Básico de Finanças (BANCO DO BRASIL, 1998, p.18), Instituições financeiras são “organizações que têm a finalidade de propiciar condições favoráveis para a manutenção do fluxo de recursos entre os

agentes que têm sobra (ofertadores) e agentes que necessitam de recursos (tomadores), o que possibilita maior eficiência do setor produtivo da economia”.

Os bancos são as instituições mais populares e mais importantes da estrutura do mercado financeiro, pela sua abrangência. De acordo com a segmentação do mercado, os bancos se classificam da seguinte forma:

- a) bancos de negócios – se dedicam à intermediação de grandes operações, tradicionalmente conhecidas como de engenharia financeira;
- b) bancos de varejo – trabalham com muitos clientes, independente de tamanho, o grande público;
- c) bancos de atacado – trabalham com poucos e grandes clientes.

2.6. Os Bancos e Sua Importância

Dentre os diversos setores responsáveis pelo desenvolvimento econômico de um país três deles concentram diversas atividades de extrema importância. O setor primário cumpre o papel de fornecimento de alimentos e matérias-primas para a indústria, que por sua vez é responsável pela produção de bens que irão atender às necessidades de consumo. O comércio leva os bens produzidos até a população, cumprindo o importante papel de distribuição. Já o setor de serviços, ganha cada vez mais, espaço com o desenvolvimento econômico das nações. Nesse contexto o segmento financeiro, como parte especializada do setor de serviços, tem participação representativa no Produto Interno Bruto (PIB) de um país. A função de intermediação financeira é, sem sombra de dúvidas, grande

facilitadora para a consecução dos objetivos de diversos outros segmentos da atividade econômica.

O sistema financeiro consiste em um conjunto de instrumentos e instituições financeiras, que funcionam como meios pelos quais as pessoas podem maximizar o lucro, criando e trocando direitos de receber moeda ou outros ativos. Na sua ausência os poupadores teriam que guardar moedas ou comprar bens e estocar. As empresas não teriam recursos para financiar suas necessidades de capital de giro e de investimentos.

Desse modo a intermediação financeira oferece alguns benefícios para os agentes econômicos, sendo que os principais estão listados abaixo:

- a) avaliação de risco – os agentes econômicos em geral não são especialistas em avaliar os riscos decorrentes das atividades econômicas. Nesse sentido, o intermediário financeiro estará muito mais preparado para essa tarefa, propiciando maior segurança ao aplicador financeiro.
- b) Custos de cobertura de riscos – considerada a amplitude de atuação do intermediário financeiro, quanto às regiões geográficas e aos seguimentos de atuações econômicas, é possível que os custos de cobertura dos diversos riscos existentes sejam barateados.
- c) Facilidade de obtenção de recursos – a existência de intermediários financeiros facilita o processo de localização pelos agentes econômicos deficitários a encontrarem recursos de que necessitam no momento exato e de forma adequada às suas

necessidades, ou seja, quanto aos volumes, prazos e formas de pagamento.

- d) Incentivo à poupança – na esfera macroeconômica, é possível elevar o nível de formação de capital, estimulando a poupança. Pequenos valores, até grandes excedentes de capital, podem ser transacionados, possibilitando maior fluxo agregado de poupança e também maiores níveis de dispêndio.
- e) Maiores ganhos de eficiência – para igual volume de formação de capital, a intermediação financeira pode conduzir a ganhos de eficiência de produção. Por meio do financiamento indireto, é possível melhor alocação de um maior volume de recursos para obtenção de maior retorno.

2.7. Os Riscos da Atividade Bancária

A atividade bancária de intermediação financeira consiste no processo de captar e emprestar recursos. Além disso os bancos prestam diversos serviços que complementam o atendimento de determinadas necessidades das pessoas. O produto de um banco é o dinheiro, por isso está exposto a maiores riscos. A intermediação financeira tem como matéria-prima os depósitos efetuados pelos clientes, ao mesmo tempo em que os produtos finais são os empréstimos e financiamentos. Administrar dinheiro envolve técnicas e responsabilidades próprias da atividade. Dinheiro é muito mais sensível que outros produtos e seu gerenciamento exige muito mais cautela e cuidado. Um banco é uma instituição

que vive de avaliar e assumir riscos e tem forte responsabilidade perante a comunidade, seus empregados, o governo e seus acionistas. De modo geral os principais riscos da atividade bancária são os a seguir apresentados.

2.7.1. Risco de Liquidez e Captação

O risco da liquidez diz respeito à própria capacidade de solvência do banco, estando diretamente relacionado com capacidade e facilidade da instituição em obter fundos, a um custo compatível, para cumprir os compromissos junto aos seus depositantes, bem como para efetuar novos empréstimos e financiamentos aos clientes demandadores de recursos. O risco de liquidez envolve a capacidade de conversão dos títulos de crédito em caixa dentro dos prazos estipulados(adimplência), assim como, a facilidade de captação de recursos a custos menores do que o preço do dinheiro emprestado(*spread*, que é diferença entre as taxas de captação e aplicação). Para um banco, portanto, a liquidez é fundamental para garantir aos depositantes a recuperação dos seus depósitos em datas futuras. O atendimento às necessidades de liquidez de um banco envolve complexidade no balanceamento entre empréstimos e depósitos.

2.7.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de que o capital emprestado não retorne, em função de características do cliente, da operação, da conjuntura ou da combinação de todos esses elementos.

Cada vez que um banco concede um empréstimo ou um financiamento está assumindo o risco de não receber, ou seja, o cliente pode não cumprir a promessa de pagamento. As razões que levam o cliente ao não-cumprimento da promessa podem estar relacionadas ao seu caráter, a sua capacidade de gerir os negócios, aos fatores externos ou sua incapacidade de gerar caixa. Mesmo a garantia não devendo ser o fator decisivo para concessão do empréstimo ou de um financiamento, alguns tipos de operações devem ser respaldadas por garantias que equilibrem e compensem as fraquezas relacionadas às demais variáveis implícitas do risco de crédito.

2.7.3. Risco da Gestão dos Fundos

O gerenciamento dos fundos de um banco deve levar a instituição a uma condição de ser segura, líquida e rentável, buscando sempre o equilíbrio entre essas três condições. Na prioridade da administração dos fundos, um banco deve focar primeiramente a liquidez, visando o atendimento às necessidades previsíveis de recursos para atendimento dos saques de seus clientes, bem como às solicitações de empréstimo. O segundo objetivo é a segurança. Nesse aspecto o banco deve evitar riscos indevidos e que ameacem os depósitos a ele confiados. O terceiro objetivo é a lucratividade, que também não pode ser negligenciada. Como qualquer outra empresa os bancos são constituídos para serem lucrativos. A integração e harmonização da liquidez ao crédito e à lucratividade constituem um centro de gerenciamento global do risco.

2.7.4. Risco de Administração e Controle

O outro grande centro de risco está relacionado à estrutura de administração, controle e apoio logístico de um modo geral. O mundo moderno nos negócios está impondo cada vez mais estruturas enxutas e ágeis. No conjunto de variáveis relacionadas ao risco de administração e controle, três grandes dimensões são visualizadas:

- a) dimensão estratégica – é a capacidade de identificar e explorar de forma competente as oportunidades de negócios propiciadas pelo mercado, ao mesmo tempo identificando as ameaças que o próprio mercado oferece;
- b) dimensão organizacional – deve permitir a operacionalização das estratégias definidas, suprimindo a direção com informações adequadas para avaliação de resultados e para um adequado controle;
- c) dimensão tecnológica – deve dar respaldo operacional e poder de competição. Para sobreviver a um mercado competitivo são necessários recursos tecnológicos adequados, para uma prestação de serviços que satisfaça plenamente o cliente.

2.7.5. Risco de Mercados e Taxas de Juros

As mudanças na economia e na política de modo geral, impactam de forma direta as atividades bancárias. As normas emanadas das autoridades monetárias alteram as regras relativas aos prazos de empréstimos e financiamentos,

aos níveis de depósitos compulsórios a serem feitos no Banco Central do Brasil, à capacidade de pagamento das empresas e às taxas de juros praticadas no mercado, entre outras conseqüências.

Nos empréstimos concedidos um banco cobra taxa de juros suficiente para cobrir o custo de captação, pagar suas despesas operacionais e ainda remunerar seus acionistas. Para captar recursos junto ao mercado, o banco precisa oferecer taxas de juros que sejam atraentes para os ofertadores de fundos. As flutuações das taxas de juros no mercado fazem com que seja necessário que um banco capte recursos a preço inferior ao que aplica e ao mesmo tempo tenha os prazos de captação compatibilizados com os de aplicação. Se um banco fizer aplicações por prazos relativamente longos, e as taxas de juros subirem inesperadamente, é certo que os ofertadores (os depositantes) irão querer taxas maiores ou retirarão seus fundos do banco para aplicarem em outro banco ou em outra alternativa de investimento mais rentável. Daí ser necessário que os prazos de captação estejam compatibilizados com os de aplicação.

2.7.6. Risco da Estrutura de Capitais – Acordo de Basiléia

O Acordo de Basiléia foi firmado entre os Bancos Centrais dos países mais ricos do mundo (G –10), que são: Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia, em Julho de 1988, em Basiléia – Suíça. Posteriormente outros países, dentre os quais o Brasil, aderiram a ele. Seus principais objetivos são:

- a) reforçar a liquidez e a estabilidade do sistema bancário internacional;

- b) proporcionar igualdade competitiva entre os bancos;
- c) padronizar as normas de supervisão bancária, quanto ao patrimônio de referência compatível como grau de risco da estrutura dos ativos.

Esse último objetivo refere-se ao grau de alavancagem dos bancos. Como os ativos de uma instituição financeira são diversificados, apresentam níveis de riscos diferentes.

O Comitê de Basiléia de Supervisão Bancária definiu o capital mínimo dos bancos com base nos seus ativos, ou seja o número de vezes que o ativo de um banco pode superar o seu patrimônio de referência.

No Brasil, a adequação das instituições aos padrões recomendados pelo Comitê de Basiléia veio através da Resolução nº 2.099, do BACEN, de 17/08/94, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, que definiu as normas relativas ao valor do patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

No acordo de Basiléia o G-10 fixou o percentual de 8% a ser aplicado sobre o ativo ponderado de risco. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional, por julgar que as instituições financeiras nacionais estão sujeitas a risco mais elevado, fixou esse índice em 11%.

2.8. Classificação do Risco de Crédito na Atividade Bancária

No Brasil, a Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do Banco Central do Brasil, determinou as escalas de classificação de risco e fixou os respectivos

percentuais de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa. Do ponto de vista de uma instituição financeira, a graduação do risco de crédito do cliente cumpre duplo papel. Primeiro, serve como referencial para identificar a chance de perda de uma determinada operação e, dessa forma, orientar na precificação do empréstimo ou financiamento. Segundo, atende às exigências das autoridades monetárias do país.

A classificação adotada pela Resolução nº 2.682/99 definiu as classes de risco e o respectivo provisionamento para as operações de crédito abrigadas em cada classe:

<i>Classes de Risco</i>	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
<i>Provisionamento</i>	0.0%	0.5%	1.0%	3.0%	10%	30%	50%	70%	100%

Fonte: SILVA. Gestão e Análise de Risco de Crédito, 2000, p. 76.

Entre outros assuntos tratados a Resolução nº 2.682 definiu que a classificação das operações deve considerar, no mínimo, os seguintes fatores:

Em relação ao devedor:

- a) situação econômico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geração de resultado;
- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade dos controles;
- f) pontualidade e atrasos de pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica.

Em relação à operação;

- a) natureza e finalidade;
- b) suficiência de liquidez;
- c) valor.

O critério de classificação separa o risco do cliente (risco intrínseco) do risco da operação propriamente dita. No risco do cliente são considerados atributos como a situação econômico-financeira, administração e controle, pontualidade e atrasos de pagamentos, contingências e setor de atividade econômica. A natureza, finalidade, valor e garantias são considerados para o cálculo do risco da operação (SILVA. 2000, p.75-76).

Os clientes de crédito de um banco, pessoas jurídicas, são classificados em cinco níveis de risco conforme abaixo:

- a) Risco A - Mínimo;
- b) Risco B - Aceitável;
- c) Risco C - Médio;
- d) Risco D - Considerável;
- e) Risco E - Alto.

A classificação de risco e o limite de crédito são parâmetros internos de um banco para fins operacionais.

A avaliação de riscos consiste na identificação e análise de riscos, que podem ser internos ou externos à organização e que constituem obstáculos ao alcance de seus objetivos. Esta avaliação deve considerar a severidade dos riscos, a

freqüência com que ocorrem, seus níveis de impacto e como se pretende administrá-los.

2.9. O Crédito no Sistema Financeiro

Conceituação de crédito:

“A palavra crédito deriva do latim *“credere”* que significa acreditar, confiar. Nesse contexto, quem concede crédito acredita, confia que o tomador vai honrar seus compromissos nas datas aprazadas” (PAIVA, 1997, p 3).

“Em finanças o vocábulo crédito define um instrumento de política financeira a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial, na venda a prazo de seus produtos, ou por um banco comercial na concessão de empréstimos e financiamentos, mediante uma promessa de pagamento num prazo futuro” (DA SILVA, 1993, p. 22).

“Crédito é um rio caudaloso que alimenta as turbinas da economia. Quanto maior o volume e a velocidade da água, maior é a geração de eletricidade à disposição dos consumidores de bens e serviços, maior a intenção de investir na produção desses bens” (ROCHA, 1997, p. 35).

Os dois primeiros conceitos remetem à idéia de que crédito pressupõe crença, confiança de que alguém cumpra obrigações ou compromissos perante outro. Nesse contexto crédito implica a existência de uma relação de confiabilidade entre dois ou mais agente. Conceder crédito a alguém, pessoas físicas ou jurídicas, significa transferir a posse de ativos mediante um compromisso de pagamento futuro.

O terceiro conceito trata o crédito como fomento da economia de um país. Sob as regras da política econômica adotada pelo governo vivem todos os que concedem e os que demandam créditos: banqueiros, indústrias, comerciantes, prestadores de serviços e consumidores.

O Banco Central é o gestor da política monetária, atuando de acordo com a conveniência da política econômica. Aumenta ou diminui os depósitos compulsórios em moeda que os bancos são obrigados a recolher, estica ou encurta os prazos de financiamentos ao consumo e à produção, eleva ou reduz as taxas de juros praticadas pelo mercado.

Em outras palavras o Banco Central é o gestor do dinheiro que circula no país. Conhecer suas normas e sinalizações é fundamental para a sobrevivência de empresas cedentes de crédito. Todo profissional envolvido com o crédito precisa, pelo menos, conhecer as regras básicas do Banco Central, particularmente aquelas que obrigam à obediência aos princípios da diversificação, seletividade, liquidez e garantia das operações de crédito.

Uma operação de crédito expressa, portanto, uma demonstração de confiança do credor no devedor e a disposição do primeiro em assumir o risco inerente. Surge, então, a necessidade de se medir qual é esse risco.

A análise de crédito é uma ferramenta indispensável para uma boa decisão de crédito. A análise de crédito consiste em um estudo da situação global de um tomador de crédito, visando à elaboração de uma parecer que retrate, de forma clara e objetiva, o desempenho econômico-financeiro do mesmo. Esse estudo é realizado não só mediante a avaliação de suas demonstrações financeiras, como também da sua capacidade administrativa, das condições do seguimento a que pertence, além de aspectos políticos e econômicos.

2.10. Análise de Crédito Bancário

Análise é um processo de investigação e reflexão com determinada finalidade. Analisar consiste em decompor, separar o todo em partes, examinando com minúcia cada uma delas, para buscar as causas e conseqüências dos pontos fortes e fracos, com vista a emitir juízo sobre o todo analisado.

Analisar um cliente – análise de crédito – é estudá-lo em todos os aspectos que possam influenciar uma decisão, buscando identificar os riscos envolvidos e emitindo parecer conclusivo sobre suas condições, capacidade, caráter e situação econômico-financeira.

O objetivo da análise de clientes para fins de crédito é conhecer o tomador de recursos, para que se decida se o risco oferecido é aceitável.

Numa instituição financeira, assim como para qualquer prestador, o principal objetivo da análise de crédito é identificar os riscos nas situações de empréstimo, evidenciar conclusões quanto à capacidade de pagamento do tomador, e fazer recomendações relativas à melhor estruturação e tipo de empréstimo a

conceder. Esse trabalho envolve a avaliação das reais necessidades financeiras do cliente, dos riscos identificados e deve manter, adicionalmente, sob perspectiva a maximização dos resultados do prestador.

A análise será tão mais consistente, quanto mais presente, se valiosas forem a quantificação dos riscos identificados e a viabilidade de se estabelecer convicção do retorno dos capitais emprestados nos prazos convencionados.

Em qualquer situação de concessão de empréstimo há basicamente três etapas distintas:

- a) análise retrospectiva – é avaliação do desempenho histórico do tomador, com ênfase no passado. Identifica os maiores fatores de risco inerentes a atividade do solicitante do empréstimo, e como estes riscos foram atenuados a fim de denunciar eventuais dificuldades quanto ao almejado sucesso do mesmo em resgatar os valores tomados junto ao prestador.
- b) análise de tendências - é a projeção da condição financeira futura do tomador, associada à ponderação acerca de sua capacidade de suportar certo nível de endividamento oneroso, aí incluído o financiamento em análise.
- c) Capacidade creditícia - é decorrente das duas etapas anteriores, tendo sido avaliado o atual grau de risco que o tomador potencial apresenta, bem como o provável grau de risco futuro, deve-se chegar a uma conclusão relativa à sua capacidade creditícia e, conseqüentemente, à estruturação de proposta de crédito, em que o empréstimo pleiteado possa ser amortizado em consonância com

certo fluxo de caixa futuro, em condições tais que seja sempre preservada a máxima proteção do prestador contra eventuais perdas.

A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada (SHRICKEL, 1998, p.27).

2.11. Política de Crédito

Segundo Silva, em administração de empresas, políticas são instrumentos que determinam padrões de decisão para resoluções de problemas semelhantes. Determinado problema que surge ocasionalmente pode exigir uma tomada de decisão singular, segundo suas peculiaridades, não sendo passível estabelecer-se políticas. Quando, entretanto, tratar-se de fatos repetitivos, recomenda-se a adição de uma política de resolução (SILVA, 2000, p. 102).

Para Jucius e Schlender, citado por da Silva, as políticas proporcionam orientação uniforme e consistente nos casos de problemas, questões ou situações que se repetem freqüentemente.

Continuando a citação de Silva, a política de crédito é também chamada de “padrões de crédito”, sendo seu objetivo básico a orientação nas decisões de crédito, face dos objetivos desejados e estabelecidos. Nesse contexto, política de crédito é:

- a) um guia para a decisão de crédito, porém, não é a decisão;
- b) rege a concessão de crédito, porém não concede o crédito;
- c) orienta a concessão de crédito para o objetivo desejado, mas não é o objetivo em si.

A política de crédito está relacionada diretamente com as aplicações de recursos de natureza operacional e pode envolver expressivos volumes de investimentos. No Balanço Patrimonial de um banco comercial, por exemplo, a rubrica “operações de crédito” no ativo circulante é maior que o valor do patrimônio líquido. O mesmo ocorre no balanço de uma empresa comercial. Normalmente a rubrica “duplicatas a receber” apresenta valor bem superior ao montante ao seu patrimônio líquido.

Ao estabelecer uma política de crédito, diversos fatores deverão ser analisados. Numa empresa que vende a prazo, uma política mais liberal poderá aumentar seu volume de vendas, porém exigirá maior investimento em duplicatas a receber e em estoques, isso poderá comprometer sua liquidez, se sua capacidade de geração de recursos internos (capital de giro) não for suficiente para garantir o aporte de capital necessário ao aumento dos investimentos.

Os bancos, em geral, tendem a ter critérios rigorosos na concessão de crédito, pois o prejuízo decorrente do não recebimento de uma operação de crédito, representará a perda do montante do capital emprestado.

Ante o exposto, a Política de Crédito, refere-se a uma parte normativa, como uma condição facilitadora e orientadora na consecução dos empréstimos e financiamentos. Na intermediação financeira, o banco capta recursos dos clientes

aplicadores e os repassa para os clientes tomadores, ou seja, aos agentes econômicos cujo dispêndio são superiores à renda (SILVA, 2000, p. 104).

2.11.1. Os Principais Componentes de Uma Política de Crédito

Para Silva os fatores que interferem e os que devem ser abrangidos por uma política de crédito, resumidamente podem ser citados:

- a) as normas legais;
- b) a definição estratégica do banco;
- c) os objetivos a serem alcançados;
- d) a forma de decisão e de delegação de poder;
- e) os limites de crédito;
- f) a análise de crédito;
- g) a composição e a formalização dos processos;
- h) a administração e o controle de crédito.

Um banco ao definir sua política de crédito terá que observar as normas emitidas pelas autoridades monetárias. Nesse aspecto os bancos têm que observar rigorosamente os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.099, do Banco Central (Acordo de Basiléia), quanto à adequação do Risco de Estrutura de Capitais. Essa resolução fixa o patrimônio líquido exigido (PLE) em função do ativo ponderado pelo risco (APR).

A base para definição das políticas de crédito de um banco reside na definição estratégica do banco. Quais objetivos atingir, sua linha de atuação,

segmentos de mercados que pretende alcançar, os produtos financeiros que serão adequados ao seu mercado. A definição estratégica do banco será decisiva para determinar seus padrões de crédito. Também as metas de lucratividade e o perfil dos negócios a serem alcançados serão componentes da política geral do banco que, por sua vez, irão interferir na política de crédito.

A delegação de poderes, uma das principais preocupações da política de crédito, está relacionada aos poderes de decisão para concessão de crédito a clientes. A forma de decisão pode ser individual, conjunta ou colegiada. Atualmente os bancos, de modo geral, utilizam a forma de decisão colegiada, haja vista a complexidade e os riscos que envolvem o deferimento de limites e operações de crédito.

Na análise de crédito é importante definir o tipo de análise e sua abrangência para melhor avaliar o risco que os clientes podem oferecer para o retorno dos capitais emprestados. Considerando as particularidades de cada empresa e o diferente perfil da carteira de clientes, cada banco precisa desenvolver sua metodologia e forma própria de análise para evitar o uso de padrões e critérios de avaliação inadequados. Mesmo dentro de uma mesma instituição bancária existe a necessidade de critérios de avaliação diferentes para clientes com atividades, porte e regiões diferentes. O perfil do empréstimo também exige critérios distintos. O processo de crédito para uma decisão sobre um empréstimo de 1 milhão de reais exige um nível de rigor e complexidade bem superior do que para um empréstimo de 10 mil reais.

Todos os documentos essenciais, que sustentam a decisão de crédito, devem ficar arquivados no dossiê da operação, para verificação por parte dos auditores.

Segundo Silva, as normas de crédito devem definir quais os documentos que compõem um processo de crédito. Alguns documentos essenciais são os listados abaixo, podendo existir outros de relevância, tudo dependendo do perfil do crédito deferido:

- a) contrato social e respectivas alterações;
- b) ficha cadastral da pessoa jurídica, sócios e coobrigados da operação;
- c) ficha de informações básicas de clientes, que pode ser uma sofisticação da ficha cadastral;
- d) as demonstrações financeiras e outras informações complementares de caráter financeiro;
- e) as planilhas de análise e demais relatórios com indicadores financeiros, evolução do patrimônio líquido, fluxo de caixa e IOG;
- f) relatório de análise de crédito, que consolida as informações para subsidiarem a decisão de crédito;
- g) relatório de visita, especialmente quando acrescentar informações que não estejam nos outros documentos;
- h) pesquisa de restrições sobre o clientes e as partes relacionadas, como empresas que compõem o conglomerado, diretores e sócios;
- i) proposta de operações, caracterizando o negócio que está sendo proposto, bem como informando as operações e o relacionamento já existente.

Muitas dessas informações podem e devem ser gerenciadas de forma integrada, devendo estar disponíveis por meio magnético. Entretanto os documentos físicos competentes são importantes para a comprovação de ordem legal e devem estar disponíveis para os devidos usos quando necessários. As demonstrações financeiras devem conter a assinatura dos responsáveis pela empresa e do Contador com registro no Conselho Regional de Contabilidade (SILVA, 2000, p. 120-121).

Para administração e controle do crédito as instituições financeiras contam com a tecnologia no campo da informática e da informação. A tecnologia da informação proporcionada pelo avanço da informática trouxe grandes facilidades para a administração e para o controle de crédito.

Os sistemas de computação têm condições de cruzar informações identificando os processos que não estejam de acordo com as normas do banco, bem como podem gerar relações de exceção para atuação da auditoria ou da área responsável pelo controle e acompanhamento do crédito.

A política de crédito é que vai definir os critérios de classificação de risco, as formas de acompanhamento e revisão de crédito, as alçadas de decisão para transferências de operações para crédito em liquidação, entre outros fatores relevantes.

2.11.2. Limite de Crédito

A decisão de crédito pode ser restrita à análise de uma proposta específica para atender a uma necessidade de um cliente, ou pode ser mais

abrangente, fixando-se um limite para atendimento ao cliente em diversos produtos e por um prazo determinado.

O limite de crédito representa o endividamento máximo do cliente junto ao banco, para operações de curto e longo prazo, qualquer que seja a sua finalidade, observada as políticas de crédito, o percentual de impacto de cada operação e as demais condições estabelecidas para sua utilização. O estabelecimento de limite de crédito não autoriza, por si só, a realização de operações com o cliente. Cabe ao escalão competente verificar, previamente ao deferimento do negócio, a evolução das condições que tenham fundamentado a fixação do limite a fim de se cercar de maiores cuidados na contratação.

A sistemática de trabalhar com limites requer uma análise mais completa e possibilita maior agilidade nas decisões. Na análise caso a caso, cada vez que o cliente solicita um empréstimo ou financiamento, o banco analisa cada proposta e toma a decisão na alçada competente. Uma vez fixado o limite de crédito as operações poderão ser feitas com maior rapidez, desde que estejam enquadradas nas condições predefinidas.

O limite pode ser aprovado para uma empresa em particular ou para um grupo de empresas. Pode ser específico para linhas de produtos ou pode ter um caráter global. Normalmente, os limites são fixados para atender às necessidades de recursos operacionais de giro das empresas, não sendo recomendável a fixação de limites de crédito para operações de investimentos de longo prazo. Neste caso, há necessidade de análise de projeto de investimento, quanto a sua viabilidade técnica, econômica e financeira, entre outros pontos relevantes (SILVA, 2000, p.119-120).

O limite de crédito é fixado para determinado período que, normalmente, varia de seis meses a um ano. Dentro do período de validade do limite, opera-se de forma rotativa, isto é, pode ser feita nova operação à medida que uma operação vence e é liquidada, desde que esteja enquadrada dentro do limite fixado e obedeça às demais condições preestabelecidas.

2.12. Avaliação de Crédito para Precificação dos Riscos

Segundo Santos, o objetivo do processo de análise de crédito é o de averiguar a compatibilidade do crédito solicitado com a capacidade financeira do cliente.

Conforme destaca Oreska (1983) e Diamond (1984), citado por Santos, entre as atribuições dos bancos, uma importante tarefa consiste na análise, precificação e monitoramento de riscos de crédito, baseada em informações concretas dos clientes.

Para Pirok (1994), também citado por Santos, a adequada análise de crédito é crucial para a atividade bancária, ao possibilitar a redução do risco de crédito, após a identificação dos pontos fortes e pontos fracos de clientes prospectivos e, de clientes que já mantêm um relacionamento operacional em concessões de crédito. Segundo o autor, a correta identificação do risco de crédito é essencial para a tomada de decisão, classificação e precificação do empréstimo.

Para realizar a avaliação de riscos sobre concessão de crédito, os bancos recorrem ao uso de duas técnicas de análise: *a técnica subjetiva e a técnica objetiva ou estatística* (SANTOS, 2000, p. 44).

A qualidade de toda análise de crédito depende da adequada aplicação do instrumental técnico disponível. Os conceitos e técnicas de análise utilizadas por um banco, vão desde a tradicional análise econômico-financeira de balanços até às sofisticadas metodologias de classificação de risco de cliente com base na análise técnica subjetiva.

2.12.1. Análise Subjetiva

O processo de análise subjetiva envolve decisões individuais baseadas na experiência e sensibilidade do analista de crédito e nas informações relativas à administração da empresa, histórico, concorrência, visão estratégica, capacidade instalada, grau de tecnologia, entre outras, que complementam o conjunto de dados essenciais à análise.

Para obtenção dessas informações, é necessário que o analista visite a empresa, conheça as características do mercado em que atua. Nessas visitas é importante ficar atento e levantar todas informações que são necessárias para a análise subjetiva da capacidade financeira do cliente, que tradicionalmente se traduzem como os “Cs” do crédito: *Caráter, Capacidade, Condições, Capital, Colateral e Conglomerado*.

Os bancos em geral há muito tempo já aplicam, por orientação da comissão de crédito da Febraban, os “Cs” como base primária para concessão de crédito.

O *caráter* refere-se à determinação de alguém em honrar seus compromissos. Está ligado à honestidade, idoneidade e reputação. Para análise

desse critério é imprescindível obter informações históricas do cliente, internas e externas ao banco, que evidenciem intencionalidade e pontualidade na amortização de empréstimos. Possivelmente, o caráter é o componente individual mais importante da aparência geral do cliente.

A *capacidade* reflete a habilidade, a competência empresarial ou profissional do indivíduo, bem como seu potencial de produção e comercialização de seus produtos e, por conseguinte, o seu potencial de geração de receitas para pagar suas dívidas. Por se referir à competência empresarial do cliente, constitui-se num dos aspectos mais difíceis de avaliação de risco. Integra o risco subjetivo porque sua análise está relacionada com a percepção do profissional que está em contato direto com o cliente. O exame da capacidade do cliente se constitui num verdadeiro diagnóstico empresarial em termos de capacidade de geração de receitas e obtenção de resultados positivos.

O “C” *condições* está ligado a fatores externos e macroeconômicos do ambiente em que está inserido o tomador de crédito, envolvendo situações que fogem do seu controle. Os principais aspectos de moldam a análise do “C” condições são as seguintes:

- a) interferências governamentais. Ex. restrições ao crédito, política cambial e de juros, incentivos a importações, etc;
- b) conjuntura nacional e internacional. Ex. fatores de competitividade, globalização da economia, inovação tecnológica, etc.;
- c) variações de mercado;
- d) fenômenos naturais imprevisíveis.

A análise do *capital* refere-se a avaliação da situação econômico-financeira do cliente, levando-se em conta a composição dos recursos, em termos quantitativos e qualitativos, onde são aplicados e como são financiados.

A avaliação de riscos sob a ótica do “C” capital é feita com base em três instrumentos básicos: análise do perfil empresarial, exame da rentabilidade do Patrimônio Líquido e avaliação do Investimento Operacional em Giro (IOG).

O “C” *colateral* é a capacidade acessória de oferecer garantias adicionais. Desse modo está associado com a análise da riqueza patrimonial do cliente (bens móveis e imóveis), considerando a possibilidade de vinculação de garantias reais em operações de crédito.

Embora os bancos reconheçam as limitações quanto à conversão de garantias em caixa, vinculação de bens patrimoniais aos contratos de empréstimos constitui-se em prática comum no mercado bancário.

Conglomerado é a avaliação conjunta do grupo a que pertence a empresa (coligadas e controladas). A análise do “C” conglomerado refere-se não apenas a uma empresa específica que esteja pleiteando o crédito, mas ao exame conjunto, do grupo de empresas no qual a pleiteante de crédito esteja contida. Nessa condição, é preciso ter uma visão global do conjunto, para saber qual o risco que esse conjunto representa e quais as transações existentes entre as empresas que o integra.

2.12.2. Análise Documental

Compreende o levantamento da situação legal da empresa e de seus proprietários, baseando-se na verificação dos seguintes documentos:

- a) contrato social, estatuto da empresa;
- b) declaração de imposto de renda de empresa e dos sócios;
- c) comprovantes de identificação dos sócios (RG e CPF);
- d) contas dos sócios e da empresa (água, luz, telefone, IPTU etc).

O Banco Central condiciona, como fator indispensável, que as pastas de crédito de empresas mantenham cópias atualizadas desses documentos.

2.12.3. Análise de Idoneidade

Consiste no levantamento de informações em empresas especializadas quanto à conduta e grau de idoneidade do cliente no mercado de crédito.

A análise da idoneidade financeira de pessoas jurídicas poderá ser realizada em fontes informacionais de crédito. No Brasil, a Serasa e SCI–Equifax são empresas que fornecem sistemas automatizados de pesquisa de restritivos para apuração de ações executivas, protestos, registros de cheques sem fundos, assim como qualquer problema de ordem jurídica que afete a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas.

A pesquisa de idoneidade financeira do cliente é uma das principais informações analisadas na análise de crédito. Caso o cliente não apresente informações negativas, ou tenha regularizado as restrições existentes, as demais

informações deverão ser coletadas para análise do risco total de crédito. Existindo apontamentos negativos e pendentes, enquadrados como relevantes nas políticas de créditos dos bancos, a tendência constitui-se na imediata recusa ao crédito.

2.12.4. Análise do Negócio

Para o banco é imprescindível conhecer a quem pertence a empresa, sua capacidade administrativa, sua capacidade financeira, a experiência adquirida dos proprietários, o domínio da tecnologia além do amplo conhecimento do mercado em que atua.

A análise de risco do negócio está relacionada com a capacidade da empresa para geração de receitas suficientes para cobertura dos gastos operacionais e financeiros. Nessa análise, está envolvida a avaliação da rotatividade dos produtos ou serviços, assim como a avaliação da performance do setor em épocas de estabilidade, crescimento ou recessão econômica.

A análise do negócio constitui-se na análise da atividade operacional da empresa, considerando-se todos os fatores internos e externos de risco que podem afetar a geração de caixa.

2.12.5. Análise Contábil e Financeira

Compreende o levantamento da situação econômico-financeira da empresa, baseando-se na qualidade de suas informações contábeis disponibilizadas

nas demonstrações financeiras básicas: o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e a demonstração do fluxo de caixa dos exercícios a serem analisados.

2.12.6. Análise Cadastral

O cadastro é um conjunto de informações complementares da empresa. Este instrumento, quando conjugado com outras informações, assegura qualidade e segurança às decisões, sendo a base para uma concessão de crédito com risco calculado.

As informações cadastrais contribuem para a classificação correta do risco subjetivo do cliente, auxiliando no gerenciamento do processo de crédito. Por isso, sem informações cadastrais de boa qualidade, o processo de crédito fica prejudicado em toda sua extensão (SANTOS, 2000, p. 64-67).

2.12.7. Visita as Empresas

A realização de visitas periódicas às instalações da empresa é um recurso fundamental nas fases da análise e do monitoramento do risco de crédito. A visita ao cliente permite apurar um conjunto de informações sobre as características organizacionais e operacionais da empresa, além de fornecer indícios sobre sua capacidade de enfrentar as influências externas que possam interferir no seu desempenho. Possibilita ainda, aferir o nível de confiabilidade dos instrumentos contábeis da empresa. Constitui, por isso, atividade que se reveste de primordial

importância na análise do cliente (BANCO DO BRASIL – Qualidade do Crédito, 996, p.5-6).

2.13. Contabilidade Gerencial

Segundo IUDÍCIBUS, citado por PADOVEZE, a Contabilidade Gerencial pode ser assim caracterizada:

“A Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada superficialmente, como um enfoque especial conferindo a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório” (PADOVEZE, 2000, p.27).

A Associação Nacional dos Contadores dos Estados Unidos, através de seu relatório número 1A, citado por Padoveze, caracteriza a Contabilidade Gerencial da seguinte forma:

“Contabilidade Gerencial é o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos” (PADOVEZE, 2000, p. 27).

2.14. Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

Padoveze traça um paralelo entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira apresentando uma escala comparativa entre as duas áreas da contabilidade.

“Os métodos da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial foram desenvolvidos para diferentes propósitos e para diferentes usuários das informações financeiras. Há, contudo, numerosas similaridades e áreas de sobreposição entre os métodos da contabilidade financeira e a gerencial” (PADOVEZE, 2000, p. 31).

A contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores – isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações. A contabilidade gerencial pode ser contrastada com a contabilidade financeira, que é relacionada como fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão de fora da organização”.

Comparação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira

Fator	Contabilidade Financeira	Contabilidade Gerencial
Usuários dos Relatórios	Externos e Internos	Internos
Objetivos dos Relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balanco Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custos, relatórios especiais não rotineiros para facilitar a tomada de decisão.
Frequência dos Relatórios	Anual, trimestral, e ocasionalmente mensal.	Quando necessário pela administração.
Custos ou Valores Utilizados	Primariamente históricos(passados).	Históricos e esperados(previstos).
Bases de Mensuração Usadas para Quantificar os Dados	Moeda Corrente.	Várias Bases(moeda corrente, moeda estrangeira-moeda forte,medidas físicas, índices, etc.)
Restrições nas Informações Fornecidas	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos.	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração.
Arcabouço Teórico e Técnico	Ciência Contábil	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Características da Informação Fornecida	Deve se objetiva(sem viés), verificável, relevante e a tempo.	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos Relatórios	Orientação Histórica	Orientada para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato(para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais(para o controle posterior do fato).

Fonte: PADOVEZE, Contabilidade Gerencial, 2000, p.31

2.15. Principais Relatórios Utilizados na Análise Econômico-Financeira

As Demonstrações Financeiras ou relatórios contábeis, são sínteses, elaboradas segundo normas específicas dos valores contidos em registros contábeis da empresa.

A Lei nº 6.404/76 determina a elaboração e publicação dos seguintes demonstrativos para as sociedades anônimas:

- a) Balanço Patrimonial – BP;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício –DRE;
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA;
- d) Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos –DOAR;
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido –DMPL.

2.15.1. Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo estático padronizado, que discrimina de forma sintética e ordenada os saldos de todos os valores integrantes do patrimônio de uma empresa em determinada data. É a demonstração financeira que evidencia, resumidamente, a situação patrimonial e financeira da entidade, quantitativamente e qualitativamente.

Na estruturação do Balanço Patrimonial as contas são classificadas em dois grupos, de acordo com sua natureza: Ativo e Passivo. As contas do Ativo, que representam os Bens e Diretos, são classificadas em ordem decrescente de liquidez.

O Passivo é composto por contas que representam as obrigações e o Patrimônio Líquido e são classificadas em ordem decrescente de exigibilidade.

Do lado do Ativo são classificadas as contas patrimoniais que refletem as aplicações de recursos. Do lado do Passivo são classificadas as contas patrimoniais que representam as fontes ou origens de recursos.

“O Balanço Patrimonial é peça Contábil por excelência, para ele é canalizado todo resultado das operações da empresa e das transações que terão realização futura” (PADOVEZE, 2000, p. 62).

O Balanço Patrimonial é elaborado de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, no entanto como ferramenta gerencial, é possível construir Balanços com critérios de avaliação alternativos.

2.15.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

É o relatório que demonstra o resultado final da empresa no exercício (lucro ou prejuízo), discriminando todas as contas de Receitas, Custos e Despesas (Contas de Resultado). Trata-se de relatório dinâmico, pois retrata os fatos contábeis ocorridos durante o exercício social.

É o relatório que mostra como o lucro ou prejuízo foi gerado a partir das operações da empresa. Algumas das mais importantes análises da saúde financeira da empresa e do sucesso da estratégia adotada, podem ser verificadas nesse demonstrativo.

A Lei n ° 6.404/76 define o conteúdo da Demonstração do Resultado do Exercício, que deve, ser apresentada na forma dedutiva, com os detalhes

necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, sem confundir-se com a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado.

A lei define com clareza, por meio da DRE, o conceito de lucro líquido, estabelecendo os critérios de classificação de certas despesas.

A apresentação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é facultativa e quando elaborada, substitui a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados são obrigatórias para todas as companhias de capital aberto (empresas com ações negociadas em bolsas de valores). E para as de capital fechado com Patrimônio Líquido expressivo, cujo valor é definido por norma específica (cerca de 140.000 UFIR).

As demais sociedades comerciais (limitadas, principalmente) são obrigadas apenas, a elaborar o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (Código Comercial art.10), não havendo exigência legal de sua publicação.

2.16. Análise de Balanço

A análise de Balanço é uma das ferramentas mais importantes no processo de gerenciamento do desempenho global de uma empresa, em seus aspectos operacionais, patrimoniais, econômicos e financeiros.

A avaliação sobre a empresa tem por finalidade conhecer a situação econômico-financeira, as modificações ocorridas e suas causas, possibilitando, ainda, a prospecção de desempenho futuro. A partir do conhecimento dos pontos fortes e pontos fracos do processo operacional e financeiro da companhia, propõe alternativas de curso futuro a serem tomadas e seguidas pelos administradores.

A grande utilidade dessa ferramenta é o acompanhamento mensal dos indicadores escolhidos. Através desse acompanhamento e da tendência que os mesmos irão evidenciar, se tem, seguramente, uma visão real das operações e do patrimônio empresarial. Dessa forma é possível aos gestores tomarem medidas corretivas do rumo dos negócios, se as conclusões do acompanhamento analítico dos indicadores assim o exigir.

A análise de Balanço feita de forma estática (apenas um período), não apresenta informações suficientes para o auxílio do processo gerencial. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa e tendencial do desempenho.

A comparabilidade dos dados e informações, no processo de análise de balanço pode ser feita em vários aspectos:

- a) comparação com períodos passados;
- b) comparação com períodos orçados;
- c) comparação com padrões setoriais;
- d) comparação com padrões internacionais;
- e) comparação com padrões internos da empresa;
- f) comparação com empresas concorrentes etc.

2.16.1. Análise Vertical

Trata-se de metodologia de análise que mostra a participação percentual de cada um dos itens das demonstrações financeiras em relação ao somatório do seu grupo.

Com esse instrumento podemos visualizar de modo objetivo e direto a representatividade de cada componente das demonstrações, identificando aquelas que mais contribuem para a formação do conjunto objeto da análise.

A análise Vertical é de grande importância, principalmente quando aplicada à Demonstração do Resultado do Exercício, porque possibilita detectar a composição percentual das receitas e despesas, evidenciando aquelas que mais influenciaram na formação do lucro ou prejuízo.

No Balanço patrimonial, a análise vertical procura evidenciar a participação de cada elemento patrimonial do ativo e passivo em relação ao ativo total. Desse modo, o critério de cálculo básico para análise vertical é a atribuição do parâmetro 100% para ativo total. Todos os valores serão traduzidos em relações percentuais sobre o total do ativo.

2.16.2. Análise Horizontal

A análise horizontal é efetuada tomando-se por base dois ou mais exercícios financeiros, todos expressos em moeda constante e em valores monetários da mesma data, com a finalidade de observar a evolução ou involução dos seus componentes.

Através da análise horizontal dos dados, que mostram se houve aumento ou diminuição do elemento analisado, é possível confrontar os dados extraídos e efetuar as correlações necessárias. Exemplo: Se houve aumento da produção e das vendas deverá ter havido um crescimento relativamente proporcional do consumo de materiais.

É por meio da análise horizontal que se observa o comportamento dos diversos itens do patrimônio, permitindo análise de tendência. Assim como na análise vertical, é necessário muito cuidado na extração e conclusão dos indicadores de forma isolada. Todos os dados têm que ser analisados em conjunto com os demais indicadores da análise de balanço.

2.17. Análise Econômico-Financeira

No mundo dos negócios os termos econômico e financeiro são diariamente empregados. Em análise de balanço, é preciso defini-los muito bem para não chegar a falsas conclusões ou mesmo usá-los de forma incorreta. É muito comum uma empresa ter lucros mas não ter dinheiro para saldar seus compromissos, ou vice versa.

Assim, uma empresa pode estar em excelente situação econômica, mas sem disponibilidades para pagar suas dívidas, visto que o lucro, ainda que possa aumentar o seu Patrimônio Líquido, não aumenta necessariamente sua capacidade de pagamento no curto prazo.

Resumidamente as análises econômica e financeira poderão ser conceituadas da seguinte forma:

- a) análise econômica – é o estudo do patrimônio líquido (processo estático) e do lucro ou prejuízo (processo dinâmico).
- b) análise financeira – é o estudo das disponibilidades como forma de saldar suas dívidas. Estuda a capacidade de pagamento da empresa.

2.17.1. Análise Econômica

A análise econômica avalia a capacidade de geração de lucros decorrentes das atividades operacionais. O estudo do valor absoluto e evolução do Patrimônio Líquido, da Relação entre as Fontes de Recursos e da Rentabilidade é fundamental para o entendimento da condição econômica da empresa.

Na análise econômica o ponto de partida é a existência ou não de Patrimônio Líquido. Quando o PL se apresenta negativo denomina-se passivo descoberto, indicando situação totalmente desfavorável. O crescimento do valor absoluto do PL de um exercício para outro é sintoma positivo observável na análise econômica, pois pode revelar evolução favorável.

A forma como se processa o crescimento do PL é importante ser evidenciada. A evolução é real quando o PL cresce com a incorporação dos lucros ou a integralização de capital pelos sócios. A entrada desses recursos efetivamente eleva o nível operacional, aumentando a capacidade produtiva da empresa. Por outro lado, se o aumento for provocado por reavaliação, terá ocorrido evolução apenas nominal, escritural, ou seja, simples atualização monetária dos bens reavaliados, sem que tenha aumentado a capacidade operacional.

A Relação entre as Fontes de Recursos estuda as origens de recursos que estão financiando as atividades operacionais. Quanto maior for a participação do Patrimônio Líquido nas fontes de recursos da empresa, menor será a dependência de capitais de terceiros. Quanto maior for a predominância de capitais próprios financiando o Ativo, melhor será a situação econômica da empresa.

As vendas têm papel significativo na rentabilidade e, portanto, na situação econômica. O crescimento das vendas em proporção maior que os custos e despesas provoca aumento da rentabilidade.

A rentabilidade positiva pode contribuir para melhorar a situação econômica da empresa. Isso ocorre quando os lucros são reinvestidos, aumentando o Patrimônio Líquido e, por conseguinte, diminuindo a necessidade de recursos de terceiros. Por outro lado, os prejuízos produzem reflexos negativos na situação econômica, uma vez que corroem o PL, aumentando a necessidade de recursos de terceiros.

Poderá ser considerada com boa situação econômica a empresa que apresentar:

- a) Patrimônio Líquido positivo e crescente, em termos reais;
- b) Relação entre as Fontes de Recursos(RFR) igual ou inferior à unidade, revelando que a empresa possui mais capitais próprios do que recursos de terceiros;
- c) Lucratividade positiva aumentando o PL e, conseqüente, redução de capitais de terceiros.

2.17.2. Análise Financeira

O objetivo da análise financeira é avaliar a situação financeira da empresa e sua capacidade de saldar suas obrigações nos prazos convencionados.

Desse modo, a análise financeira contempla, em especial, o estudo da capacidade de pagamento no curto prazo e geral, do ciclo financeiro, da necessidade de capital de giro e do saldo de tesouraria.

O estudo da capacidade de pagamento no curto prazo leva em conta os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. Este último é um indicador importante por revelar que eventuais retrações nas vendas poderão afetar seriamente a capacidade de pagamento da empresa. Pode-se considerar como normal índice ligeiramente abaixo da unidade, pois dificilmente alguma parte dos estoques deixará de ser vendida. A capacidade de pagamento geral é definida pelo índice de Liquidez Geral. Esse índice mede a capacidade de pagamento de todas as dívidas.

O Ciclo Financeiro indica, em número de dias, a necessidade que a empresa tem de obtenção de financiamento complementar para o giro de seus negócios. Se obtido de fontes onerosas, poderá provocar redução da rentabilidade e contribuir para eventual insolvência da empresa.

A Necessidade de Capital de Giro é o instrumento de aferição da saúde financeira da empresa. Quando for maior que zero, indica a necessidade de financiamento do giro. Quando menor que zero, pode indicar sobra de recursos (Ex. supermercados, que compram a prazo e vendem à vista).

O Saldo de Tesouraria é estudo importantíssimo na análise financeira. É calculado pela diferença entre o Capital de Giro (CDG) e a Necessidade de Capital

de Giro (NCG). Quando se revelar negativo, decrescente e variando em proporção superior ao incremento da NGC, se caracteriza o efeito tesoura. Nesse caso há forte indício de que a empresa caminha para a insolvência.

2.18. Indicadores Econômico-Financeiros

Para exame da situação econômico-financeira de uma empresa, com vistas à avaliação da sua capacidade, em termos de segurança, liquidez e rentabilidade, o analista deve valer-se das Demonstrações Financeiras de pelo menos três exercícios sucessivos, e deles extrair os diversos indicadores que lhe forneçam as informações desejadas.

O objetivo da análise definirá a quantidade e o tipo de indicadores a serem utilizados. Uma grande quantidade de índices pode chegar a confundir o usuário. Por outro lado, uma quantidade muito pequena de índices pode não ser suficiente para se tirar conclusões acerca da saúde financeira de uma empresa.

Num empréstimo de capital de giro de curto prazo, por exemplo, interessa ao banco o retorno seguro dos capitais emprestados, por isso privilegiará os aspectos de liquidez e segurança. Já em se tratando de empréstimo de longo prazo, dará ênfase também à capacidade de geração de lucro e à eficiência operacional, ou seja, ao enfoque da rentabilidade.

O índice é, portanto, o principal instrumento utilizado para a análise da situação econômico-financeira de uma empresa. Por representarem o resultado da comparação entre grandezas, os índices estabelecem a relação entre contas ou grupo de contas dos Demonstrativos Financeiros, visando evidenciar determinados

aspectos da situação econômico-financeira, servindo, portanto, como termômetro na avaliação da saúde financeira da empresa.

Porém, o índice não deve ser considerado isoladamente, mas sim sob o aspecto dinâmico e dentro de contexto mais amplo, onde outros indicadores e variáveis devem ser conjugadamente ponderados.

Para fins didáticos os índices são agrupados em cinco áreas de estudo, a saber:

- a) índices de *estrutura* – avaliam a segurança oferecida aos capitais alheios e revelam a política de obtenção de recursos, bem como a sua alocação nos diversos itens do Ativo;
- b) índices de *liquidez* – medem a posição financeira, em termos de capacidade pagamento;
- c) índices de *rentabilidade* – avaliam o desempenho global de uma empresa, em termos de capacidade de gerar lucros;
- d) indicadores de *prazos médios* – revelam a política de compra, estocagem e venda;
- e) *necessidade de capital de giro*(NGC) – mostra a carência ou não de capital de giro para financiar as atividades operacionais.

2.18.1. Índices de Estrutura Patrimonial

O Ativo de uma empresa é financiado pelos capitais próprios (PL) e por capitais de terceiros (obrigações). Quanto maior for a participação de capitais de

terceiros nos negócios de uma empresa, maior será o risco a que eles estão expostos.

Na análise de clientes, normalmente, os bancos utilizam os índices a seguir, que são interpretados como: Quanto menor, melhor (BANCO DO BRASIL. Curso sobre Qualidade do Crédito, 1996).

RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RECURSOS (RFR)

<u>Capital de Terceiros</u> Patrimônio Líquido

Também tratado como Participação de Capitais de Terceiros, esse índice estabelece a relação percentual entre os recursos de terceiros e os recursos próprios aplicados na empresa.

Quanto menor for esse índice, mais capitalizada é a situação da empresa, pois significa que os capitais próprios superam as obrigações com terceiros. Se o contrário ocorrer, indicará a predominância de capitais de terceiros.

Análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos. Se a empresa está mantendo maior dependência de capitais de terceiros ou está utilizando-se predominantemente capitais próprios.

ENDIVIDAMENTO GERAL (EG)

<u>Capital de Terceiros</u> Ativo

Esse índice revela o grau de endividamento total da empresa. Expressa a proporção de recursos de terceiros financiando o Ativo e, complementarmente, a fração do Ativo que está sendo financiada pelos recursos próprios.

Quanto menor for o endividamento, menor é o risco que a empresa estará oferecendo aos capitais de terceiros. Entretanto, determinadas empresas convivem muito bem com endividamento relativamente elevado, principalmente quando o endividamento tiver perfil de longo prazo, ou quando o Passivo de Curto Prazo não for oneroso, mas fruto de uma adequada administração de prazos de fornecedores.

COMPOSIÇÃO DAS EXIGIBILIDADES (CE)

<u>Passivo Circulante</u> Capital de Terceiros

Esse índice mede a qualidade do passivo da empresa, em termos de prazos. Indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago no curto prazo, isto é, compara o montante de dívidas no curto prazo com o endividamento total.

A interpretação do índice de composição do endividamento é no sentido de que “quanto maior, pior”, mantidos constantes os demais fatores. A razão é que quanto maior o volume de dívidas a serem pagas no curto prazo, maior será a pressão para a empresa gerar recursos financeiros para honrar seus compromissos.

O fato isolado de a dívida estar concentrada no curto prazo não é, necessariamente, um fator negativo. É importante conhecer a estrutura geral da empresa, quanto a sua participação de capitais de terceiros e sua capacidade de geração de recursos .

IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (IPL)

<u>Ativo Permanente</u> Patrimônio Líquido

O índice de IPL exprime o quanto do Ativo Permanente da empresa é financiado pelo seu Patrimônio Líquido, evidenciando, dessa forma, a maior ou menor dependência de aporte de recursos de terceiros para a manutenção de seus negócios.

A interpretação do índice de IPL é no sentido de que “quanto maior, pior”, mantidos constantes os demais fatores. Em princípio, o ideal é que se imobilize a menor parte possível dos recursos próprios. Assim a empresa não ficará na dependência de capitais alheios para a movimentação normal de seus negócios.

Na análise desse índice o analista deve se preocupar, principalmente, com as origens da variação do Patrimônio Líquido. Isto é, como variou o PL no período: lucros, prejuízos, aportes de capital, cisões, fusões e incorporações, reavaliação de ativos, etc.

PASSIVO ONEROSO SOBRE ATIVO TOTAL (POSA)

$\frac{\text{Passivo Circulante Financeiro} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$

Este índice mostra a participação das fontes onerosas de capital no financiamento dos investimentos totais da empresa, revelando o grau de dependência a empréstimos bancários.

Deve-se observar que, quanto maior for esse índice, maiores serão as despesas financeiras incorridas, influenciando o resultado do exercício.

2.18.2. Índices de Liquidez

Os índices de liquidez visam avaliar a capacidade financeira da empresa em satisfazer os compromissos para com terceiros. Evidenciam quanto a empresa dispõe de bens e direitos em relação às obrigações assumidas no mesmo período. A liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração do seu ciclo financeiro e das suas decisões estratégicas de investimento e financiamento.

• De modo geral, define-se que quanto maior a liquidez, melhor será a situação financeira da empresa. No entanto, um alto índice de liquidez não representa, necessariamente, boa saúde financeira. O cumprimento das obrigações nas datas previstas depende de uma adequada administração dos prazos de recebimento e de pagamento.

Altos índices de liquidez originados por estoques elevados, recebimento das vendas com atraso, ou duplicatas incobráveis registradas na conta Clientes, poderá provocar problemas para a empresa honrar seus compromissos em seus vencimentos.

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O índice de Liquidez Corrente indica quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (dinheiro mais bens e direitos) para pagar suas dívidas circulantes no mesmo período.

Alguns autores convencionam que o índice de LC é satisfatório quando se apresenta acima da unidade. Porém como medida isolada não se pode afirmar que a liquidez corrente é boa ou ruim, com indicador abaixo ou acima de 1. Tudo dependerá do tipo de atividade da empresa, especialmente do seu ciclo financeiro.

LIQUIDEZ SECA (LS)

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este índice mede a liquidez de forma mais rigorosa, pois indica quanto a empresa possui em disponibilidades - dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras -, e duplicatas a receber para fazer frente a suas obrigações de curto prazo.

Normalmente se convencionou que se a liquidez seca for igual ou maior que 1, a empresa não depende da venda de estoques para saldar seus compromissos de curto prazo.

O índice de Liquidez Seca busca certo aprimoramento em relação ao índice de Liquidez Corrente, pois pressupõe que os estoques são uma espécie de investimento permanente aplicado no Ativo Circulante, já que são necessários à própria atividade da empresa.

LIQUIDEZ GERAL (LG)

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

A Liquidez Geral é uma medida da capacidade de pagamento de todo o passivo exigível da empresa. O índice indica o quanto a empresa poderá dispor de recursos circulantes e de longo prazo para honrar todos os seus compromissos.

Esse índice é um indicador que pressupõe que, se a empresa fosse parar suas atividades naquele momento, deveria pagar suas dívidas com suas disponibilidades mais seus realizáveis, sem precisar envolver o ativo permanente.

2.18.3. Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade têm por objetivo avaliar o desempenho final da empresa. O volume de atividade e o resultado decorrente irão interferir nos demais indicadores, refletindo as políticas e as decisões adotadas pelos administradores, expressando objetivamente o nível de eficiência e o grau do êxito econômico-financeiro atingido.

Os indicadores de retorno mostram a vitalidade da empresa, que muitas vezes se deteriora a partir de sua fraca capacidade de gerar lucro.

A interpretação desses índices é no sentido de que “quanto maior, melhor”. Os principais índices de rentabilidades utilizados são os a seguir caracterizados.

RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (RPR)

$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

A RPR mede a remuneração dos capitais próprios investidos na empresa, ou seja, quanto foi acrescentado em determinado período ao patrimônio dos sócios. O lucro, portanto, é o prêmio do investidor pelo risco do seu negócio.

Esse índice, além de avaliar a remuneração do capital próprio, permite analisar se esse rendimento é compatível com outras alternativas de aplicação.

MARGEM OPERACIONAL DE LUCRO (MOL)

$$\frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$$

A MOL é uma medida de lucratividade das vendas. Esta, no entanto, avalia o ganho operacional da empresa ou seja resultado antes das receitas e despesas não operacionais, em relação ao seu faturamento. A margem operacional de lucro representa a capacidade da empresa em gerar resultado com suas vendas.

MARGEM LÍQUIDA DE LUCRO (ML)

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Esse índice é uma medida de retorno sobre as vendas, que reflete o ganho líquido da empresa em relação às vendas líquidas do período. Fornece o percentual de lucro em relação ao faturamento.

GIRO DO ATIVO (GA)

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

Embora não seja um índice essencialmente de rentabilidade, o estudo do giro do Ativo constituiu-se num aspecto importante para o entendimento da rentabilidade dos investimentos totais efetuados na empresa.

Este índice indica quantas vezes girou o Ativo Total durante o período. Em outras palavras, comparando ao faturamento do período com investimento total, indica quantas vezes a empresa conseguiu vender o seu Ativo.

RETORNO SOBRE INVESTIMENTO TOTAL (RI)

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Também conhecido como taxa de retorno dos investimentos (TRI), esse índice reflete o quanto a empresa está obtendo de resultado em relação aos seus investimentos totais.

O retorno sobre investimento é um conceito muito utilizado na área de finanças, caracterizando o lucro como espécie de prêmio pelo risco assumido no empreendimento.

2.18.4. Indicadores de Prazos Médios.

Os indicadores de Prazos Médios, também conhecidos como índices de atividade, indicam a dinâmica de algumas verbas do patrimônio, isto é, quantos dias elas levam para girar durante o exercício (Rotação).

A análise dos Prazos Médios constitui importante instrumento para se conhecer a política de compra e venda adotada pela empresa. A partir dela pode-se constatar a eficiência com que os recursos estão sendo administrados.

Os índices de rotação têm grande contribuição na interpretação da liquidez e da rentabilidade da empresa, á medida que servem de indicadores dos prazos médios de rotação dos estoques, recebimento das vendas e pagamento das contas. Esses três índices de rotação devem ser interpretados de forma conjunta, uma vez que os mesmos constituem os alicerces fundamentais do ciclo financeiro da empresa.

PRAZO MÉDIO DE COMPRAS (PMC)

<u>Fornecedores</u> Montante de Compras

O PMC exprime o prazo, em termos de dias, que a empresa vem obtendo de seus fornecedores para pagamento das compras de matérias-primas e/ou mercadorias.

Assim, o prazo médio de compras é o número de dias que decorre, em média, entre a compra e respectivo pagamento.

A interpretação desse indicador é no sentido que quanto maior for o PMC melhor será a situação da empresa, pois estará financiando o seu giro com recursos não onerosos.

PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES (PME)

$\frac{\text{Estoque}}{\text{Custo dos Produtos Vendidos}}$

O prazo médio de estoques indica quantos dias, em média, os produtos ficam armazenados na empresa até serem vendidos.

Assim o prazo médio dos estoques é o número de dias que decorre entre a compra e a venda, ou seja o tempo em que os estoques ficam parados na empresa. Considera-se ideal que os estoques girem o mais rápido possível.

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO (PMR)

$\frac{\text{Clientes}}{\text{Receita Operacional Bruta}}$

O prazo médio de recebimento das vendas indica quantos dias, em média, a empresa leva para receber suas vendas, ou seja o tempo decorrido entre as

vendas de seus produtos e o efetivo ingresso de recursos. O ideal é que o recebimento das vendas se efetue no menor prazo possível.

2.19. Ciclo Operacional e Financeiro

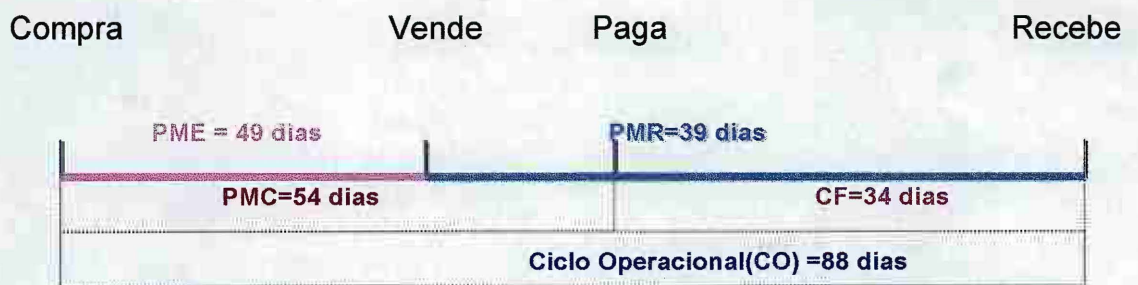
O Ciclo Operacional (CO) indica o tempo decorrido entre o momento em que a empresa adquire as matérias-prima/mercadorias e o momento em que recebe o dinheiro relativo às vendas. O Ciclo Financeiro (CF) é o tempo decorrido entre o instante do pagamento aos fornecedores e o recebimento dos clientes pelas vendas efetuadas. É o período em que a empresa necessita ou não de financiamento complementar do seu ciclo operacional (BANCO DO BRASIL. Curso sobre Qualidade do Crédito, 1996).

As atividades operacionais de curto prazo de uma empresa industrial, por exemplo, consistem basicamente em adquirir matéria-prima, produzir seus produtos e vendê-los. Essas atividades, a partir das decisões administrativas e das políticas de compra e venda adotadas, criam padrões do fluxo de caixa com entradas e saídas de recursos não sincronizadas e ao mesmo tempo incertas. Isso porque o momento do pagamento das compras não ocorre ao mesmo tempo do recebimento das vendas. Normalmente o desembolso para pagar os fornecedores ocorre antes do recebimento dos clientes ocasionando o descasamento do fluxo de caixa. Aliada a essa ausência de sincronia a incerteza decorre da impossibilidade de se conhecer, com certeza, o volume de vendas e os custos futuros.

A questão dos prazos tem uma enorme importância na liquidez, no endividamento e na rentabilidade da empresa, sendo um dos componentes

determinantes da necessidade de capital de giro. Quanto maior for a distância entre o pagamento e o recebimento, maior será a necessidade de recursos para o giro dos negócios. A defasagem está relacionada às extensões do ciclo operacional e do período de pagamentos das contas. Essa defasagem normalmente é coberta com empréstimos onerosos afetando a liquidez, a rentabilidade e o nível de endividamento. Essa defasagem pode ser diminuída mediante uma revisão dos períodos de permanência dos estoques e prazos médios de contas a receber e pagamento.

Graficamente os Ciclos Operacional e Financeiro podem ser assim representados:



2.20. Capital de Giro

O estudo do capital de giro é fundamental para o administrador financeiro e para os profissionais que atuam na área financeira de um modo geral. Para o analista de empresas, os conceitos relativos a administração de capital de giro servem também como facilitadores no entendimento das estrutura básicas de análise(DA SILVA, 2001, p. 348).

O capital de giro corresponde aos valores aplicados no Ativo Circulante, o que significa capital em giro. Assim a empresa compra mercadorias, estoca, vende e recebe. Repetindo esse ciclo permanentemente, ela mantém o giro dos negócios.

Muitos especialistas argumentam que empresas quebram por terem problemas de liquidez. Isso se justifica, em tese, pelo fato de que se não existirem dificuldades financeiras não há razão para quebrar. É necessário, entretanto, identificar as causas que levam uma empresa a ter problemas de liquidez. Essas causas normalmente têm origem na combinação de diversos fatores de caráter operacional e de decisões estratégicas tomadas pela direção da empresa.

No enfoque das demonstrações contábeis, a administração do capital de giro abrange as chamadas contas circulantes da empresa. Desse modo o capital de giro corresponde aos recursos aplicados no Ativo Circulante e esses recursos são constituídos pelo Passivo Circulante e pelo Capital Circulante Líquido, que representa a parcela dos recursos permanentes aplicada no giro das operações.

2.20.1. Capital Circulante Líquido (CCL)

O Capital Circulante Líquido é obtido pela diferença entre os ativos e passivos circulantes ($CCL = AC - PC$), ou ainda, pela diferença das contas não circulantes, isto é o passivo não circulante menos o ativo não circulante ($CCL = PNC - ANC$). Muitos autores afirmam que quanto maior for o CCL melhor será a condição de liquidez da empresa. No entanto é preciso destacar que qualidade da liquidez, tomando por base somente o CCL, dependerá do seguimento em que a empresa atua. É possível encontrar empresas com CCL negativo com boa liquidez. Exemplo:

Supermercados, que compram a prazo e vendem à vista. Por outro lado, empresas que apresentam incompatibilidade dos prazos de realização de seus ativos face aos vencimentos de suas obrigações de curto prazo, normalmente apresentam CCL positivo e têm dificuldades financeiras.

2.21. Necessidade do capital de Giro (NCG)

Necessidade de Capital de Giro é a diferença entre as aplicações cíclicas (Ativo Circulante Cíclico-ACC) e as fontes cíclicas (Passivo Circulante Cíclico-PCC), que se renovam automaticamente no dia-dia. As aplicações cíclicas são valores do ativo financiados pela empresa até sua realização. As fontes cíclicas são valores exigíveis financiados por terceiros ligados a área operacional. Quando a empresa não consegue financiar sua NCG com recursos de terceiros (fornecedores), há necessidade de recorrer a fontes não diretamente ligadas a sua atividade, normalmente onerosas.

2.21.1. Tipos de NCG

A NCG ou IOG pode apresentar-se de duas maneiras: permanente e sazonal.

A NCG permanente é própria de empresas cujo nível de atividade de produção e vendas é distribuído com certa homogeneidade ao longo do ano.

NCG sazonal é característica das empresas com forte concentração de atividades em certas épocas do ano. Exemplo: empresas que produzem brinquedos, artigos juninos, natalinos, entre outras.

O conhecimento do tipo de NCG das empresas é importante na medida em que oferece ao banco subsídios para realização de negócios.

2.21.2. Fontes de Cobertura da NCG

A NCG negativa significa que a empresa não necessita de financiamento bancário, ao contrário, é indicativo de sobra de recursos para aplicar no mercado financeiro ou investimentos permanentes. Quando a NCG é positiva a empresa tem que buscar recursos próprios ou de terceiros (onerosos) para complementar seu capital de giro.

As fontes de cobertura da Necessidade de Capital de Giro podem ser:

- a) fonte operacional – decorre dos resultados positivos (lucros) obtidos no exercício social encerrado, quando estes forem reinvestidos nas atividades operacionais, agregando-se ao giro dos negócios da empresa;
- b) fonte onerosa – geralmente os recursos são obtidos mediante empréstimos bancários para financiar a parcela de NCG. O que caracteriza esta fonte é custo financeiro dos recursos alocados ao giro.

2.22. Efeito Tesoura

O efeito tesoura é um indicador que evidencia o descontrole no crescimento das fontes onerosas de recursos de curto prazo. Ocorre quando o saldo de tesouraria apresenta-se crescentemente negativo em exercícios sucessivos, variando em níveis superiores ao crescimento da NCG.

As causas do efeito tesoura podem ter origens variadas:

- a) crescimento real das vendas a prazo em percentuais muito elevados, sem correspondente obtenção de prazo de fornecedores;
- b) imobilizações com recursos onerosos de curto prazo;
- c) prejuízo;
- d) distribuição excessiva de lucros;
- e) dependência sistemática de empréstimo de curto prazo, com pagamento de altas taxas de juros;
- f) ciclo financeiro crescente.

2.23. Saldo de Tesouraria (ST)

O Saldo de Tesouraria é calculado pela diferença entre as contas do Ativo Circulante Financeiro e do Passivo Circulante Financeiro, isto é, as contas circulantes que não guardam relação com a atividade operacional da empresa.

As equações para cálculo do Saldo de Tesouraria são as seguintes:

$$ST = ACF - PCF \quad \text{ou} \quad ST = CCL - NCG$$

Saldo de Tesouraria positivo significa disponibilidade de recursos que poderão ficar aplicados no mercado financeiro ou em financiamento do Ativo Permanente. Se negativo, demonstra dependência de fontes onerosas de recursos de curto prazo.

Quando Saldo de Tesouraria, período após período, se revelar crescentemente negativo é forte sinal de Efeito Tesoura, demonstrando que a empresa caminha para insolvência ou “*overtrade*”. O fato isolado do Saldo de Tesouraria ser negativo não é preocupante, grave é a tendência.

Portanto o Efeito Tesoura é a consequência de Saldo de Tesouraria crescentemente negativo, variando em proporção superior à Necessidade de Capital de Giro. A tendência é dada pela relação (ST/NCG). Se o resultado for crescentemente negativo, evidencia a dependência cada vez mais acentuada de empréstimos onerosos de curto prazo.

Empresas que sistematicamente não conseguem financiar sua NCG com as fontes internas de recursos e vêm recorrendo cada vez mais a empréstimos bancários são altamente vulneráveis. Se os bancos credores não renovarem os empréstimos, essas empresas quebram imediatamente. Por outro lado, se os bancos continuarem a rolar suas dívidas, elas quebrarão do mesmo jeito, dentro de pouco tempo, pois os encargos financeiros provocarão prejuízos cada vez maiores.

A única solução é a capitalização ou seja, injeção de recursos novos dos sócios, conjugada com uma completa revisão de prazos e margens de lucro.

Desse modo, se $CCL > 0$, $IOG > 0$ e $CCL < IOG$ (ou NCG) configurar uma situação não transitória, ST será cronicamente negativo, indicando o risco de insolvência pelo fato da empresa estar financiando o IOG e/ou ativos permanentes com fundos onerosos de curto prazo.

2.24. Configurações entre CCL, IOG e o ST

Em conjunto de empresas com a mesma posição patrimonial em determinado momento, poderão apresentar variações no valor do CCL e do IOG que, segundo Fleuriet, refletem seis tipos básicos de estrutura de balanços, conforme a seguir caracterizados:

TIPO I: $CCL > 0$ e $IOG < 0 \rightarrow T > 0$. Sendo $CCL > IOG \rightarrow T > CCL > IOG$

Balanços com este tipo de estrutura refletem excelente liquidez pois apresentam:

- a) recursos permanentes aplicados no Ativo Circulante, ou seja Passivo não Circulante maior que o Ativo não Circulante configurando Capital Circulante Líquido maior que zero. Conseqüentemente, tem boa folga financeira para honrar as suas obrigações de curto prazo;

- b) passivos de funcionamento maiores do que Ativos Circulantes operacionais, conseqüentemente o IOG se configura menor de que zero;
- c) ativos circulantes financeiros excedendo aos passivos circulantes onerosos o que configura saldo de tesouraria maior que zero.

Empresas que apresentam essa configuração possuem expressiva captação de recursos, fazendo com que as receitas tenham significativa participação na formação do lucro líquido. Nestas circunstâncias, quanto maior for o volume de vendas maior será o saldo positivo de tesouraria. Entretanto, se ocorrer queda brusca nas vendas, o saldo de tesouraria declinará rapidamente, podendo até transformar-se de positivo em negativo. Deste modo, verifica-se que empresas com este tipo de balanço apresentam alto grau de sensibilidade às flutuações das vendas.

Os dirigentes destas empresas devem resistir à tentação de investir essas sobras de recursos em ativos permanentes, uma vez que os elevados saldos de tesouraria decorrem em grande parte de passivos de curtíssimo prazo que precisam ser continuamente renovados.

TIPO II: $CCL > O$ e $IOG > O$, Sendo $CCL > IOG \rightarrow T > O$, $T < CCL$ e $T \geq IOG$

O IOG positivo significa que os passivos de funcionamento (PCC) são insuficientes para atender às necessidades de financiamentos dos ativos operacionais de curto prazo (ACC).

Neste tipo de balanço, os recursos permanentes aplicados no capital de giro (CCL) suprem a insuficiência do PCC e ainda permitem a manutenção de um saldo positivo de tesouraria. Este saldo de tesouraria indica uma *situação financeira sólida* enquanto for mantido determinado nível de operações. Entretanto, a expansão das vendas provocará aumento do IOG e conseqüentemente redução do T. Se essa expansão for sazonal, logo a empresa retornará à situação original, reforçada por um momento no CCL decorrente da capitalização dos lucros adicionais. Por outro lado, um aumento grande e repentino das vendas fará com que o rápido crescimento do IOG absorva todas as disponibilidades e demande novos empréstimos de curto prazo, tornando T negativo e, conseqüentemente, desestabilizando a estrutura financeira da empresa.

TIPO III: $CCL > O$ e $IOG > O$, Sendo $CCL < IOG \rightarrow T < O$ e $T < CCL < IOG$

Este tipo de balanço indica *situação financeira insatisfatória*, uma vez que o CCL é inferior ao IOG. Empresas com este tipo de estrutura patrimonial são bastante dependentes de empréstimos de curto prazo para financiar suas operações. O aumento na vulnerabilidade financeira ocorre à medida que cresce a diferença entre CCL e o IOG e, conseqüentemente, é ampliado o saldo negativo de tesouraria.

TIPO IV: $CCL < 0$ e $IOG > 0 \rightarrow T < 0$, sendo $CCL < IOG \rightarrow T < CCL < IOG$

O CCL é negativo indica que a empresa está financiando ativos não circulantes com dívidas de curto prazo, revelando desequilíbrio entre as fontes aplicações de recursos. Isto seria suficiente para configurar uma *situação financeira ruim* e restringir o acesso da empresa às fontes de financiamento de curto prazo. Entretanto mesmo com CCL negativo, poderia ocorrer da empresa continuar obtendo crédito junto aos seus fornecedores ou levantar empréstimos bancários. Isto aconteceria mediante o oferecimento de garantias adicionais, tais como: aval de proprietários detentores de patrimônio, solidez de grupo econômico a que pertence empresa, conceito creditício dos sacados das duplicatas descontadas ou dadas em garantias, etc.

Neste tipo de balanço deve-se ressaltar que a concorrência simultânea de IOG positivo o CCL negativo indica *péssima situação financeira*, com possibilidade de agravamento com a expansão dos negócios evidenciada pelo crescimento do saldo negativo da tesouraria.

Empresas privadas com este tipo de balanço estariam à beira da falência, a menos que seus acionistas controladores pudessem fornecer-lhe algum tipo de apoio externo.

Essa configuração aparece com maior frequência em empresas estatais mal administradas, com preços ou tarifas defasadas, etc. Estas sobrevivem graças às periódicas injeções de recursos realizadas pelo seu acionista majoritário (governo federal, estadual ou municipal) e também por um mercado cuja demanda é

inelástica. É o caso de empresas distribuidoras de energia elétrica, empresas de telecomunicações, etc.

TIPO V: $CCL < 0$ e $IOG < 0$, sendo $CCL < IOG \rightarrow T < 0$, $T > CCL$ e $T \geq IOG$

Neste tipo de balanço a *situação financeira é muito ruim*, porém menos grave do que no tipo IV devido ao fato dos passivos de funcionamento excederem as necessidades de recursos para financiar os ativos circulantes operacionais ($ACC < PCC \rightarrow IOG < 0$). Isto atenua os efeitos negativos sobre o saldo de tesouraria.

TIPO VI: $CCL < 0$ e $IOG < 0$, sendo $CCL > IOG \rightarrow T > 0$, $T > CCL > IOG$

Este tipo de balanço revela que a empresa estaria desviando sobras de recursos de curto prazo para ativos não circulantes e mantendo um saldo positivo de tesouraria. Uma situação como essa não poderia ser mantida por muito tempo, pois uma queda no volume das vendas esgotaria a parcela excedente do PCC, invertendo o sinal do IOG e do saldo de tesouraria. Trata-se de um tipo de configuração que envolve *alto risco de insolvência* (FLEURIET, 2003 p.15-17).

3. METODOLOGIA

Nos últimos tempos o gerenciamento do risco financeiro tem se tornado cada vez mais essencial para a sobrevivência das atividades do mercado financeiro. O aumento da volatilidade da economia mundial, contribui enormemente para o aumento da demanda por estudo e mecanismos para o gerenciamento do risco nas operações de crédito.

O presente trabalho foi realizado mediante estudo exploratório das práticas operacionais dos processos de análise e concessão de créditos financeiros, no Banco Didático.

A Revisão de Literatura (tópico 2) realizada em bibliografias de autores renomados, que enfocam os aspectos conceituais sobre crédito, finanças, risco, políticas de crédito e técnicas de análise para concessão de crédito, dão respaldo ao trabalho prático (tópico 4) realizado mediante análise e avaliação de oito empresas, escolhidas aleatoriamente, que obtiveram créditos deferidos junto ao Banco Didático.

A análise técnica, que estudou os indicadores econômico-financeiros das empresas avaliadas, teve por base os demonstrativos financeiros já reclassificados pelo banco, para o seu trabalho de estudo e deferimento dos créditos concedidos. Esses demonstrativos foram juntados a este trabalho, como anexos.

O Balanço Patrimonial, das empresas analisadas, reclassificado para a análise da tipologia, os índices econômico-financeiros, os gráficos utilizados pelo banco para a análise de crédito constam do tópico “ 4 – Resultado das Discussões”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 INTRODUÇÃO

As informações apresentadas na sequência são o resultado da análise comparativa do sistema de avaliação e aprovação de crédito utilizado pelo Banco Didático e a análise de tipologia desenvolvida por Fleuriot, em seu livro “O Modelo Fleuriot – A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras (2003)”.

O nome do banco e das empresas foi omitido para preservar o sigilo bancário. Contudo, os dados que serviram de base para as análises são reais. Foram extraídos das demonstrações financeiras de oito empresas que solicitaram empréstimos para capital de giro, no Banco Didático, no período de 1994 a 2002.

Essas empresas foram escolhidas aleatoriamente, junto à Divisão de Análise de Créditos do banco, localizada nesta Capital. A amostra utilizada no estudo apresenta empresas de pequeno e médio porte, que atuam em vários ramos de atividade.

As demonstrações financeiras utilizadas já estão reclassificadas pelo banco, segundo a sua metodologia de análise econômico-financeira. Basicamente foram utilizadas a Demonstração de Resultados e o Balanço Patrimonial, que retratam o desempenho das empresas escolhidas no período analisado.

O estudo revela que das oito empresas analisadas, somente uma teve sua proposta de crédito indeferida. As demais, mesmo que com redução do valor inicialmente proposto, tiveram seu pleito atendido.

Rastreando o comportamento das empresas assistidas pelo banco com o crédito pleiteado, constatou-se que três delas (A, B e E) estão inadimplentes. Essas, levantaram empréstimo nos primeiros anos da pesquisa, ou seja, entre 1994 a 1999. As empresas C, F e G quitaram o empréstimo, objeto do estudo. A empresa D renegociou seu débito, quitando-o posteriormente. A empresa H teve sua proposta de crédito indeferida.

Isso revela que o sistema de avaliação de crédito utilizado pelo banco no início do período apresentava certo grau de fragilidade. Observa-se também que, como resultado de investimentos realizados em recursos materiais, tecnológicos, disseminação da cultura de crédito aos profissionais responsáveis pelo estudo, deferimento e gestão de créditos, o perfil da carteira se modificou e apresenta, atualmente, sinais de maior segurança no retorno dos capitais emprestados.

4.2 EMPRESA "A"

Trata-se de empresa de pequeno porte, que tem como atividade principal a extração de pedras para construção.

A empresa pleiteou junto ao banco limite de crédito no valor de R\$ 100.000,00, tendo sido aprovado limite reduzido para R\$ 50.000,00.

Resumidamente, a análise realizada pelo Banco Didático, que sustentou o deferimento do limite, teve amparo nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios, que estabeleceu os índices de desempenho. Esses índices se mostraram desfavoráveis, com tendência a queda do primeiro para o terceiro exercício, contudo conjugados com os dados da análise subjetiva permitiram risco julgado suportável.
- II) Análise de dados subjetivos estudou as características particulares da empresa no seu segmento de mercado, assim como a capacidade administrativa de seus dirigentes.
- III) Todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a e estabelecimento do risco do cliente, classificado como "Risco B", que no ratings dos riscos é considerado como "aceitável".

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A Análise da Tipologia da empresa "A" mostra-se com tendência à piorar nos exercícios analisados. Passando do tipo III, verificado no primeiro exercício, para o tipo VI no último exercício.

No primeiro exercício apresentou Tipologia III, indicando situação financeira insatisfatória, uma vez que o CCL é inferior ao IOG, o que caracteriza alta dependência de empréstimos bancários de curto prazo para financiar suas atividades.

No segundo exercício a Tipologia V demonstra situação financeira muito ruim. O Passivo Circulante Líquido (PCC) maior que o Ativo Circulante Líquido (ACC) atenua os efeitos negativos sobre o saldo de tesouraria. O CCL menor que o IOG evidencia que a empresa não está conseguindo autofinanciar sua necessidade de capital de giro. A Tipologia VI, configurada no último exercício, revela alto risco de insolvência. O aumento verificado no ativo imobilizado revela desvio de sobras de recursos de curto prazo para ativos não circulantes, resultando em saldo positivo de tesouraria. Essa situação, porém, não poderá ser sustentada por muito tempo, porque o volume de vendas está em queda.

Conclusão:

Considerando que a dinâmica da situação financeira da empresa apresenta-se desfavorável e com tendência a piorar, pela análise de tipologia o banco não teria aprovado o limite de crédito, porque no caso sob enfoque o risco de inadimplência nas operações é bastante elevado.

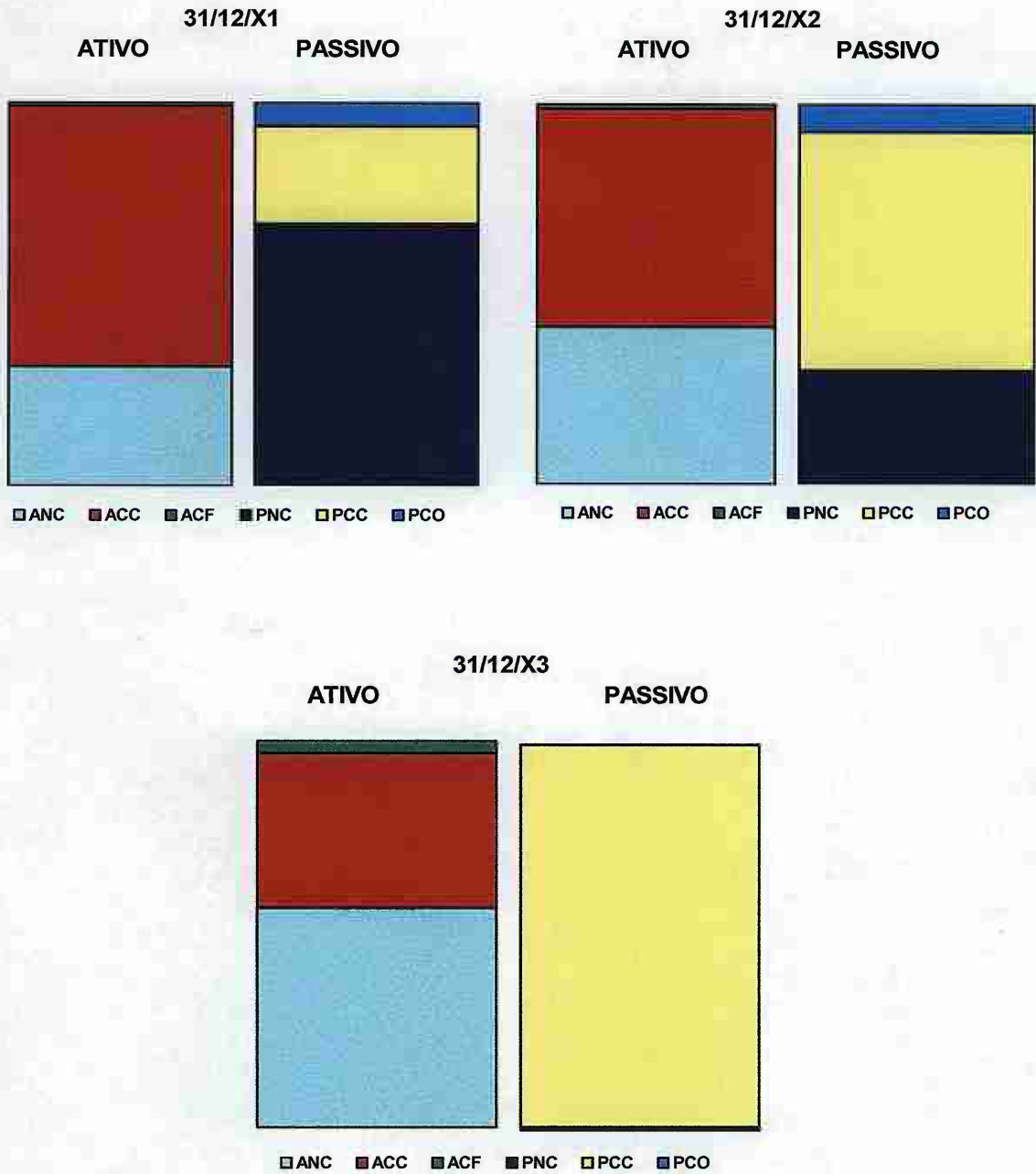
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "A"**

Descrição	Virs. atualizados	Virs. atualizados	Virs. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	10.347	8.701	22.168
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	821.381	394.808	279.288
Duplicatas a receber	644.003	59.374	45.626
Estoques	157.178	327.569	223.167
Outros ACC	20.200	7.865	10.495
Ativo Não Circulante (ANC)	374.444	282.966	395.012
ATIVO TOTAL	1.206.172	686.475	696.468
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	73.471	50.301	12.525
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	307.364	431.239	817.741
Fornecedores	281.033	166.322	340.052
Outros PCC	26.331	264.917	477.689
Passivo Não Circulante (PNC)	825.336	204.933	(133.798)
PASSIVO TOTAL	1.206.171	686.473	696.468
Receitas de Vendas (ROB -DA)	2.046.333	1.207.348	996.240
IOG (NCG)	514.017	(36.431)	(538.453)
Autofinanciamento (AUT)	(297.226)	(574.478)	(569.937)
Lucro Líquido	(538.310)	(806.034)	(569.937)
Depreciação/Amortização	241.084	231.556	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	450.892	(78.033)	(528.810)
Saldo de Tesouraria (ST)	(63.124)	(41.600)	9.643
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	25,12	(3,02)	(54,05)
AUT / (ROB-DA)	(14,52)	(47,58)	(57,21)
CCL / (ROB-DA)	22,03	(6,46)	(53,08)
ST / (ROB-DA)	(3,08)	(3,45)	0,97
Crescimento das Vendas		(41,00)	(17,49)
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,88	2,14	0,98
ST / IOG (vezes)	(0,12)	1,14	(0,02)

TIPOLOGIA – EMPRESA “A”	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X2	TIPO: V
CCL < 0 e IOG < 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST > CCL e ST < IOG	
31/12/X3	TIPO: VI
CCL < 0 e IOG < 0, Sendo CCL > IOG e T > 0 ST > CCL > IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

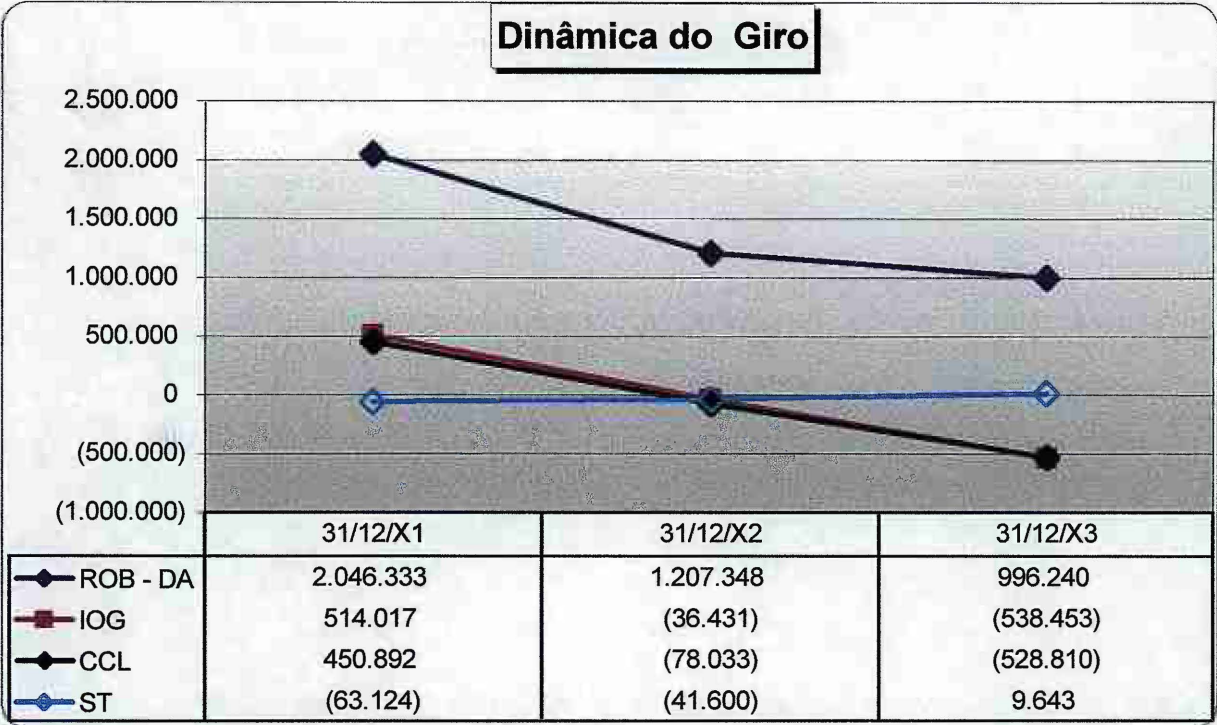
GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "A"



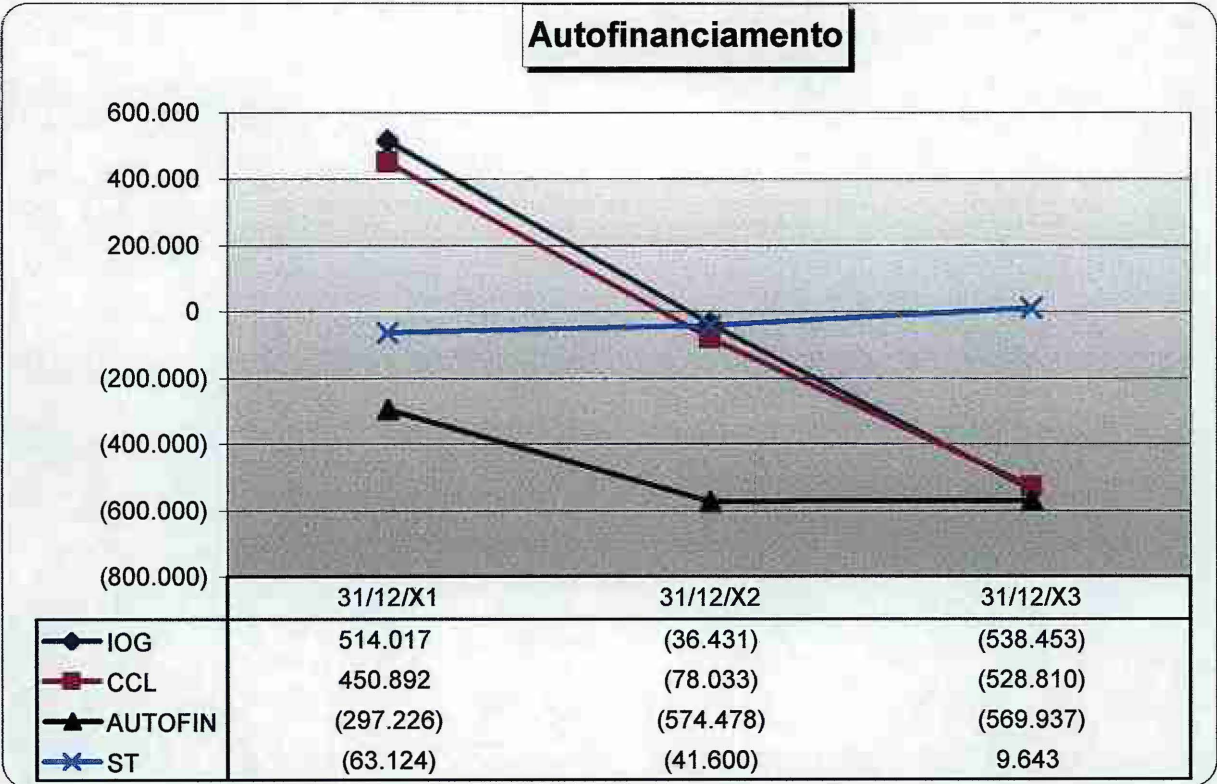
Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "A"

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "A"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	235,21	276,60	276,60
Composição das Exigibilidades	45,00	48,38	58,35
Imobilização do Patrimônio Líquido	104,06	169,90	169,90
Liquidez Geral	0,98	0,41	0,21
Liquidez Seca	1,77	0,16	0,09
Liquidez Corrente	2,18	0,84	0,36
Prazo Médio de Recebimento	113	105	19
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	43	110	121
Prazo Médio de Compras	68	105	115
Ciclo Operacional	156	215	140
Ciclo Financeiro	88	110	25
Giro do Ativo	1,70	1,05	1,24
Rentabilidade das Vendas	(26,31)	(80,84)	(66,29)
Retorno Sobre Investimento Total	(47,18)	(117,42)	(85,49)
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	(149,60)	(3.162,61)	(110,11)
Endividamento Geral	70,17	144,99	204,29
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	44,69	82,17	86,88
Grau de Alavancagem Financeira	0,00	0,00	0,00

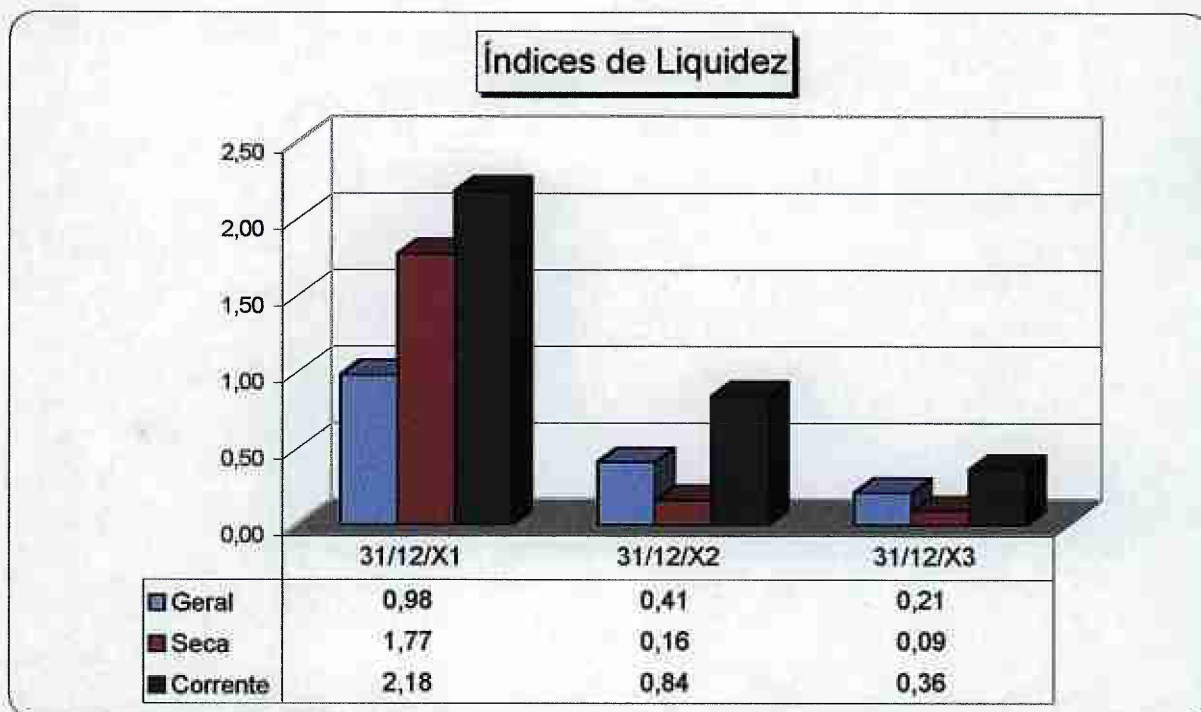
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.



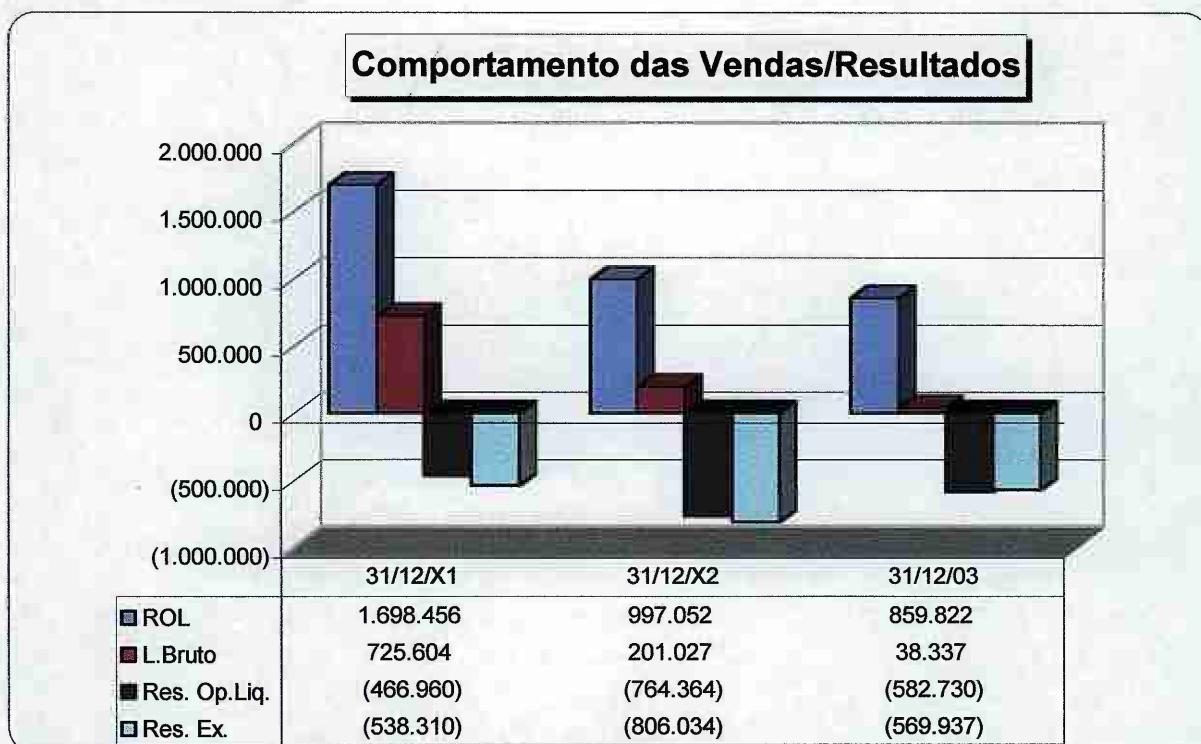
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa “A”



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultado da Empresa “A”

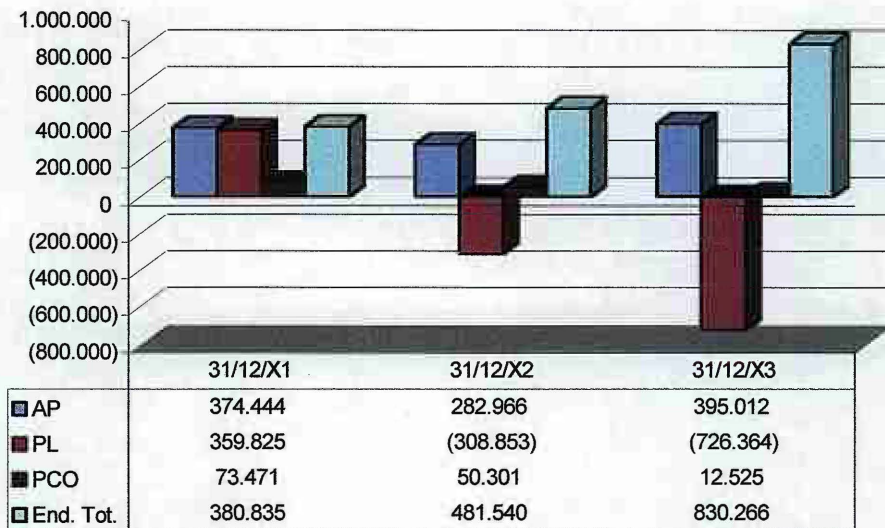


Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "A"



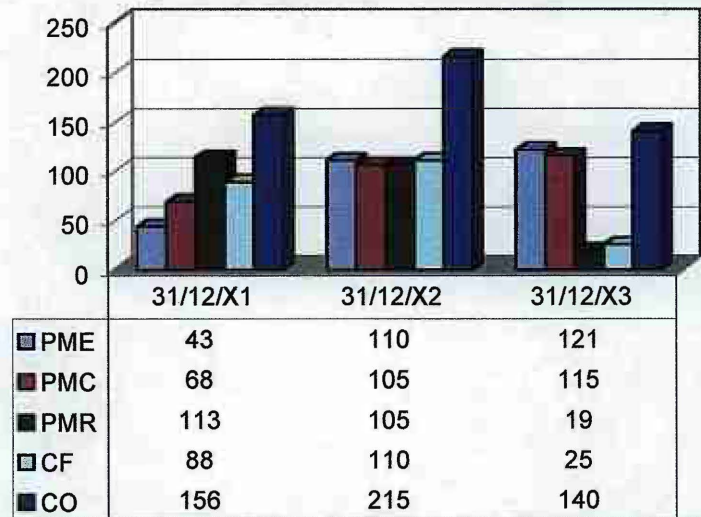
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "A"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "A"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "A"

4.3 EMPRESA "B"

É uma empresa de porte médio que atua no ramo da indústria de construção civil e rodoferroviária, pavimentação, terraplanagem e urbanização.

A empresa pleiteou junto ao banco limite de crédito no valor de R\$ 720.000,00, tendo sido aprovado limite reduzido para R\$ 700.000,00.

Resumidamente a análise realizada pelo Banco Didático, que deu sustentação ao deferimento do limite deferido, teve amparo nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices econômico-financeiros apresentam-se em equilíbrio. Há predominância de capitais de terceiros, porém com tendência a declínio. Na composição das exigibilidades verifica-se predominância de dívidas com vencimentos no curto prazo. Os índices de liquidez apresentam-se satisfatórios, pois se situam acima da unidade. A rentabilidade das vendas, apesar de pequena é positiva e crescente. Verifica-se também que o grau de alavancagem financeira é positivo.
- II) Análise de dados subjetivos avaliaram as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a qualificação e experiência dos administradores no seu ramo de atividade, além do fato de se tratar de empresa tradicional na praça e cliente preferencial do banco.
- III) Todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a análise e estabelecimento do risco do cliente,

classificado como “Risco D”, que no ratings dos riscos, é avaliado como “considerável”.

- IV) Apesar da situação vulnerável, o limite de crédito foi deferido, destacando-se a idoneidade da empresa na praça e o histórico de adimplência em suas operações junto ao banco.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A Análise da Tipologia da empresa “B” apresenta-se estável, permanecendo no tipo III nos três exercícios analisados.

A configuração do Tipo III indica situação financeira insatisfatória, uma vez que o CCL é inferior ao IOG, o que caracteriza alta dependência de empréstimos bancários de curto prazo para financiar suas atividades.

Apesar de ter permanecido no tipo III, a situação dessa empresa é bastante preocupante, porque a sua performance de desempenho tende a piorar. Isso é facilmente percebível quando se faz a análise comparativa da evolução progressiva do saldo negativo de tesouraria com o faturamento em queda. As receitas operacionais sofreram acentuada queda (em torno de 50%), enquanto a diferença entre o CCL e IOG aumentou ampliando, conseqüentemente, o saldo negativo de tesouraria.

Conclusão:

Considerando a situação de vulnerabilidade financeira da empresa com tendência a piorar ainda mais, pela análise da tipologia, o banco não teria aprovado

limite de crédito, já que as perspectivas bastante desfavoráveis elevam o risco de inadimplência nas operações.

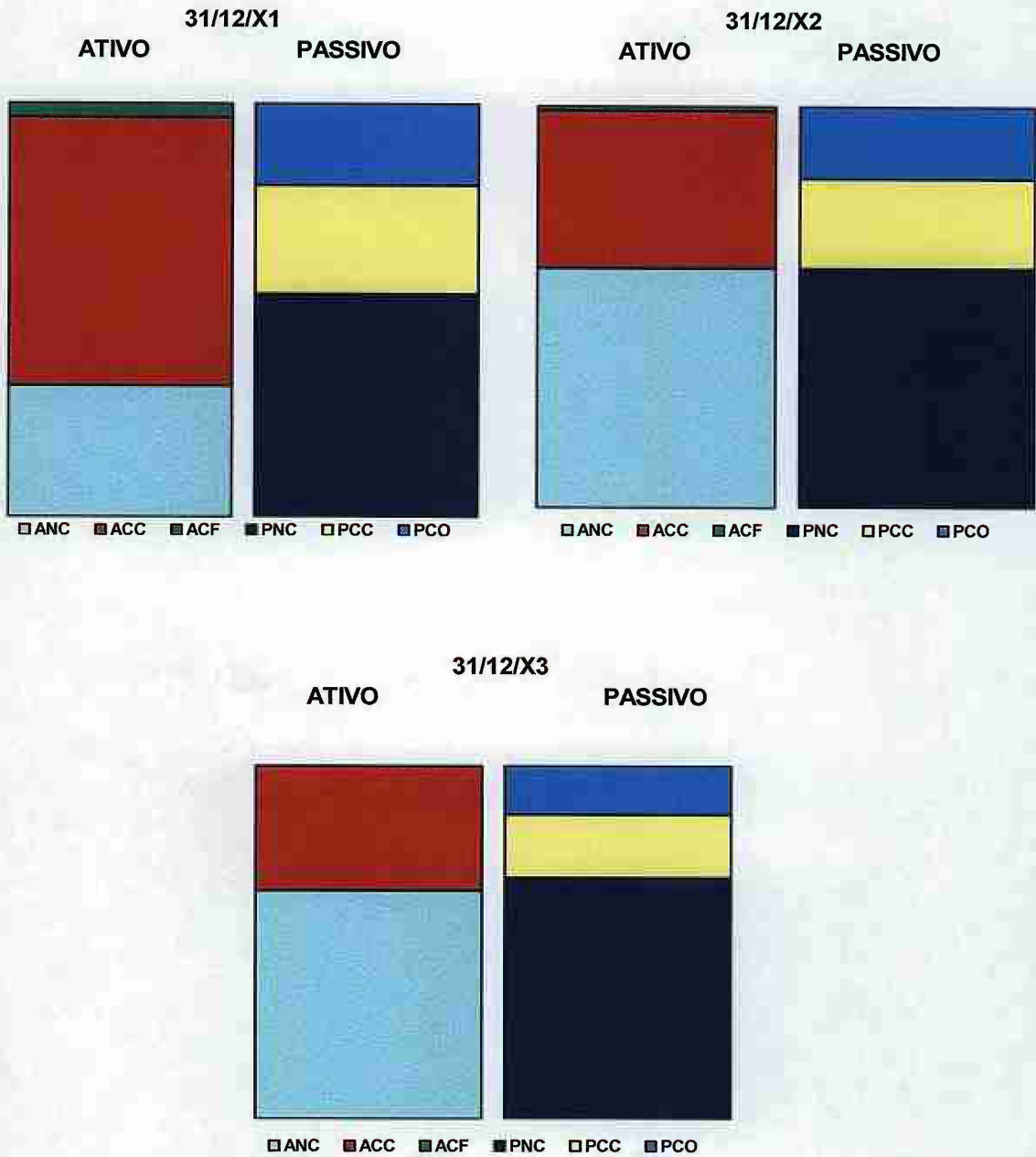
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "B"**

Descrição	Virsl. atualizados	Virsl. atualizados	Virsl. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	300.508	113.360	16.086
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	5.719.888	3.940.782	4.994.706
Duplicatas a receber	4.811.871	3.752.536	3.640.660
Estoques	0	0	0
Outros ACC	908.017	188.246	1.354.046
Ativo Não Circulante (ANC)	2.771.581	5.996.565	9.107.791
TOTAL	8.791.977	10.050.707	14.118.583
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	1.739.555	1.811.242	1.950.788
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	2.310.287	2.255.462	2.538.437
Fornecedores	1.340.171	1.078.174	1.278.520
Outros PCC	970.116	1.177.288	1.259.917
Passivo Não Circulante (PNC)	4.742.135	5.984.003	9.629.358
TOTAL	8.791.977	10.050.707	14.118.583
Receitas de Vendas (ROB -DA)	22.737.753	15.116.797	11.224.694
IOG (NCG)	3.409.601	1.685.320	2.456.269
Autofinanciamento (AUT)	352.819	259.303	77.385
Lucro Líquido	51.850	99.806	77.385
Depreciação/Amortização	300.969	159.497	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	1.970.554	(12.562)	521.567
Saldo de Tesouraria (ST)	(1.439.047)	(1.697.882)	(1.934.702)
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	15,00	11,15	21,88
AUT / (ROB-DA)	1,55	1,72	0,69
CCL / (ROB-DA)	8,67	(0,08)	4,65
ST / (ROB-DA)	(6,33)	(11,23)	(17,24)
Crescimento das Vendas		(33,52)	(25,75)
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,58	(0,01)	0,21
ST / IOG (vezes)	(0,42)	(1,01)	(0,79)

TIPOLOGIA – EMPRESA “B”	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X2	TIPO: III
CCL < 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X3	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático

GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "B"

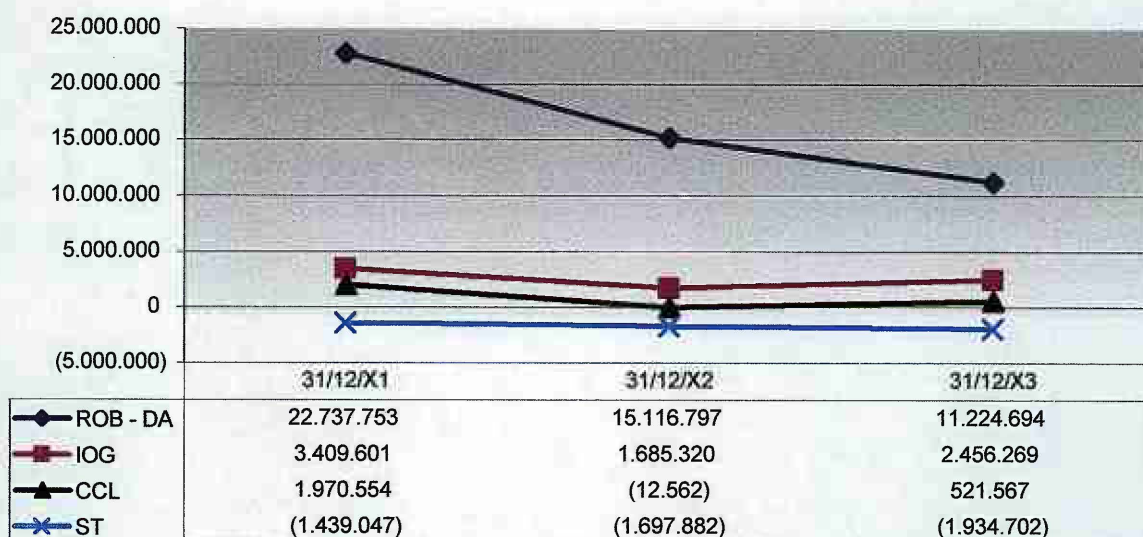


Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "B "

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "B"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	153,97	141,25	98,12
Composição das Exigibilidades	75,98	69,11	64,20
Imobilização do Patrimônio Líquido	24,75	12,37	59,29
Liquidez Geral	1,49	1,62	1,41
Liquidez Seca	1,49	1,00	1,12
Liquidez Corrente	1,49	1,00	1,12
Prazo Médio de Recebimento	76	144	227
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	0	0	0
Prazo Médio de Compras	25	46	49
Ciclo Operacional	76	144	227
Ciclo Financeiro	51	98	178
Giro do Ativo	2,59	1,52	0,87
Rentabilidade das Vendas	0,23	0,70	0,73
Retorno Sobre Investimento Total	2,52	4,82	2,08
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	1,50	2,62	1,37
Endividamento Geral	60,63	58,55	49,52
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	34,35	36,11	31,55
Grau de Alavancagem Financeira	0,09	0,12	0,09

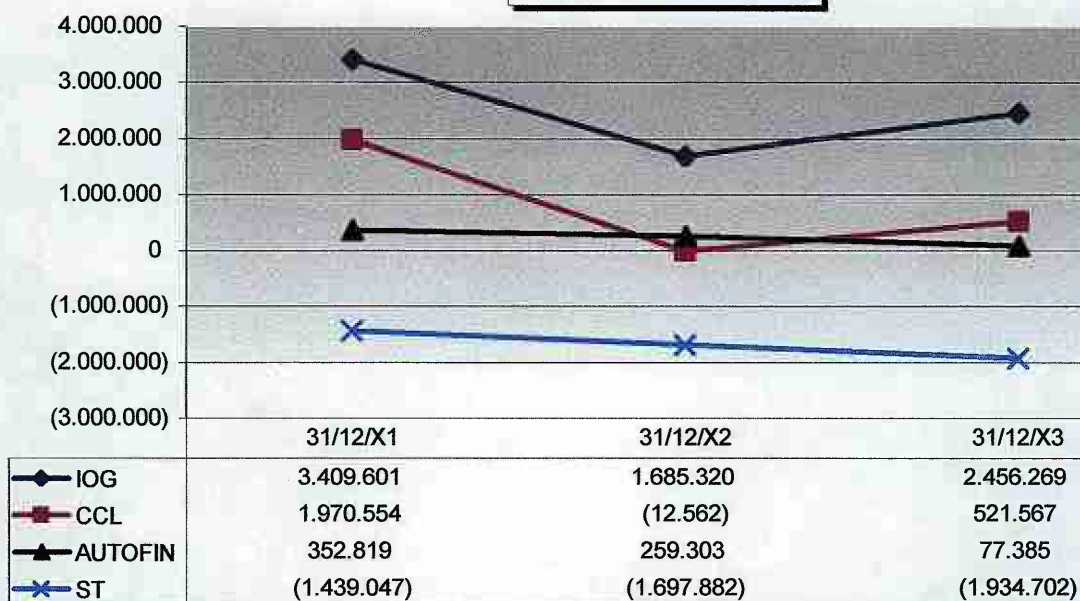
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

Dinâmica do Giro



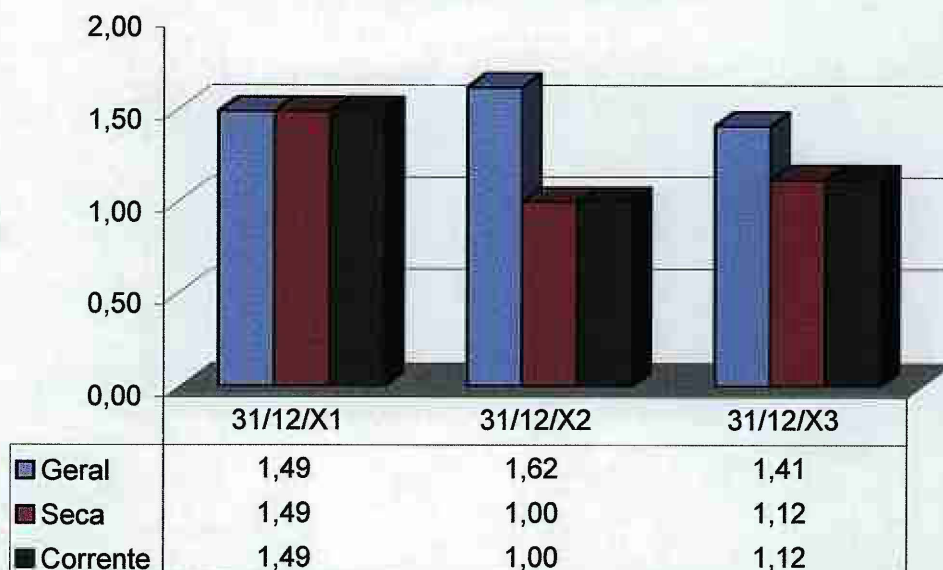
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "B"

Autofinanciamento



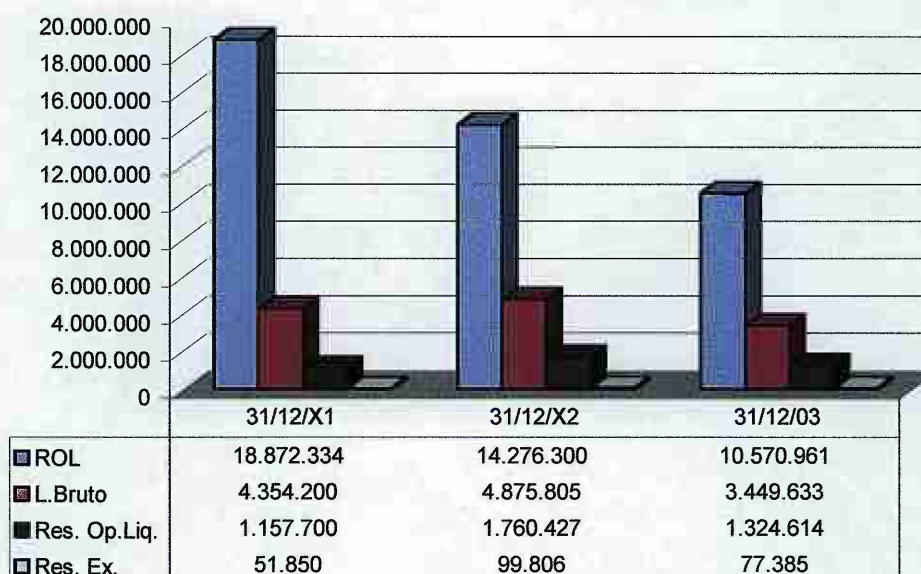
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "B"

Índices de Liquidez



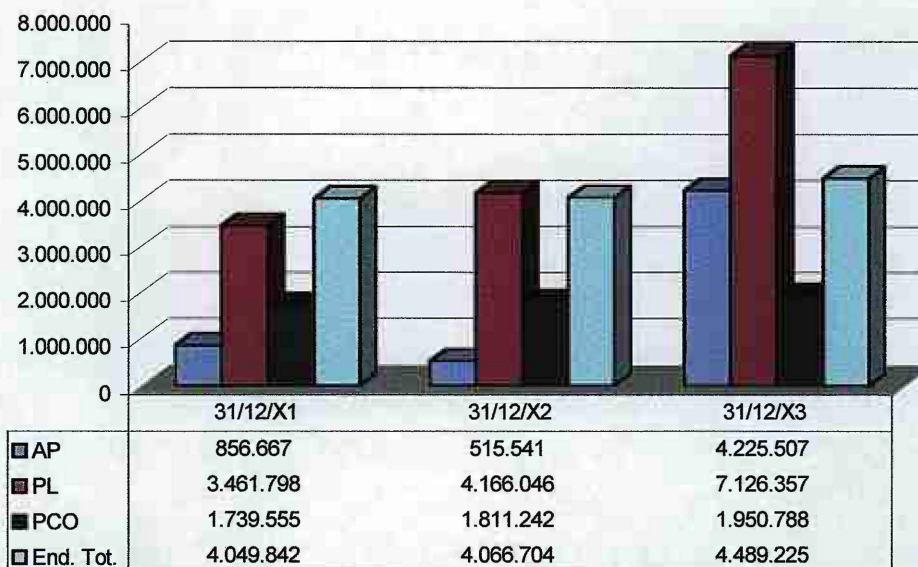
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "B"

Comportamento das Vendas



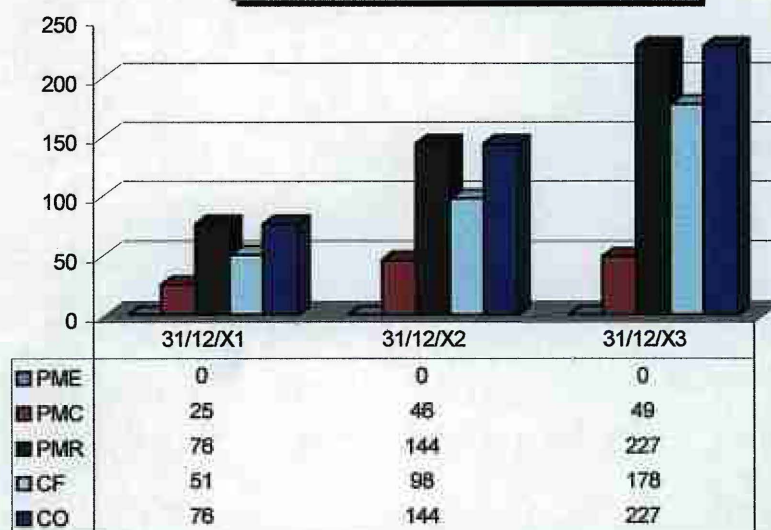
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "B"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "B"

Ciclo Financeiro/ Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "B"

4.4 EMPRESA "C"

Trata-se de empresa de porte médio, que atua no ramo de comércio varejista de combustíveis.

O limite de crédito pretendido e aprovado foi de R\$ 500.000,00.

Resumidamente a análise da empresa realizada pelo Banco Didático para aprovação do limite, teve sustentação nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices econômico-financeiros mostram-se em equilíbrio. Há predominância de capitais de terceiros, que oscilou entre 109% a 88% do primeiro para o terceiro exercício. A composição das exigibilidades está concentrada em 100% no curto prazo. Os índices de liquidez apresentam-se satisfatórios, pois se situam acima da unidade. A rentabilidade das vendas, apesar de apresentar declínio, continua acima de 2%. Verifica-se também que o grau de alavancagem financeira é positivo e acima da unidade.
- II) A elevação do faturamento resultou em maior necessidade da capital de giro. Tal fato levou a empresa a buscar, em maior escala, recursos onerosos de curto prazo para financiar suas atividades operacionais.
- III) Verifica-se incremento do Patrimônio Líquido, o que ocorreu em função da margem de lucratividade ter se mantido positiva, permitindo o reinvestimento dos lucros.

- IV) Análise de dados subjetivos avaliaram as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a capacidade administrativa dos dirigentes, além do fato de se tratar de empresa tradicional na praça.
- V) Todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram o estabelecimento do risco do cliente, classificado como “Risco C”, que no ratings dos riscos, é considerado como “médio”.
- VI) O limite de crédito foi deferido com amparo nos seguintes fatores: elevação do nível de faturamento, direcionamento do limite de crédito para operações com mecanismos de autoliquidez, inexistência de restrições contra a empresa e sócios e capacidade administrativa dos dirigentes.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A análise da tipologia da empresa “C” apresenta-se estável, permanecendo no tipo III nos três exercícios analisados.

A configuração do Tipo III justifica-se pela manutenção do saldo negativo de tesouraria. Muito embora esse tipo caracterize situação financeira insatisfatória, a situação da empresa “C” é melhor do que da empresa “B”, porque o IOG crescente decorre do incremento no faturamento. As vendas operacionais expandiram do primeiro para o terceiro período cerca de 50%, provocando aumento do IOG e, conseqüentemente, reduzindo o saldo de tesouraria. Verifica-se aumento do CCL

que pode ter ocorrido pelo reinvestimento dos lucros, que nos três exercícios manteve margem positiva.

Conclusão:

Apesar da situação de vulnerabilidade financeira em que a empresa se encontrava no momento estático que serviram de base para a avaliação, pela análise da tipologia, o banco, aprovaria o limite de crédito, como o fez, ponderadas as perspectivas de melhora da performance de desempenho da sua cliente.

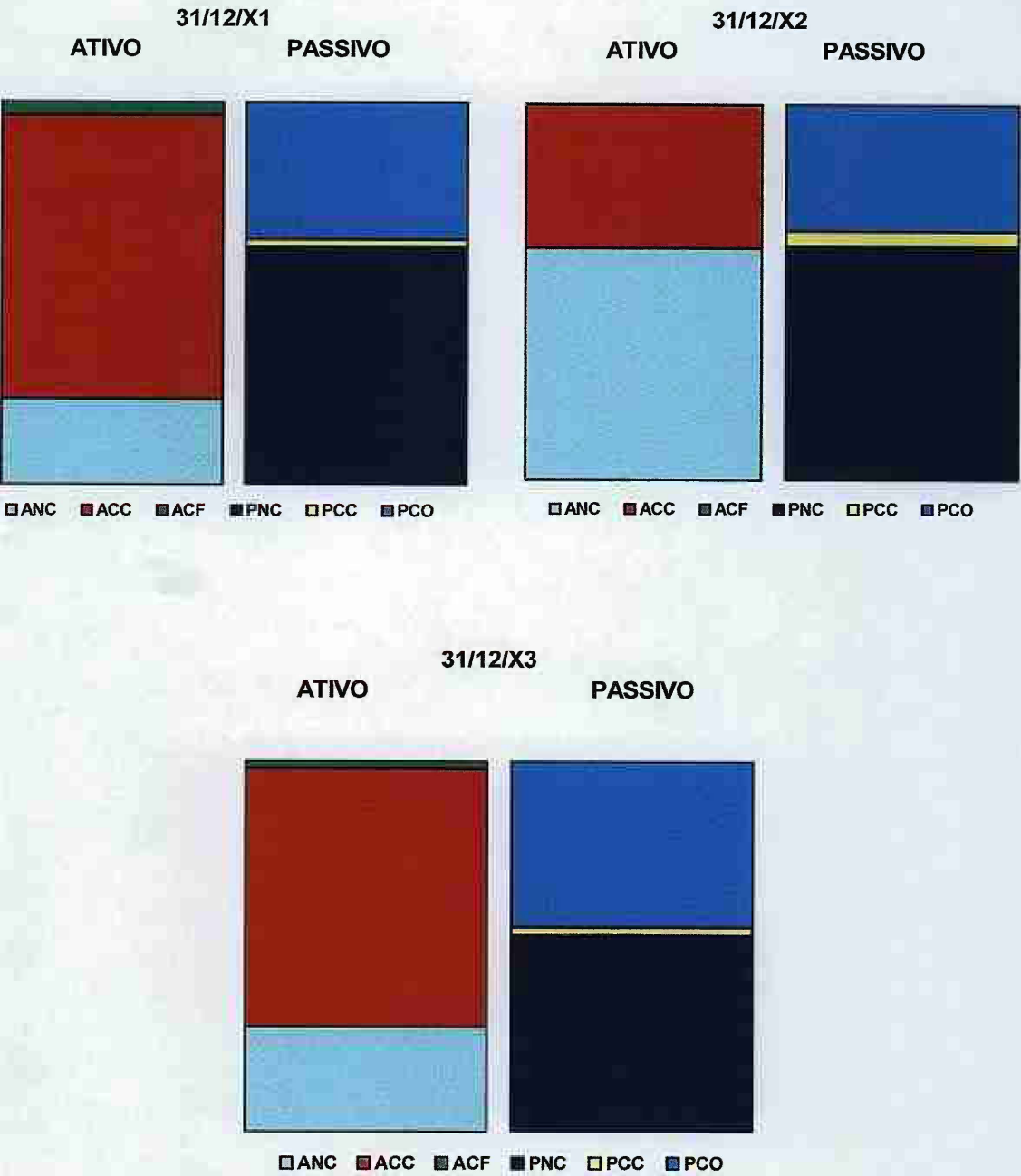
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "C"**

Descrição	Virsl. atualizados	Virsl. atualizados	Virsl. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	31.014	556	25.952
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	650.792	228.242	868.565
Duplicatas a receber	571.609	147.687	714.813
Estoques	68.078	64.026	90.676
Outros ACC	11.105	16.529	63.076
Ativo Não Circulante (ANC)	194.810	367.043	349.337
TOTAL	876.616	595.841	1.243.854
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	314.708	201.262	556.000
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	17.498	23.600	28.050
Fornecedores	0	0	0
Outros PCC	17.498	23.600	28.050
Passivo Não Circulante (PNC)	544.412	370.979	658.704
TOTAL	876.618	595.841	1.242.754
Receitas de Vendas (ROB -DA)	5.260.315	8.001.796	11.301.643
IOG (NCG)	633.294	204.642	840.515
Autofinanciamento (AUT)	291.341	185.707	249.125
Lucro Líquido	291.341	185.707	249.125
Depreciação/Amortização	0	0	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	349.602	3.936	309.367
Saldo de Tesouraria (ST)	(283.694)	(200.706)	(530.048)
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	12,04	2,56	7,44
AUT / (ROB-DA)	5,54	2,32	2,20
CCL / (ROB-DA)	6,65	0,05	2,74
ST / (ROB-DA)	(5,39)	(2,51)	(4,69)
Crescimento das Vendas		52,12	41,24
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,55	0,02	0,37
ST / IOG (vezes)	(0,45)	(0,98)	(0,63)

TIPOLOGIA – EMPRESA “C”	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "C"

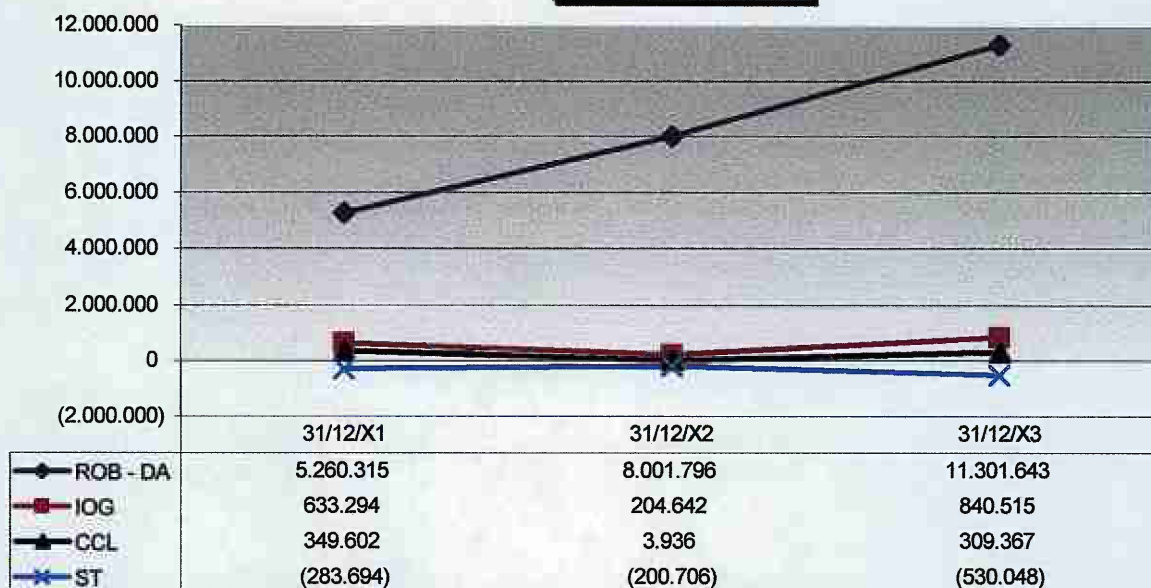


Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "C"

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "C"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	109,34	60,61	88,83
Composição das Exigibilidades	72,56	100,00	100,00
Imobilização do Patrimônio Líquido	46,52	98,94	53,03
Liquidez Geral	1,49	1,02	1,53
Liquidez Seca	1,85	0,73	1,37
Liquidez Corrente	2,05	1,02	1,53
Prazo Médio de Recebimento	39	16	14
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	5	4	3
Prazo Médio de Compras	0	0	0
Ciclo Operacional	44	20	17
Ciclo Financeiro	44	20	17
Giro do Ativo	5,96	10,76	12,20
Rentabilidade das Vendas	5,58	2,34	2,22
Retorno Sobre Investimento Total	30,37	31,17	20,20
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	69,57	47,03	48,39
Endividamento Geral	52,23	37,74	47,04
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	50,23	33,78	44,70
Grau de Alavancagem Financeira	1,87	0,72	1,06

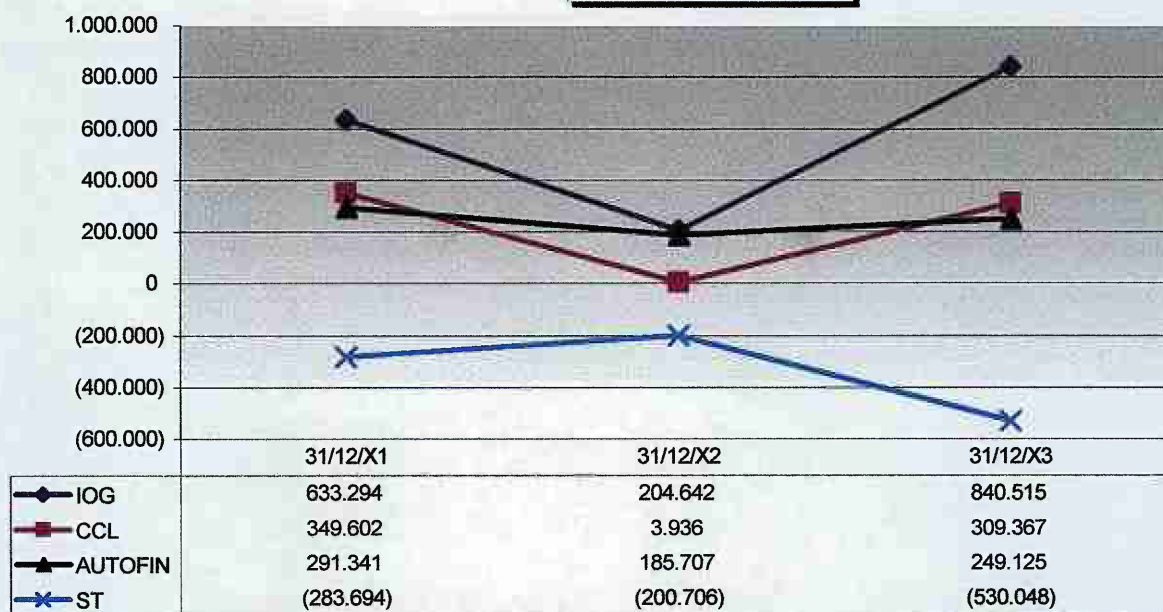
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

Dinâmica do Giro



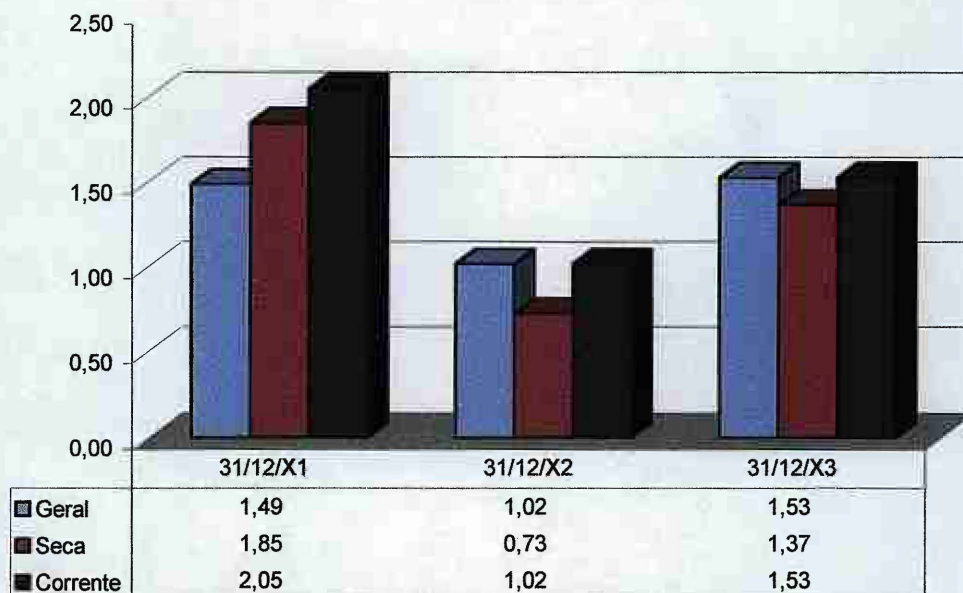
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "C"

Autofinanciamento



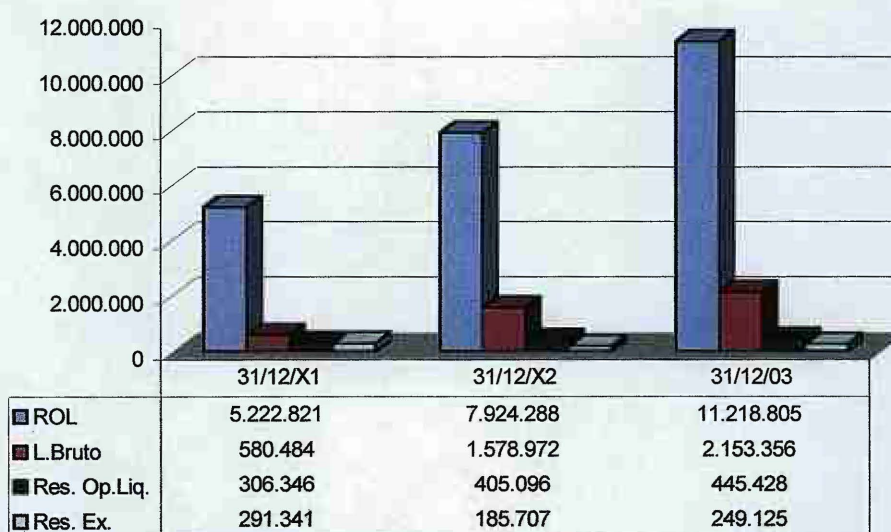
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "C"

Índices de Liquidez



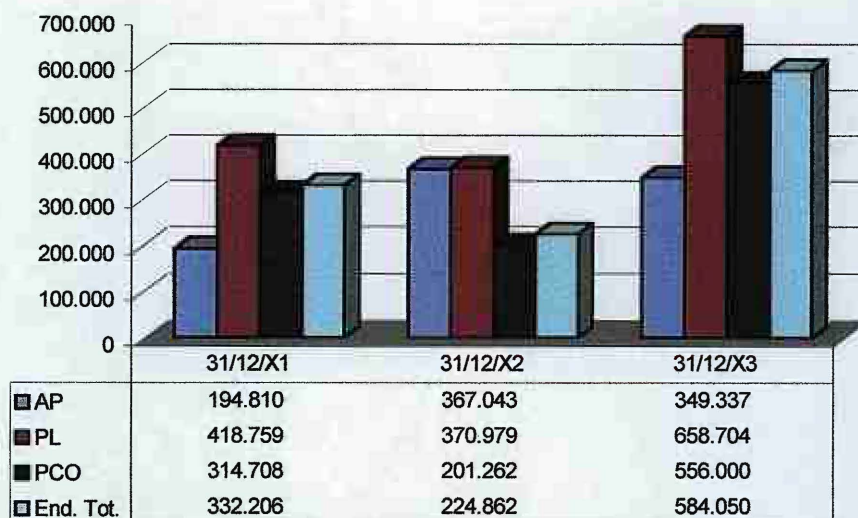
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "C"

Comportamento das Vendas/Resultados



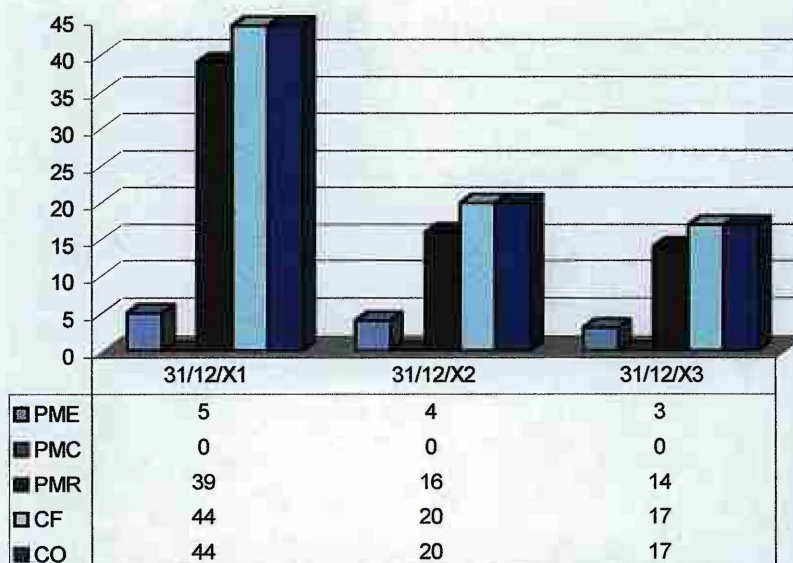
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "C"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "C"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "C"

4.5 EMPRESA “D”

Trata-se de empresa de porte médio, que atua no ramo de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes.

A empresa pleiteou junto ao banco limite de crédito no valor de R\$ 800.000,00, tendo sido aprovado limite reduzido para R\$ 600.000,00.

Resumidamente a análise realizada pelo Banco Dinâmico, para deferimento do limite, teve sustentação nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices econômico-financeiros mostram-se em equilíbrio nos exercícios analisados. A análise de estrutura aponta predominância de capitais de terceiros, que se mantém acima de 60%. A composição das exigibilidades reduziu a concentração de dívidas de curto prazo de 100%, verificado nos dois primeiros exercícios, para 44% no último. Os índices de liquidez apresentam-se em ligeira queda, contudo ainda aceitável se considerar que a liquidez seca está muito próxima da unidade e a liquidez corrente permanece acima da unidade. A rentabilidade das vendas é positiva e crescente. O grau de alavancagem financeira é positivo e, apesar de modesto, apresenta-se em ascensão.
- II) a elevação do faturamento justifica o aumento da necessidade da capital de giro, que não foi suprida pela geração de recursos internos. Tal fato levou a empresa a buscar, em maior escala,

recursos onerosos de curto prazo para financiar suas atividades operacionais.

- III) verifica-se incremento substancial do Patrimônio Líquido provocado, em grande parte, pela elevação do Ativo Permanente. A empresa está com seu PL totalmente imobilizado, e ainda, imobilizou mais 35% dos recursos captados de terceiros.
- IV) análise de dados subjetiva avaliou as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a capacidade administrativa dos dirigentes, além do fato de se tratar de empresa tradicional na praça.
- VII) todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a análise e estabelecimento do risco do cliente, classificado como de "Risco C", que no ratings dos riscos, é considerado como "médio".
- VIII) o limite de crédito foi deferido com amparo nos seguintes fatores: o nível de faturamento crescente, direcionamento do limite de crédito para operações com mecanismos de autoliquidez, inexistência de restrições contra a empresa e sócios e capacidade administrativa dos dirigentes.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A análise da tipologia da empresa "D" apresenta-se estável, permanecendo no Tipo III nos três exercícios analisados.

A situação financeira insatisfatória, caracterizada pelo tipo III presente nesta empresa, é justificada pelo saldo negativo de tesouraria. A expansão das vendas provocou aumento do IOG e, conseqüentemente, redução do saldo de tesouraria. O CCL em queda indica que os recursos internos estão sendo desviados para ativos não circulantes. Desse modo a empresa necessita recorrer, cada vez mais, a fontes onerosas (empréstimos bancários) para financiar suas atividades.

Conclusão:

Considerando a situação de vulnerabilidade financeira da empresa, pela análise da tipologia, o banco não teria aprovado o limite de crédito, já que as perspectivas desfavoráveis reforçadas, principalmente, pela elevação do endividamento oneroso de curto prazo, elevam o risco de inadimplência nas operações.

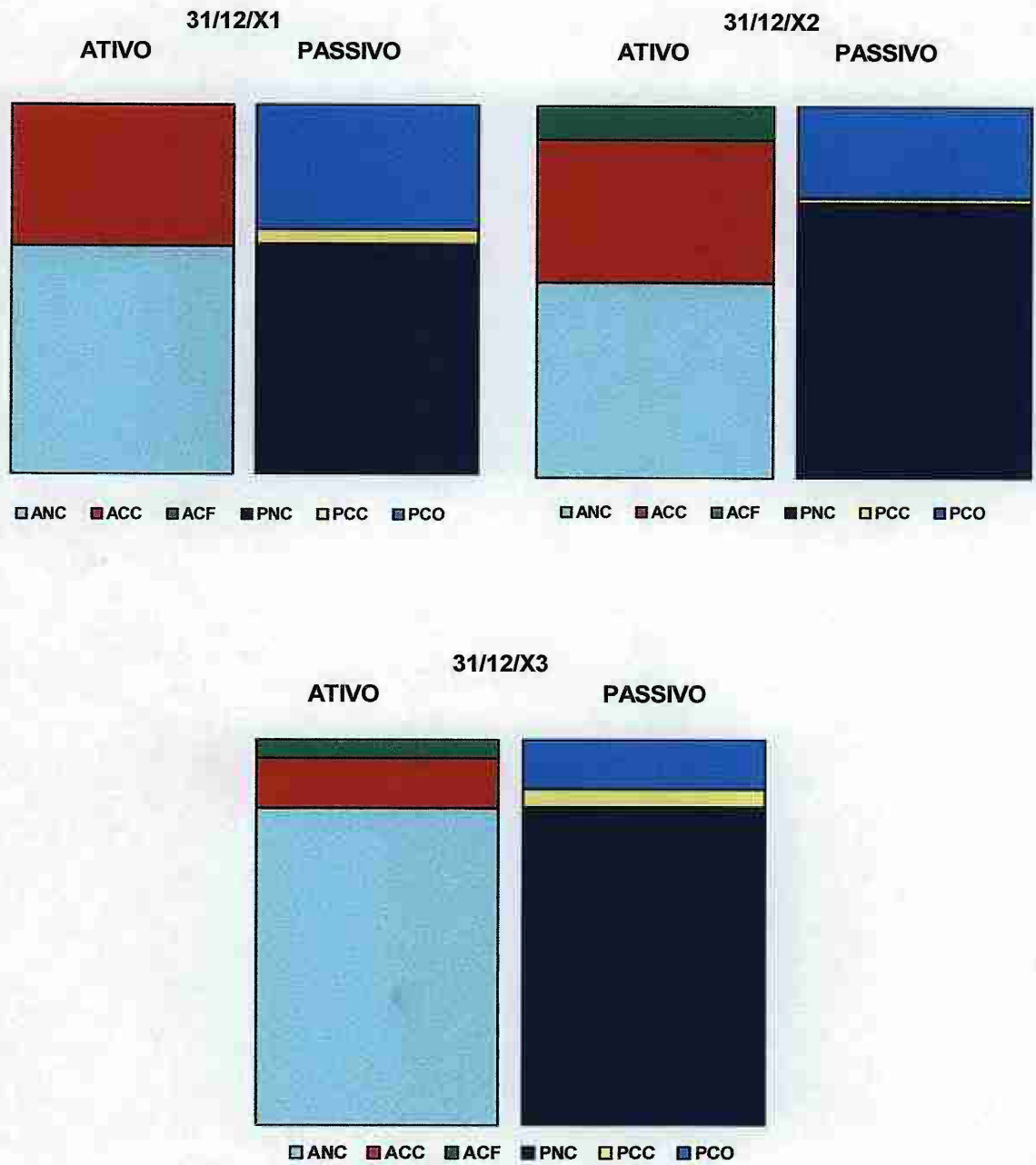
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "D"**

Descrição	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	605	239.201	398.575
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	246.123	1.010.891	1.061.543
Duplicatas a receber	159.259	770.793	846.794
Estoques	69.040	97.777	127.232
Outros ACC	17.824	142.321	87.517
Ativo Não Circulante (ANC)	395.793	1.374.563	6.707.553
TOTAL	642.521	2.624.655	8.167.671
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	217.023	648.137	1.047.605
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	25.455	34.373	392.719
Fornecedores	7	1	332.161
Outros PCC	25.448	34.372	60.558
Passivo Não Circulante (PNC)	400.044	1.940.958	6.727.347
TOTAL	642.522	2.623.468	8.167.671
Receitas de Vendas (ROB -DA)	8.657.012	12.340.036	15.399.544
IOG (NCG)	220.668	976.518	668.824
Autofinanciamento (AUT)	200.256	305.152	468.661
Lucro Líquido	200.256	305.152	468.661
Depreciação/Amortização	0	0	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	4.251	566.395	19.794
Saldo de Tesouraria (ST)	(216.418)	(408.936)	(649.030)
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	2,55	7,91	4,34
AUT / (ROB-DA)	2,31	2,47	3,04
CCL / (ROB-DA)	0,05	4,59	0,13
ST / (ROB-DA)	(2,50)	(3,31)	(4,21)
Crescimento das Vendas		42,54	24,79
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,02	0,58	0,03
ST / IOG (vezes)	(0,98)	(0,42)	(0,97)

TIPOLOGIA – EMPRESA “D”	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X2	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X3	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "D"

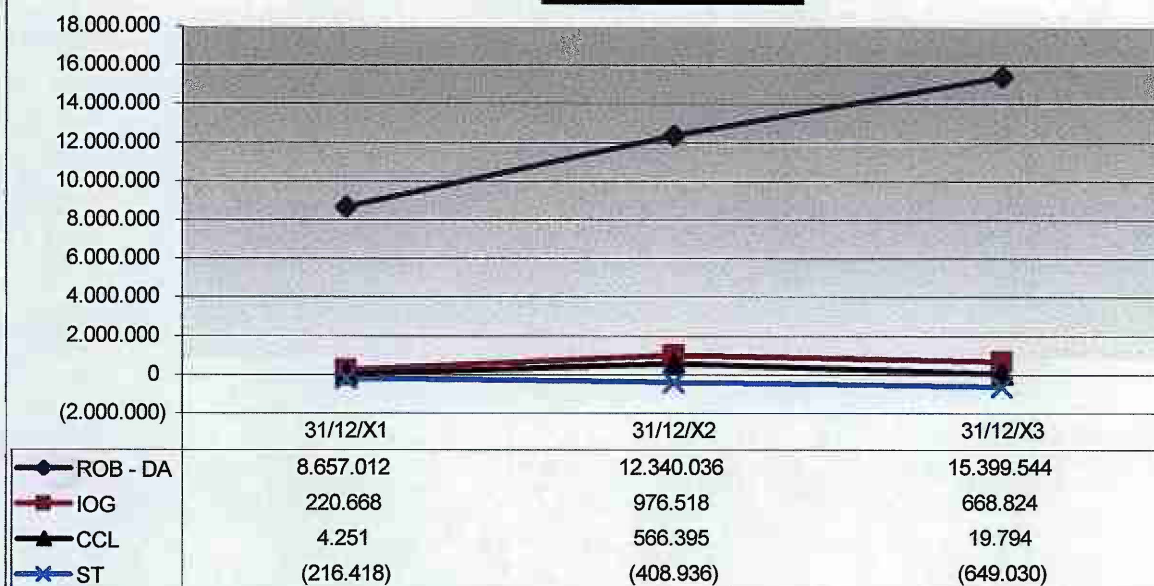


Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "D"

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "D"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	60,61	35,22	65,17
Composição das Exigibilidades	100,00	100,00	44,69
Imobilização do Patrimônio Líquido	98,94	70,82	135,65
Liquidez Geral	1,02	1,83	0,45
Liquidez Seca	0,73	1,69	0,93
Liquidez Corrente	1,02	1,83	1,01
Prazo Médio de Recebimento	7	14	19
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	4	3	3
Prazo Médio de Compras	0	0	4
Ciclo Operacional	11	17	22
Ciclo Financeiro	11	17	18
Giro do Ativo	13,34	7,49	2,83
Rentabilidade das Vendas	2,34	2,49	3,07
Retorno Sobre Investimento Total	31,17	10,76	5,95
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	50,06	26,07	13,61
Endividamento Geral	37,74	26,05	39,46
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	33,78	24,69	34,65
Grau de Alavancagem Financeira	0,72	0,81	1,08

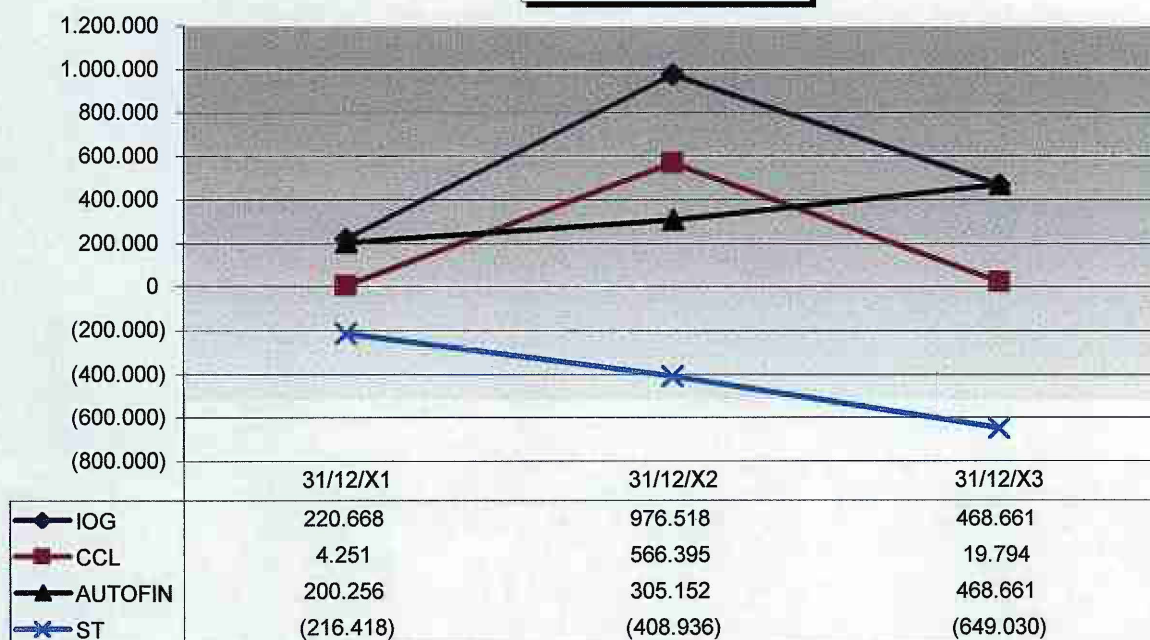
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

Dinâmica do Giro



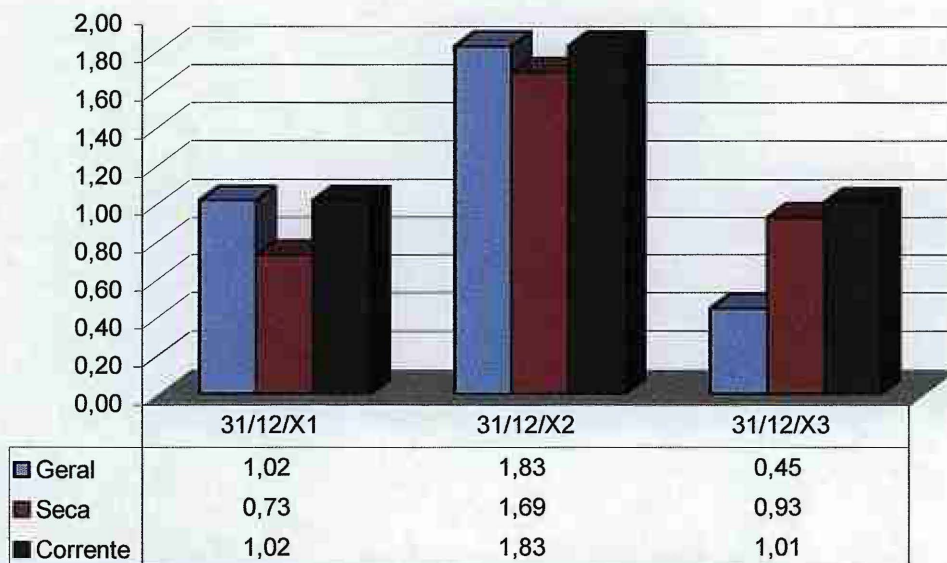
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "D"

Autofinanciamento



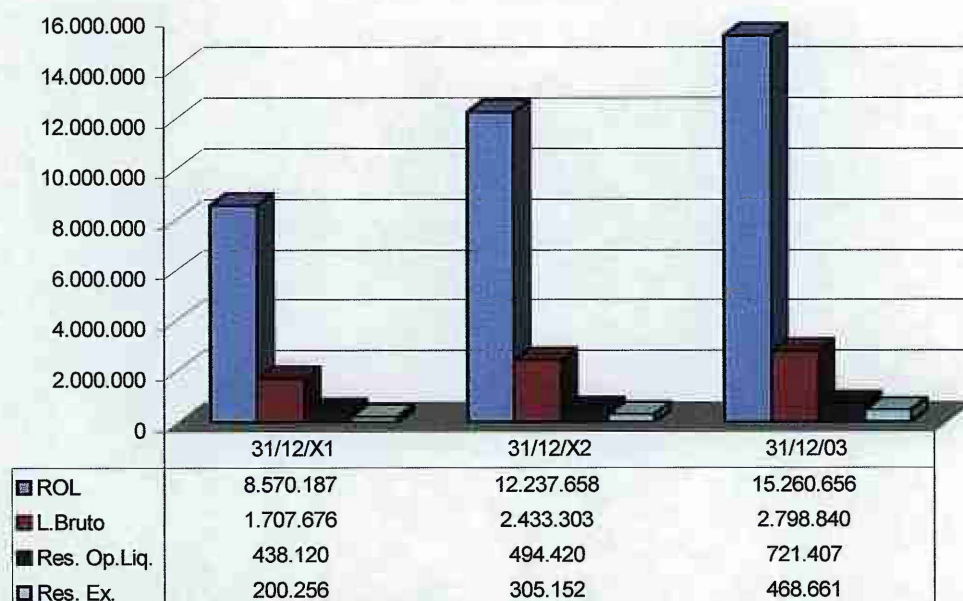
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "D"

Índices de Liquidez



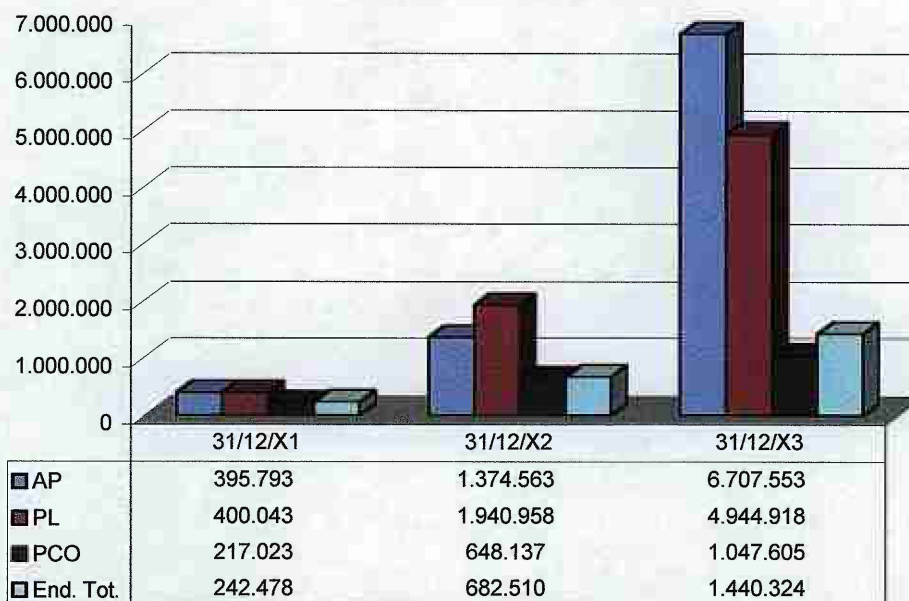
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "D"

Comportamento das Vendas/Resultados



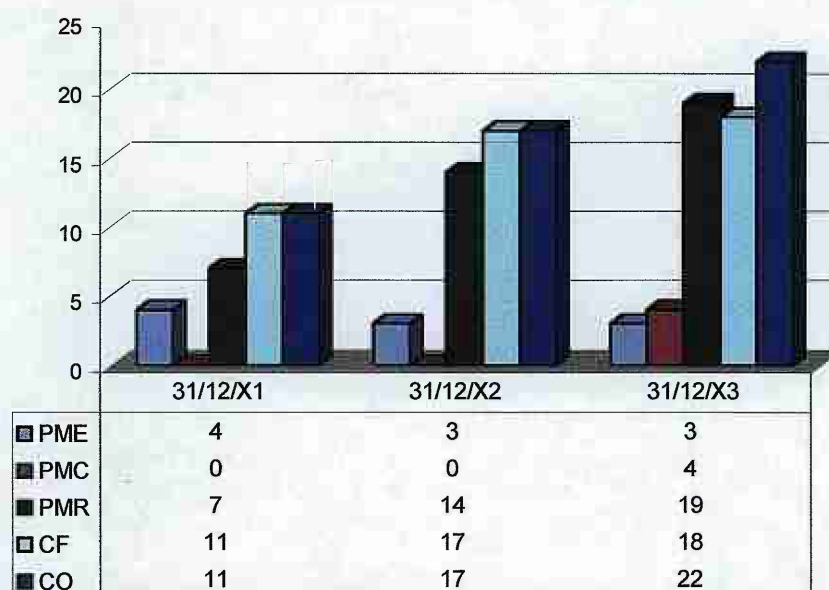
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "D"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "D"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "D"

4.6 EMPRESA "E"

Trata-se de empresa de pequeno porte, que atua no ramo da construção civil.

A empresa pleiteou junto ao banco limite de crédito no valor de R\$ 550.000,00, tendo sido aprovado limite reduzido para R\$ 120.000,00.

Resumidamente a análise realizada pelo Banco Didático para o deferimento do limite teve sustentação nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices econômico-financeiros mostram-se em equilíbrio nos exercícios analisados, dentro da realidade da empresa. A análise de estrutura aponta predominância de capitais próprios. A composição das exigibilidades apresenta concentração das dívidas no curto prazo(100%). Os índices de liquidez geral e corrente apresentam-se em excelente nível, porém a liquidez seca situa-se abaixo da unidade. A rentabilidade das vendas apresenta-se em queda, contudo se mantém positiva. O grau de alavancagem financeira é positivo e bastante modesto, pouco acima de zero.
- II) o faturamento sofreu queda significativa, do primeiro para o último exercício analisado. Isso justifica o nível elevado do Prazo Médio de Estoques.
- III) análise de dados subjetivos avaliou as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a

capacidade administrativa dos dirigentes, além do fato de se tratar de empresa tradicional na praça.

- IV) todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a análise e estabelecimento do risco do cliente, classificado como de “Risco C”, que no ratings dos riscos, é considerado como “médio”.
- V) o limite de crédito foi deferido com amparo nos seguintes fatores: nos recursos computáveis da empresa e sócios, direcionamento do limite de crédito para operações com mecanismos de autoliquidez, inexistência de restrições contra a empresa e sócios.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A análise da tipologia da empresa “E” apresenta melhora na sua configuração, passando do Tipo III verificado nos dois primeiros períodos, para o Tipo II, no último exercício.

A manutenção do tipo III nos dois primeiros exercícios é decorrente do saldo negativo de tesouraria. No último período o saldo positivo de tesouraria melhorou a tipologia, contudo isso não representa melhora no desempenho global dos negócios. O faturamento teve queda substancial e o IOG não reduziu, como era de se esperar, na mesma proporção. Ao contrário manteve-se em nível 3,62 vezes superior ao volume das vendas.

A recuperação verificada não decorre das atividades operacionais da empresa, isso porque a empresa está em processo de involução operacional. Ao

contrário, a redução do ANC indica que recursos permanentes estão sendo aplicados no CCL para suprir a insuficiência do PCC.

O nível reduzido das atividades operacionais provocou a queda brusca dos índices de Rentabilidade sobre as Vendas e do Grau de Alavancagem Financeira.

Conclusão:

Apesar da aparente recuperação observada no último exercício, configurada pelo saldo de tesouraria positivo, a empresa continua numa situação de grande vulnerabilidade financeira. Ponderados os fatores que sustentam a melhora do nível de classificação do tipo III para o tipo II, pela análise da tipologia, o banco não aprovaria o limite de crédito, porque o processo decrescente do nível de atividades poderá comprometer a liquidez da empresa.

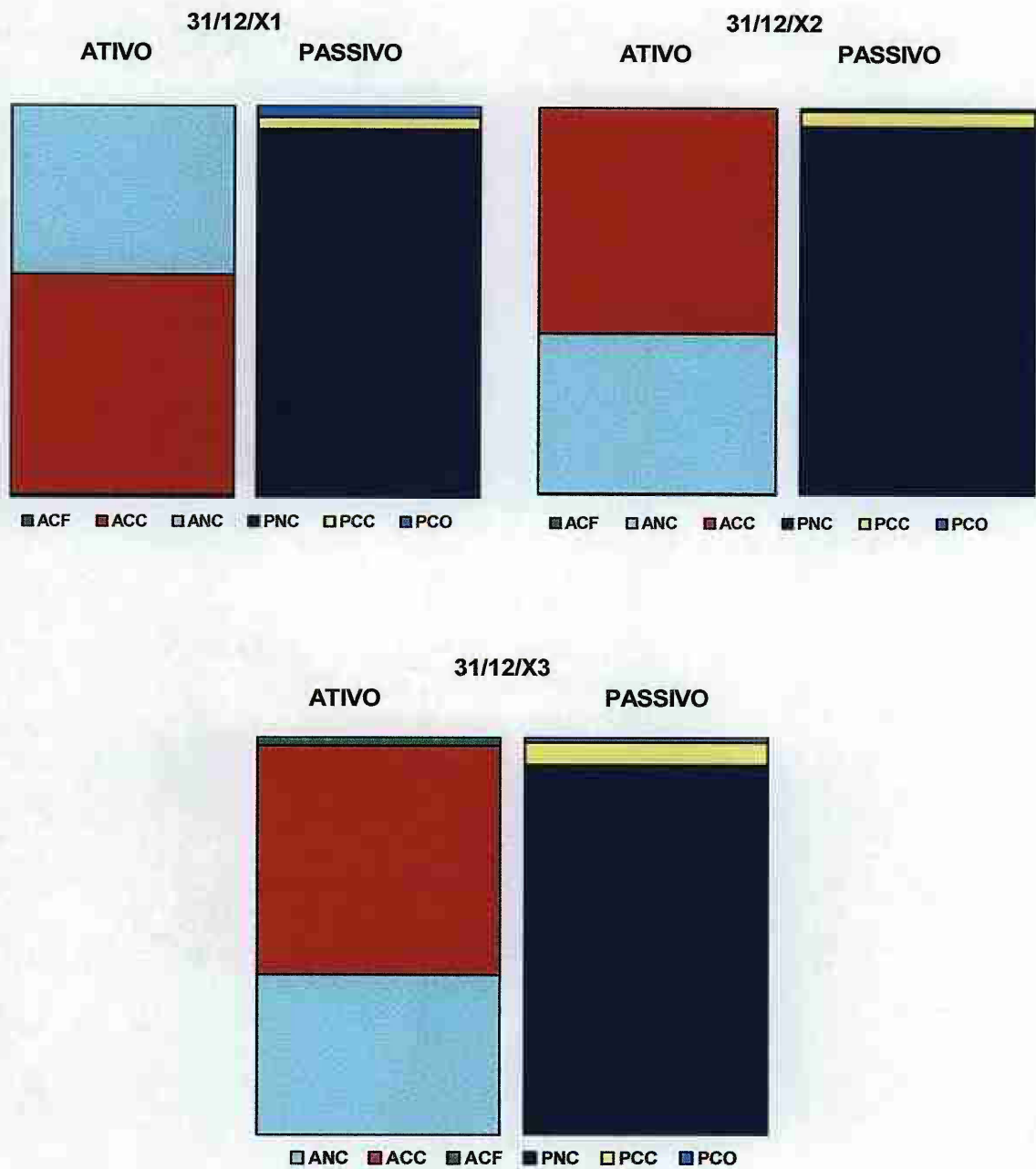
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "E"**

Descrição	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	26.334	4.825	79.240
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	2.627.582	2.400.011	2.289.613
Duplicatas a receber	132.438	141.534	153.720
Estoques	2.494.987	2.258.334	2.135.893
Outros ACC	157	143	0
Ativo Não Circulante (ANC)	2.007.440	1.703.240	1.588.496
TOTAL	4.661.356	4.108.076	3.957.349
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	129.111	31.720	48.000
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	150.274	170.442	225.539
Fornecedores	0	0	0
Outros PCC	150.274	170.442	225.539
Passivo Não Circulante (PNC)	4.381.972	3.905.914	3.683.810
TOTAL	4.661.357	4.108.076	3.957.349
Receitas de Vendas (ROB -DA)	3.454.670	1.258.456	570.794
IOG (NCG)	2.477.308	2.229.569	2.064.074
Autofinanciamento (AUT)	213.222	2.810	8.283
Lucro Líquido	213.222	2.810	8.283
Depreciação/Amortização	0	0	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	2.374.532	2.202.674	2.095.314
Saldo de Tesouraria (ST)	(102.777)	(26.895)	31.240
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	71,71	177,17	361,61
AUT / (ROB-DA)	6,17	0,22	1,45
CCL / (ROB-DA)	68,73	175,03	367,09
ST / (ROB-DA)	(2,98)	(2,14)	5,47
Crescimento das Vendas		(63,57)	(54,64)
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,96	0,99	1,02
ST / IOG (vezes)	(0,04)	(0,01)	0,02

TIPOLOGIA – EMPRESA “E”	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X2	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X3	TIPO: II
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL > IOG e T > 0 ST < CCL e T > IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "E"

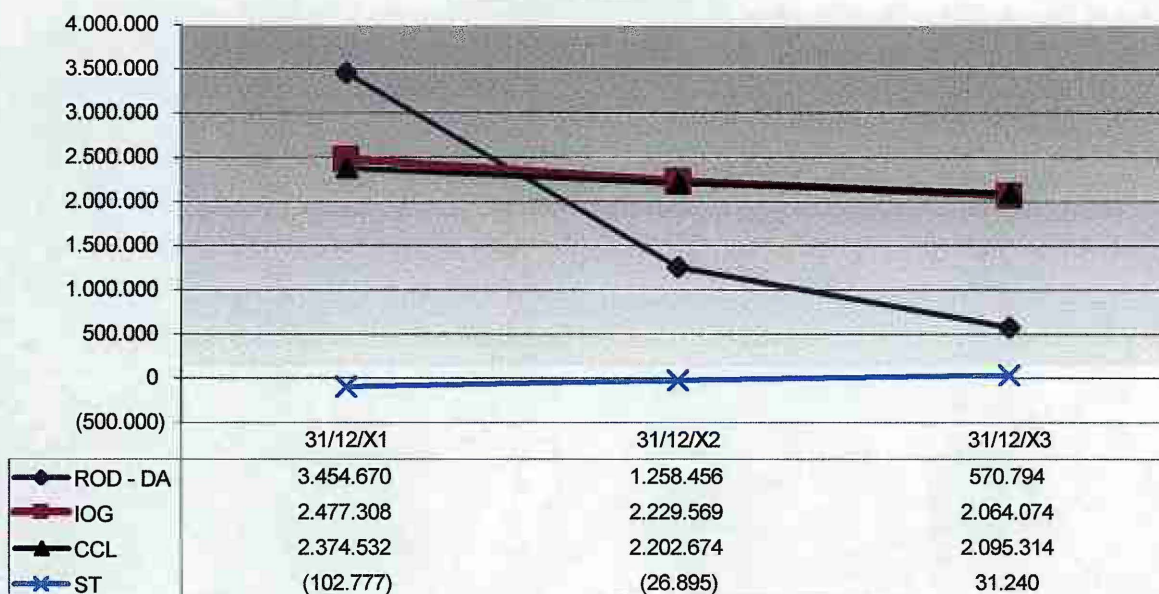


Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "E"

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "E"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	6,38	5,52	7,45
Composição das Exigibilidades	100,00	94,09	99,64
Imobilização do Patrimônio Líquido	6,78	3,45	2,84
Liquidez Geral	15,62	18,52	14,03
Liquidez Seca	0,57	0,72	0,85
Liquidez Corrente	9,50	11,90	8,66
Prazo Médio de Recebimento	14	39	93
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	385	1.080	2.208
Prazo Médio de Compras	0	0	0
Ciclo Operacional	399	1.119	2.301
Ciclo Financeiro	399	1.119	2.301
Giro do Ativo	0,71	0,27	0,14
Rentabilidade das Vendas	6,44	0,24	1,51
Retorno Sobre Investimento Total	7,01	0,11	0,28
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	4,87	0,07	0,22
Endividamento Geral	5,99	5,23	6,94
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	2,77	1,08	1,24
Grau de Alavancagem Financeira	0,57	0,03	0,20

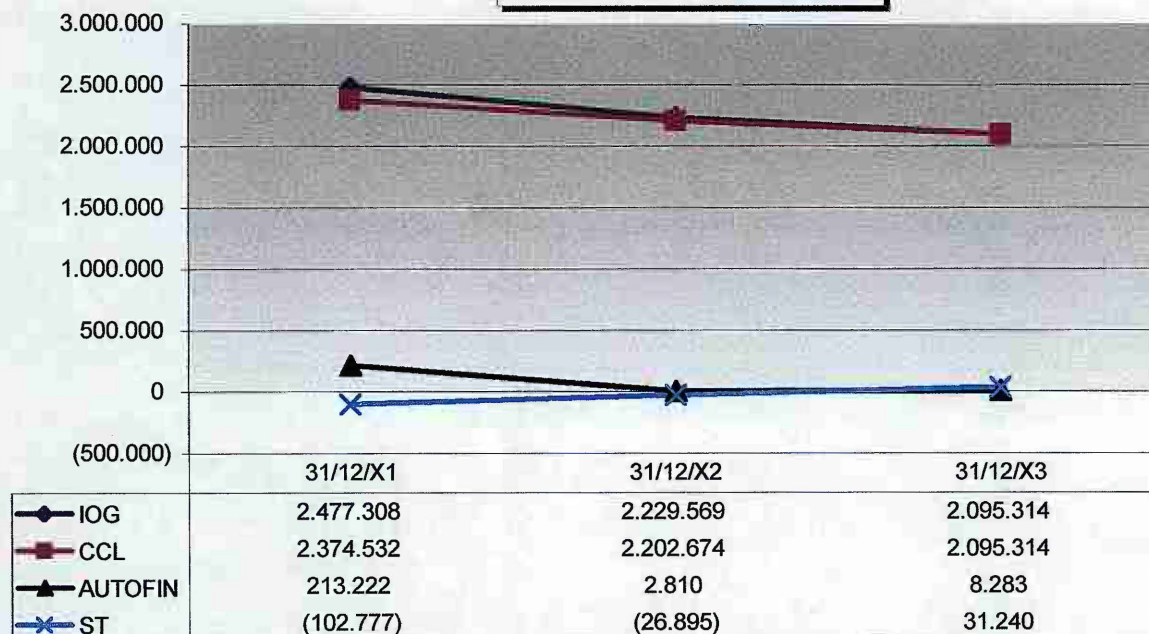
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

Dinâmica do Giro



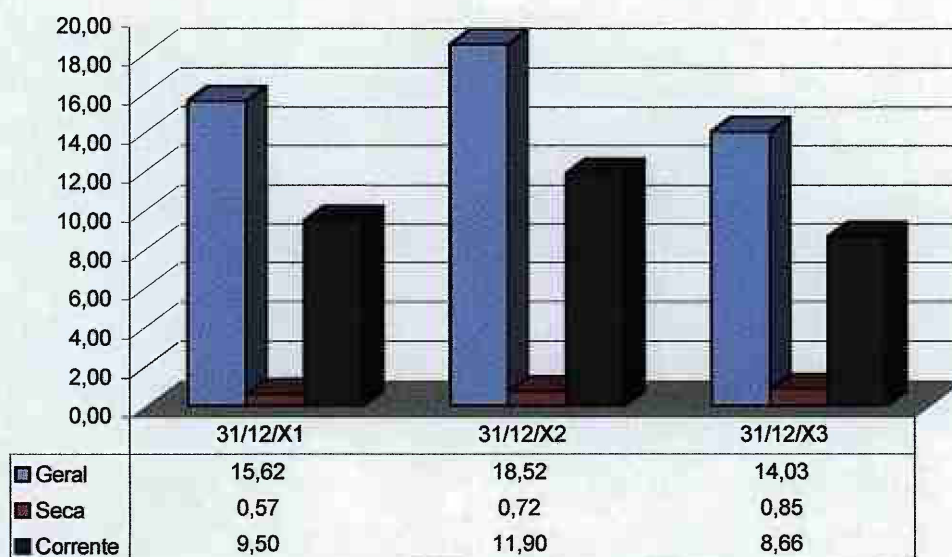
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "E"

Autofinanciamento



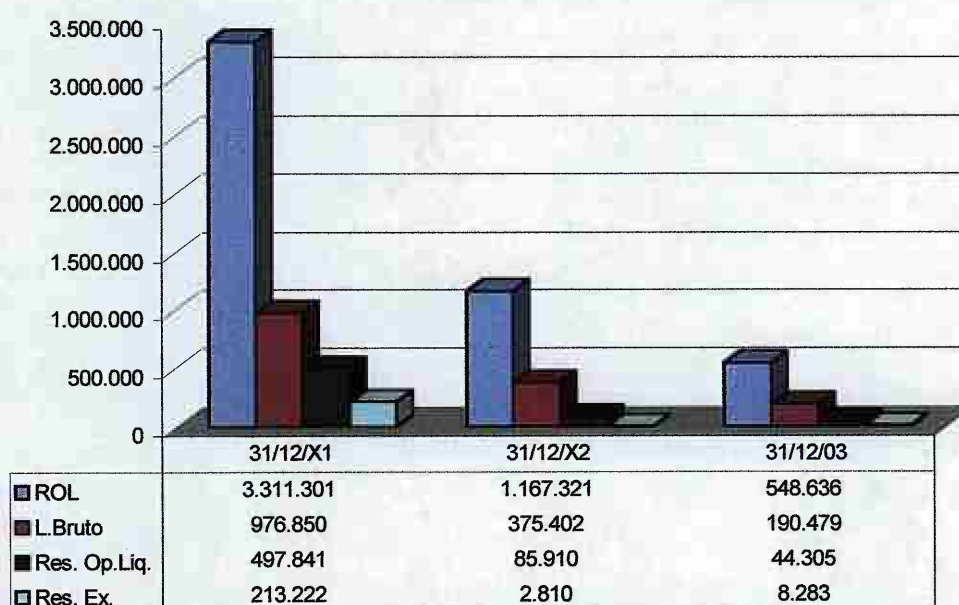
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "E"

Índices de Liquidez



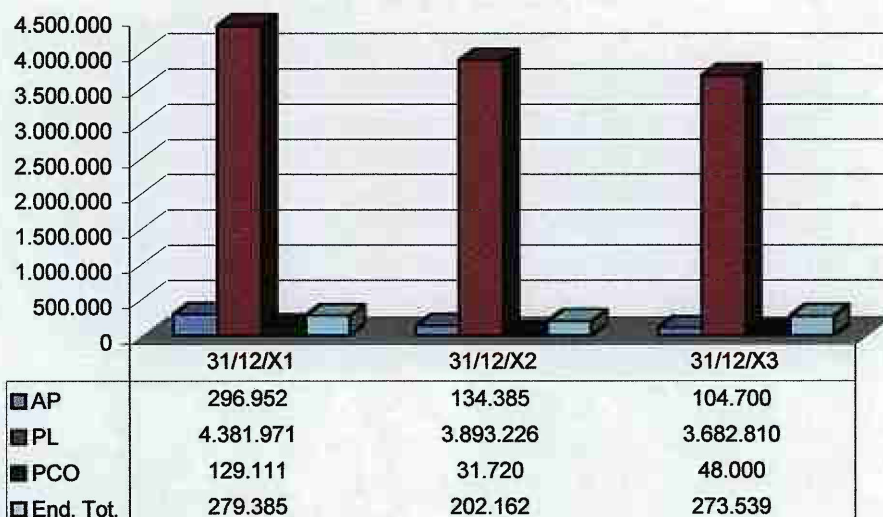
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "E"

Comportamento das Vendas/Resultados



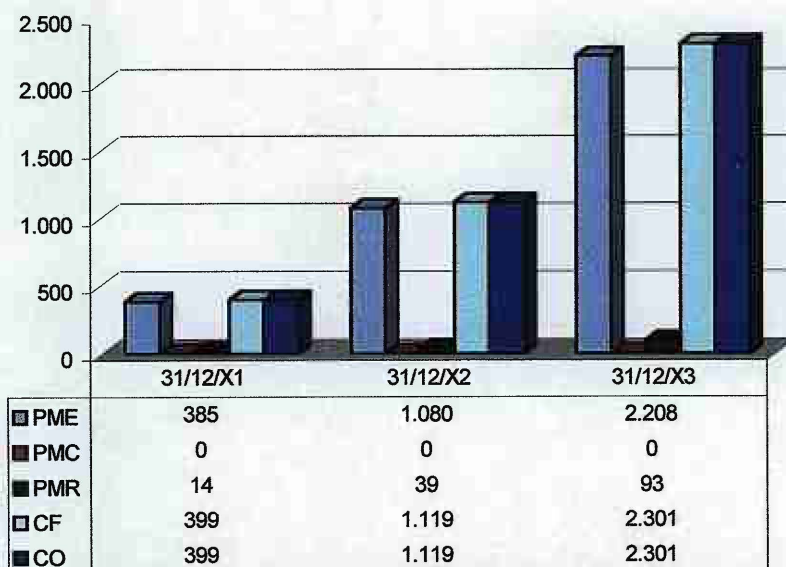
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "E"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "E"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "E"

4.7 EMPRESA "F"

Trata-se de empresa de pequeno porte, que atua no ramo de prestação de serviços de engenharia e consultoria ambiental.

O limite de crédito pretendido e aprovado foi de R\$ 200.000,00.

Resumidamente a análise realizada pelo Banco Dinâmico, para aprovação do limite, teve sustentação nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices econômico-financeiros mostram-se em equilíbrio nos exercícios analisados, dentro da realidade da empresa. A análise de estrutura aponta a participação de capitais de terceiros em torno de 41%. A composição das exigibilidades apresenta grande concentração das dívidas no curto prazo(86%). Os índices de liquidez são satisfatórios pois se situam acima da unidade. A rentabilidade das vendas teve queda acentuada no segundo exercício, voltando a se recuperar no terceiro. O grau de alavancagem financeira é positivo e bastante modesto, pouco acima de zero.
- II) o faturamento apresentou crescimento gradual no decorrer dos três exercícios, contudo no último período apresenta Lucro Bruto negativo. O resultado líquido positivo foi gerado pelo valor expressivo verificado na conta "Outras Receitas/Despesas Operacionais".

- III) Existe boa estrutura de capitais que é evidenciada pela evolução do Patrimônio Líquido, com baixo endividamento oneroso, conforme apurado na análise dos três períodos.
- IV) Análise de dados subjetivos avaliaram as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a idoneidade dos dirigentes, a boa situação econômico-financeira, tradição da empresa no mercado, inexistência de restrições.
- V) Todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a análise e estabelecimento do risco do cliente, classificado como "Risco B", que no ratings dos riscos é considerado como "aceitável".
- VI) O limite de crédito foi deferido com amparo nos fatores ponderados no item IV acima.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A análise da tipologia da empresa "F" oscilou entre os Tipos II, III e II nos períodos analisados.

Apesar da aparente queda de desempenho verificada no segundo exercício, a empresa F apresenta boa performance. O faturamento crescente indica o nível de atividade em ascensão. Houve queda do IOG e elevação do CCL, permitindo aumento do saldo de tesouraria.

Mantidos os níveis de atividade e desempenho operacional a empresa terá folga financeira para honrar suas obrigações.

Conclusão:

Considerando a situação financeira sólida apresentada e a tendência de recuperação econômica interna, que vem acontecendo de forma gradual, pela análise da tipologia, o banco poderia aprovar limite de crédito, já que a configuração predominante da tipologia do capital de giro (Tipo II) inspira maior segurança.

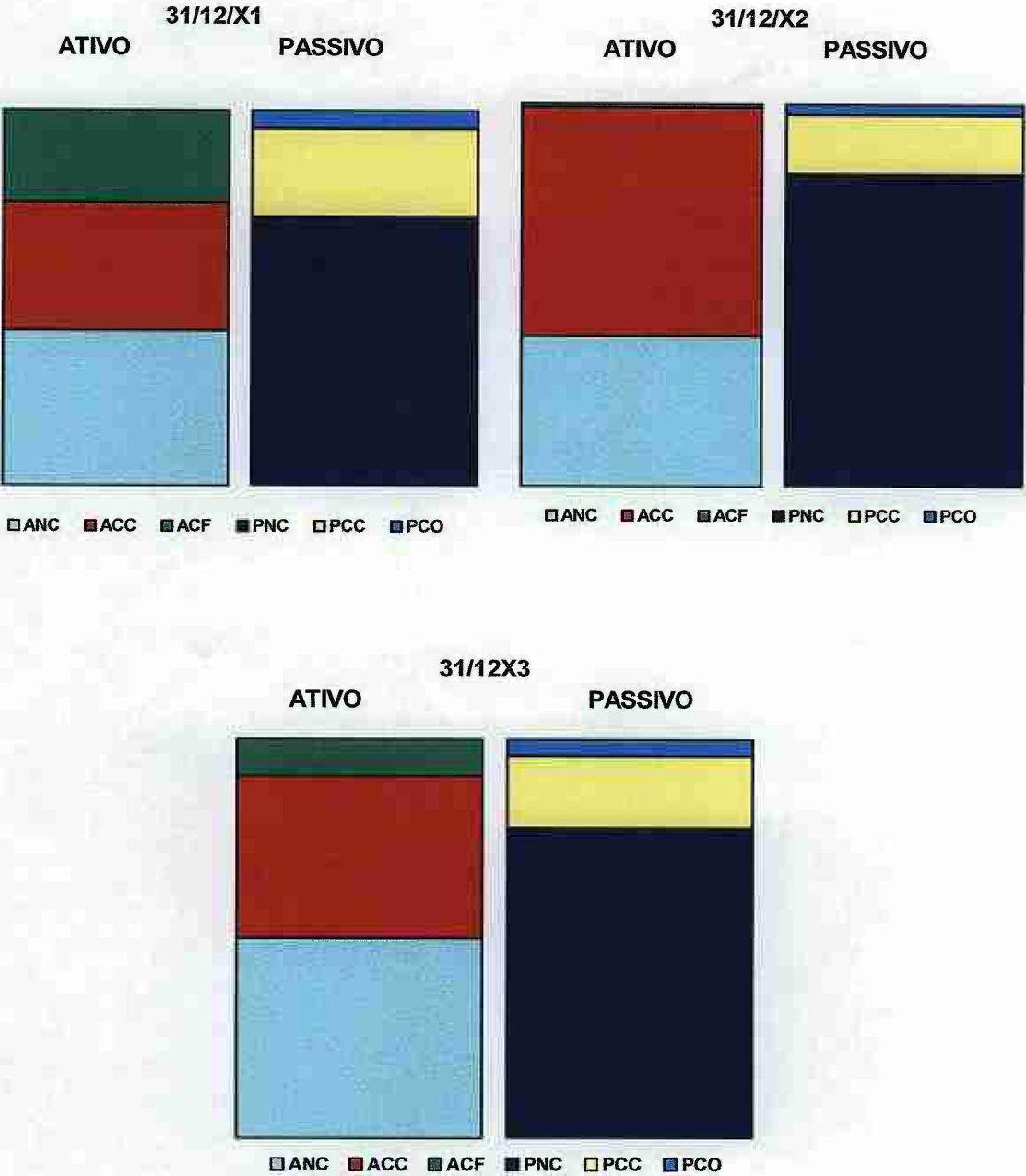
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "F"**

Descrição	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	243.445	15.633	121.383
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	335.266	1.023.425	531.752
Duplicatas a receber	245.033	768.088	407.885
Estoques	88.554	252.870	107.681
Outros ACC	1.679	2.467	16.186
Ativo Não Circulante (ANC)	406.044	666.748	651.403
TOTAL	984.755	1.705.806	1.304.538
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	48.185	47.972	53.290
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	231.437	265.535	236.438
Fornecedores	15.458	107.150	43.154
Outros PCC	215.979	158.385	193.284
Passivo Não Circulante (PNC)	705.134	1.392.299	1.014.810
TOTAL	984.756	1.705.806	1.304.538
Receitas de Vendas (ROB -DA)	2.715.472	2.898.364	3.681.941
IOG (NCG)	103.829	757.890	295.314
Autofinanciamento (AUT)	200.581	(335)	62.910
Lucro Líquido	200.581	(335)	62.910
Depreciação/Amortização	0	0	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	299.090	725.551	363.407
Saldo de Tesouraria (ST)	195.260	(32.339)	68.093
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	3,82	26,15	8,02
AUT / (ROB-DA)	7,39	(0,01)	1,71
CCL / (ROB-DA)	11,01	25,03	9,87
ST / (ROB-DA)	7,19	(1,12)	1,85
Crescimento das Vendas		6,74	27,04
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	2,88	0,96	1,23
ST / IOG (vezes)	1,88	(0,04)	0,23

TIPOLOGIA – EMPRESA “F”	
31/12/X1	TIPO: II
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL > IOG e T > 0 ST < CCL e T > IOG	
31/12/X2	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X3	TIPO: II
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL > IOG e T > 0 ST < CCL > IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "F"

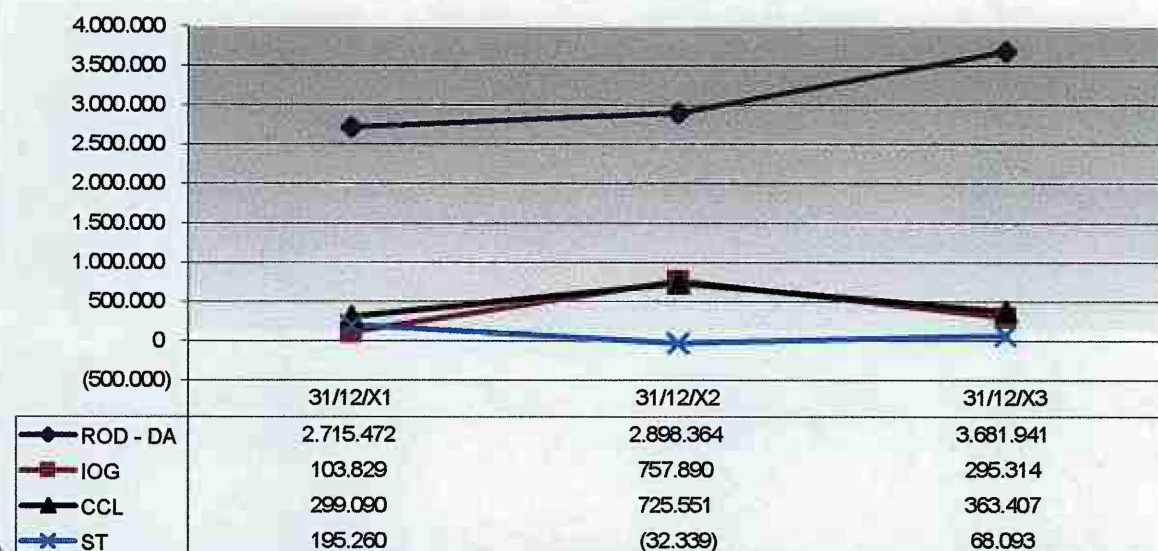


Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa " F"

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "F"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	43,63	47,28	41,22
Composição das Exigibilidades	93,48	91,13	86,68
Imobilização do Patrimônio Líquido	59,22	91,63	80,33
Liquidez Geral	1,93	3,02	1,95
Liquidez Seca	1,75	2,51	1,88
Liquidez Corrente	2,07	3,31	2,25
Prazo Médio de Recebimento	32	63	57
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	16	27	19
Prazo Médio de Compras	2	8	8
Ciclo Operacional	48	90	76
Ciclo Financeiro	46	82	68
Giro do Ativo	2,62	2,02	2,34
Rentabilidade das Vendas	7,78	(0,01)	1,79
Retorno Sobre Investimento Total	20,83	0,88	3,20
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	29,25	(0,05)	8,18
Endividamento Geral	30,38	20,17	25,62
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	6,87	4,60	7,50
Grau de Alavancagem Financeira	0,95	0,00	0,46

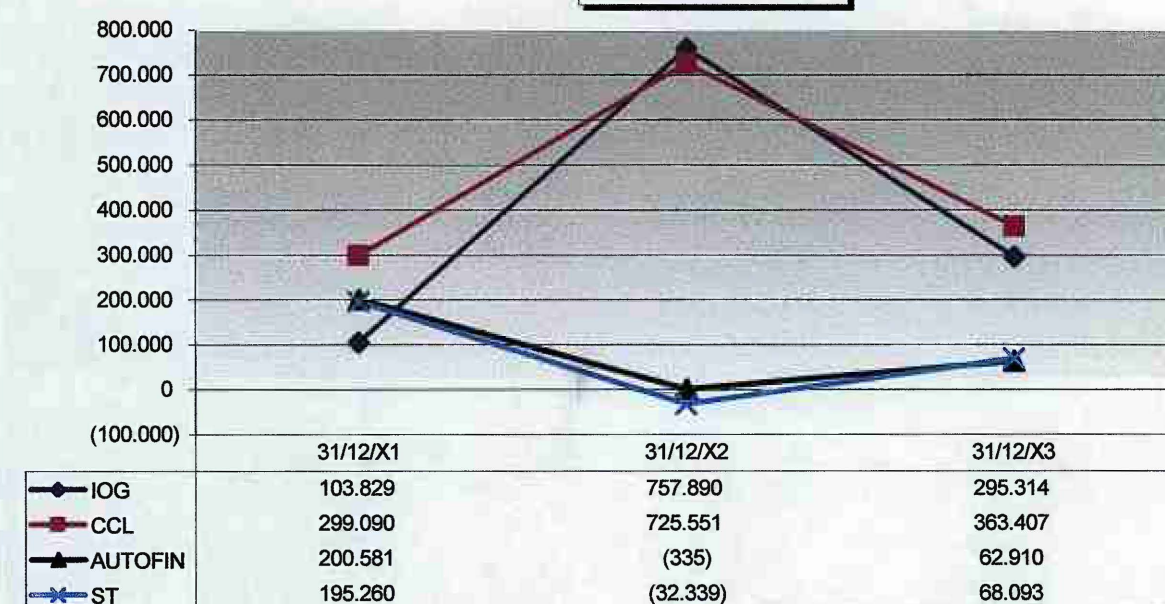
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

Dinâmica do Giro



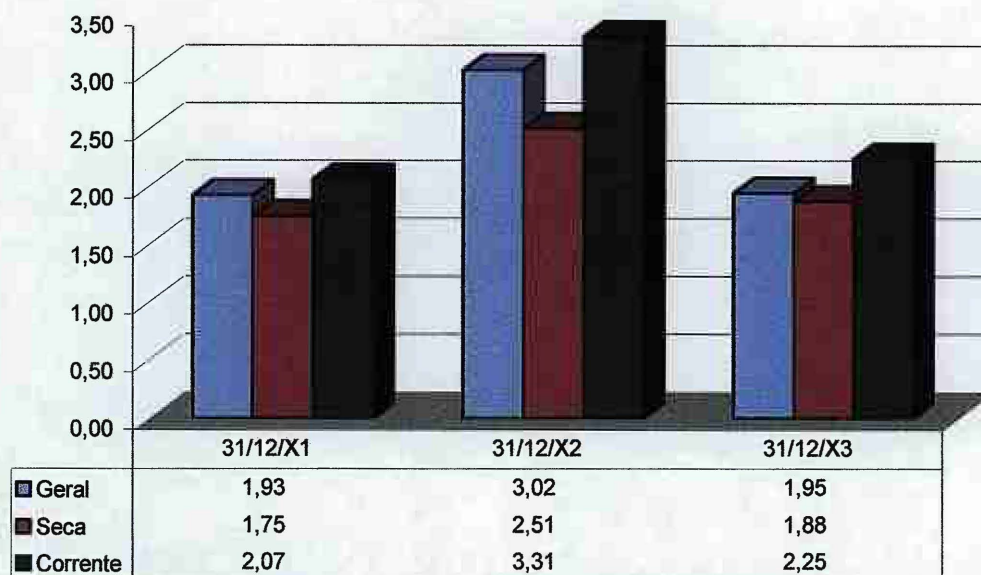
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "F"

Autofinanciamento



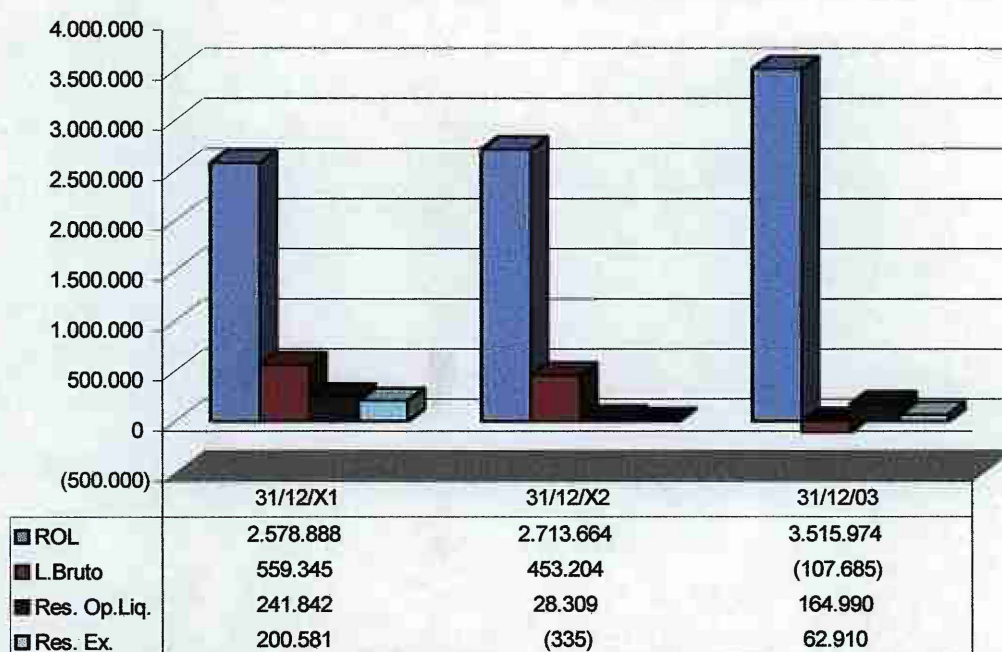
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "F"

Índices de Liquidez



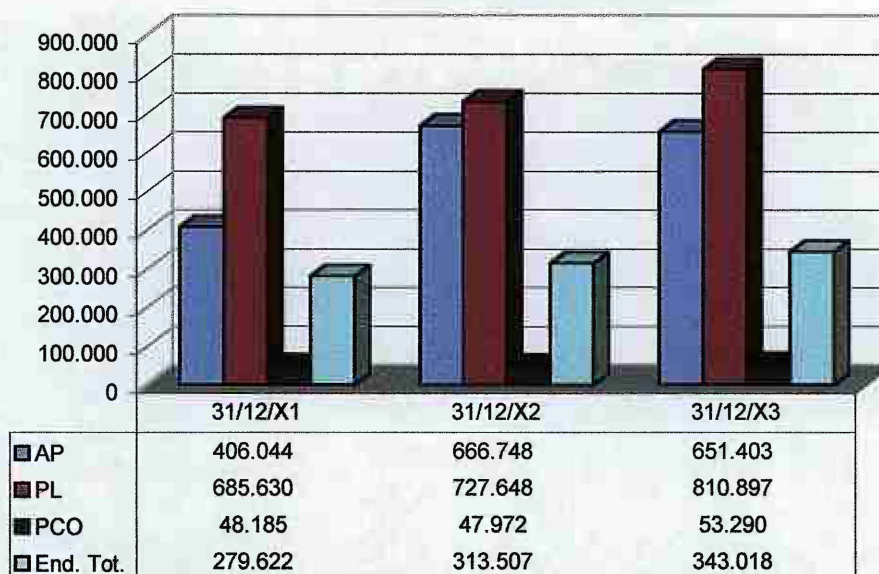
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "F"

Comportamento das Vendas/Resultados



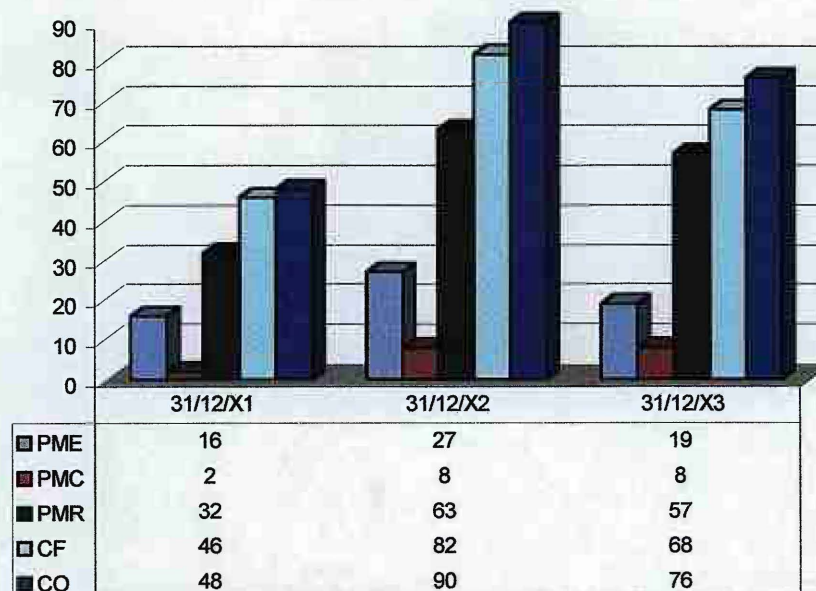
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "F"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "F"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "F"

4.8 EMPRESA "G"

Trata-se de empresa de porte médio, que atua no ramo de comércio atacadista de equipamentos para informática.

A empresa pleiteou junto ao banco limite de crédito no valor de R\$ 600.000,00, tendo sido aprovado limite reduzido para R\$ 350.000,00.

Resumidamente a análise realizada, pelo Banco Didático para aprovação do limite, teve sustentação nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices econômico-financeiros mostram-se em equilíbrio. A análise de estrutura apresenta predominância de capitais de terceiros. A composição das exigibilidades está concentrada no curto prazo. Os índices de liquidez apresentam-se satisfatórios, pois se situam acima da unidade, exceto para a liquidez seca. A rentabilidade das vendas é positiva e apresenta melhora no último exercício. O grau de alavancagem financeira é positivo e crescente.
- II) a elevação substancial do faturamento resultou em maior necessidade de capital de giro. Tal fato levou a empresa a buscar, em maior escala, recursos onerosos de curto prazo para financiar suas atividades operacionais, já que a geração interna de recursos foi insuficiente para suprir essa necessidade.
- III) a margem de lucratividade positiva, mantida nos três exercícios, permitiu o reinvestimento dos lucros, incrementando o Patrimônio Líquido.

- IV) a análise subjetiva dos dados avaliou as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a capacidade administrativa dos dirigentes, além do fato de se tratar de empresa tradicional na praça.
- V) todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a análise estabelecimento do risco do cliente, classificado como "Risco B", que no ratings dos riscos, o banco considera como "aceitável".
- VI) o limite de crédito foi deferido com amparo nos seguintes fatores: elevação do nível de faturamento, direcionamento do limite de crédito para operações com mecanismos de autoliquidez, pontualidade da empresa nos negócios com o banco.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A análise da tipologia da empresa "G" apresenta-se estável, permanecendo no tipo III nos três exercícios analisados.

A tipologia III mantida nos três períodos decorre, principalmente, do saldo negativo de tesouraria. O IOG crescente é justificado pela expansão das vendas. Como o CCL não evoluiu na mesma proporção o saldo de tesouraria reduziu, obrigando a empresa a buscar recursos onerosos para financiar sua necessidade de capital de giro. Contudo, considerando o nível atual de atividades e a rentabilidade crescente das vendas, se reinvestidos os lucros nas atividades operacionais há

grande possibilidade de recuperação do fluxo financeiro em dois, ou no máximo, três exercícios.

Conclusão:

Apesar da situação de vulnerabilidade financeira e a excessiva dependência de capitais de terceiros, pela análise da tipologia, o banco poderia aprovar o limite de crédito, pois a performance de desempenho operacional da empresa mostra-se em processo de melhora.

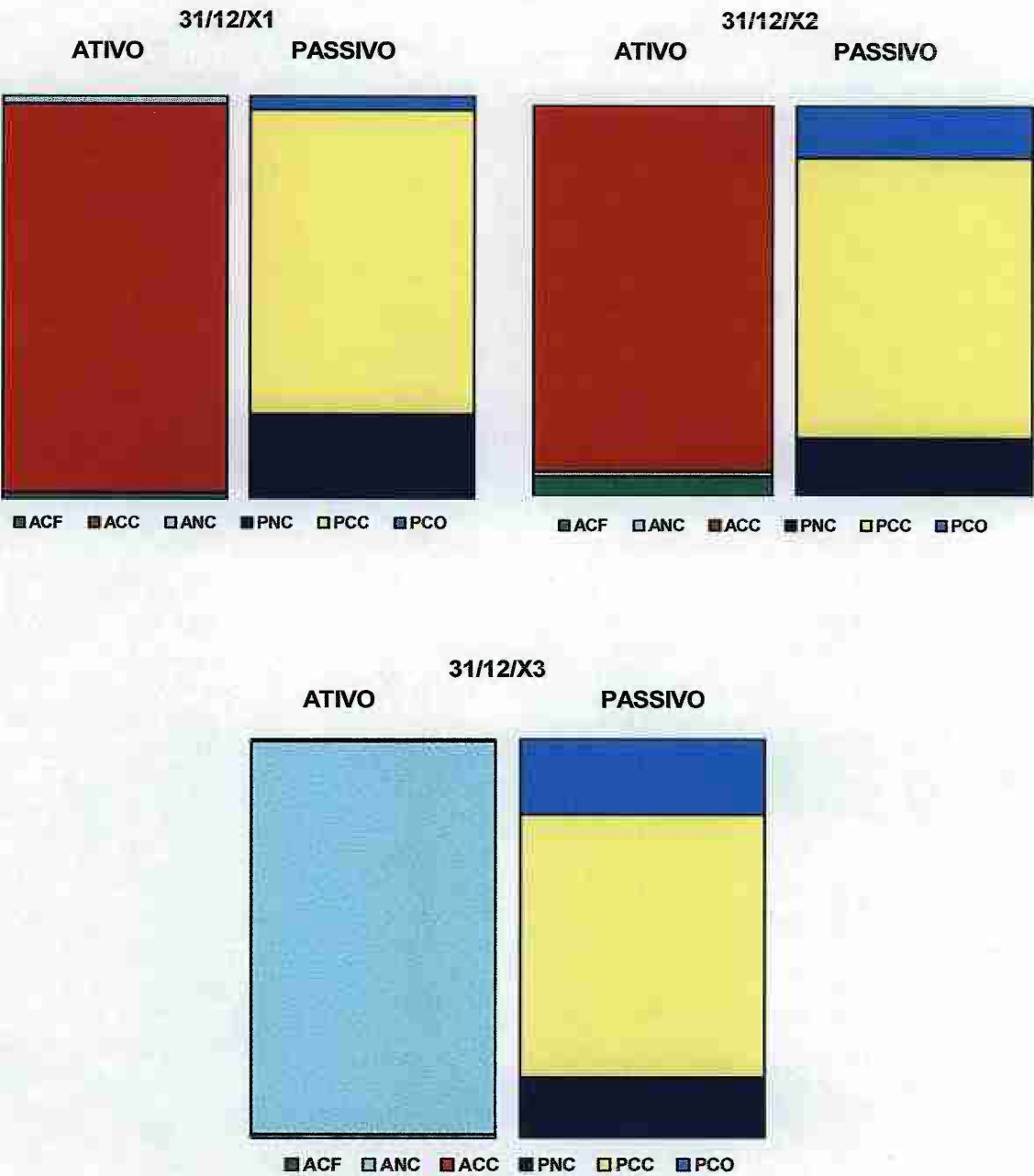
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "G"**

Descrição	Virs. atualizados	Virs. atualizados	Virs. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	24.856	114.257	57.016
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	1.682.541	2.278.552	6.033.228
Duplicatas a receber	46.658	1.034.003	2.187.781
Estoques	1.612.129	1.217.508	3.778.244
Outros ACC	23.754	27.041	67.203
Ativo Não Circulante (ANC)	32.810	30.094	34.637
TOTAL	1.740.207	2.422.903	6.124.881
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	58.838	323.436	1.157.564
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	1.315.827	1.746.471	4.042.112
Fornecedores	1.275.034	1.607.494	3.275.212
Outros PCC	40.793	138.977	766.900
Passivo Não Circulante (PNC)	365.544	352.996	925.205
TOTAL	1.740.209	2.422.903	6.124.881
Receitas de Vendas (ROB -DA)	4.351.440	12.447.083	26.064.954
IOG (NCG)	366.714	532.081	1.991.116
Autofinanciamento (AUT)	104.051	64.469	885.868
Lucro Líquido	104.051	64.469	885.868
Depreciação/Amortização	0	0	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	332.734	322.902	890.568
Saldo de Tesouraria (ST)	(33.982)	(209.179)	(1.100.548)
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	8,43	4,27	7,64
AUT / (ROB-DA)	2,39	0,52	3,40
CCL / (ROB-DA)	7,65	2,59	3,42
ST / (ROB-DA)	(0,78)	(1,68)	(4,22)
Crescimento das Vendas		186,05	109,41
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,91	0,61	0,45
ST / IOG (vezes)	(0,09)	(0,39)	(0,55)

TIPOLOGIA - EMPRESA "G"	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X2	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X3	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

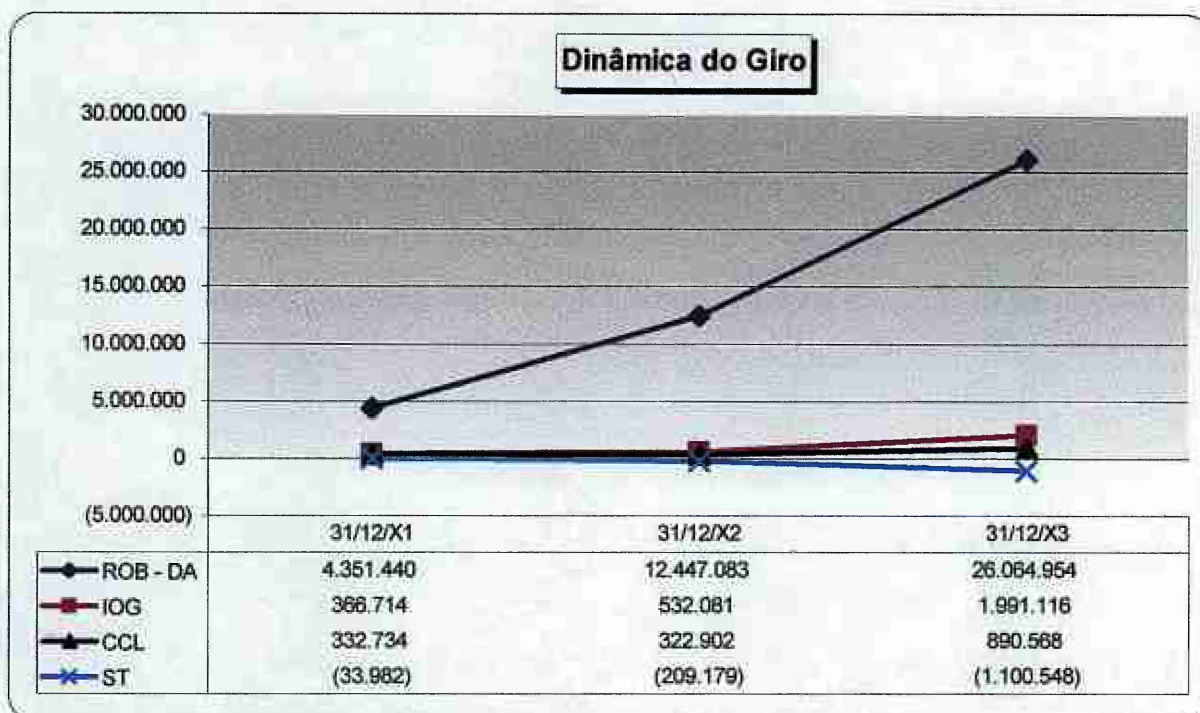
GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "G"



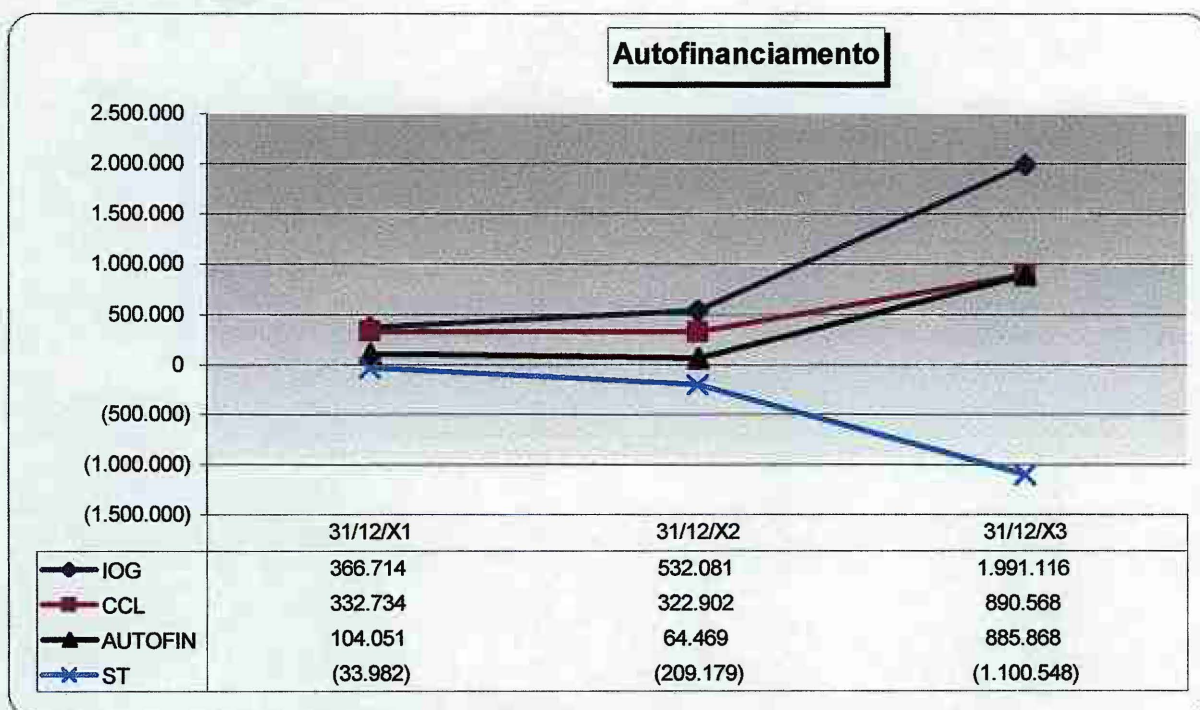
Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "G"

ÍNDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "G"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	376,06	600,83	562,00
Composição das Exigibilidades	100,00	99,65	100,00
Imobilização do Patrimônio Líquido	8,98	8,70	3,74
Liquidez Geral	1,24	1,15	1,17
Liquidez Seca	0,07	0,57	0,44
Liquidez Corrente	1,24	1,16	1,17
Prazo Médio de Recebimento	4	16	22
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	172	50	44
Prazo Médio de Compras	96	48	39
Ciclo Operacional	176	66	66
Ciclo Financeiro	80	18	27
Giro do Ativo	2,07	5,08	5,32
Rentabilidade das Vendas	2,90	0,61	3,90
Retorno Sobre Investimento Total	5,98	3,64	14,46
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	28,46	18,13	139,41
Endividamento Geral	78,99	85,73	84,89
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	3,38	13,65	18,90
Grau de Alavancagem Financeira	1,03	0,69	1,50

Fonte: Índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

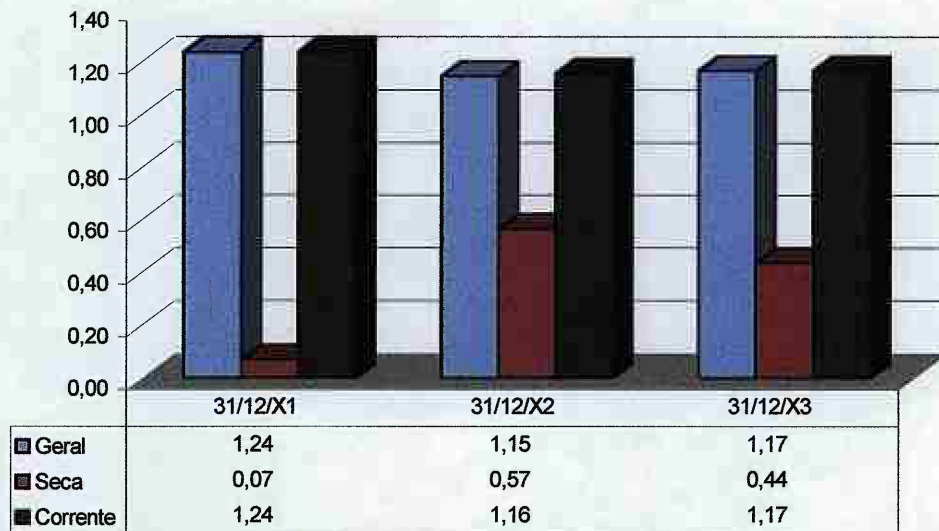


Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "G"



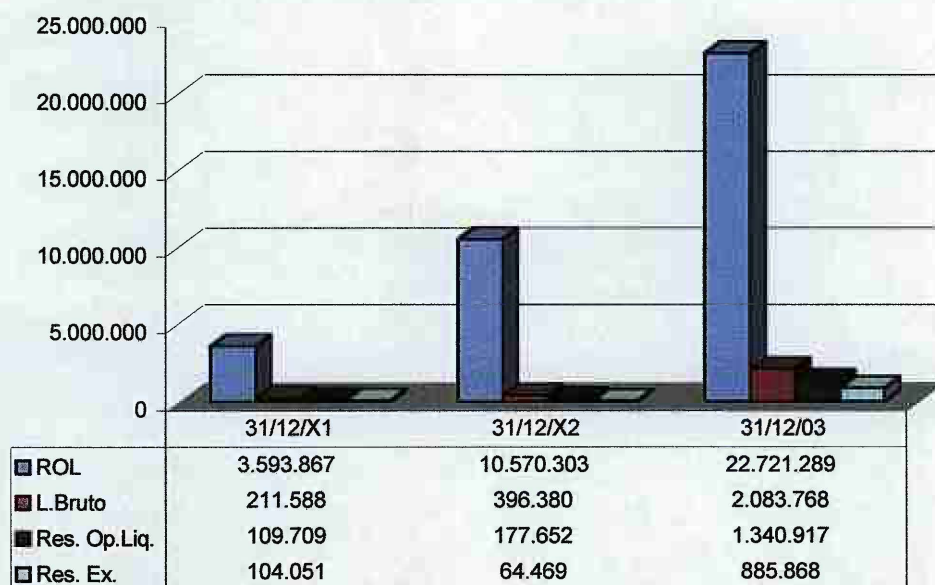
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "G"

Índices de Liquidez



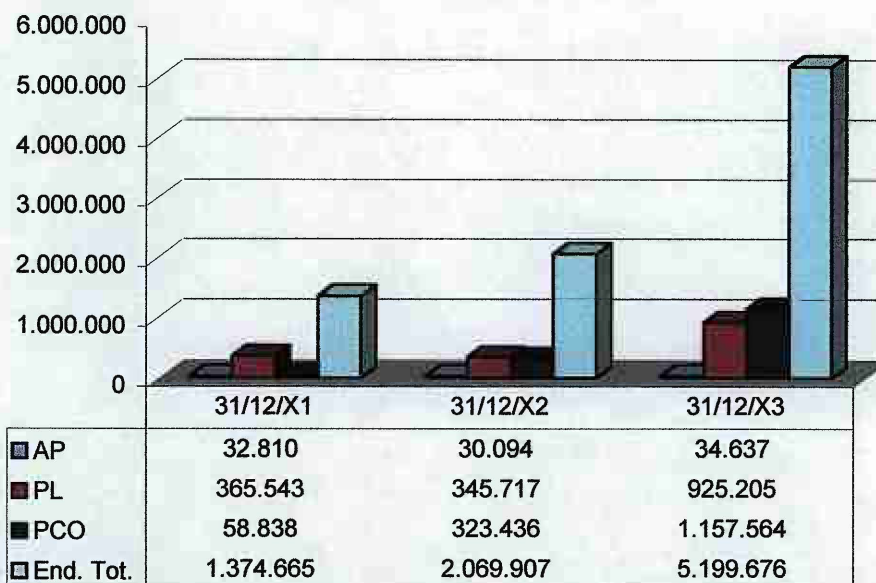
Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "G"

Comportamento das Vendas/Resultados



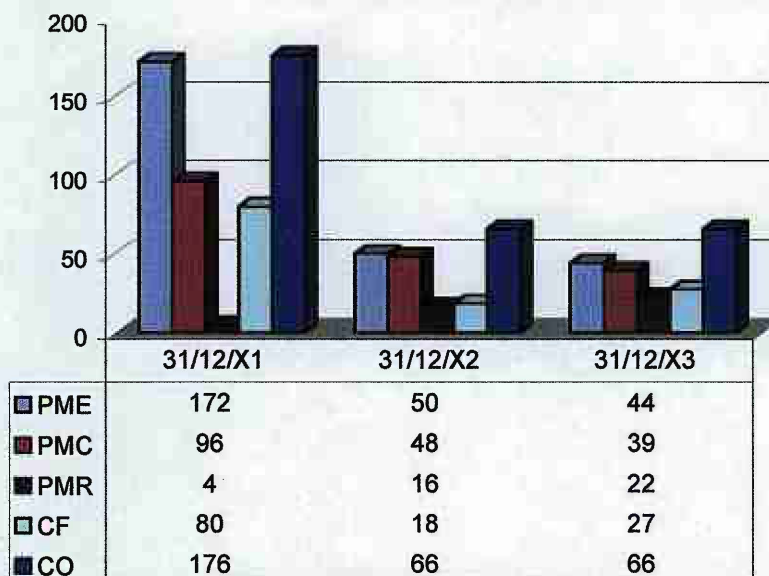
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "G"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "G"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "G"

4.9 EMPRESA "H"

Trata-se de empresa de porte médio que atua no ramo de comércio varejista de material de construção.

A empresa pleiteou junto ao banco limite de crédito no valor de R\$ 130.000,00, tendo sido indeferido o seu pleito.

Resumidamente a análise realizada pelo Banco Didático que resultou no indeferimento do limite de crédito pretendido, teve sustentação nos seguintes aspectos:

- I) análise econômico-financeira de três exercícios. Os índices calculados sinalizam situação econômico-financeira desfavorável. A análise de estrutura apresenta predominância de capitais de terceiros muito acima da mediana. Na composição das exigibilidades verifica-se a concentração de dívidas com vencimentos no curto prazo(100%). Os índices de liquidez estão satisfatórios, pois se situam acima da unidade, exceto para a liquidez seca que está pouco acima de zero. A rentabilidade das vendas ficou negativa nos dois primeiros exercícios, voltando a recuperar a margem positiva no último exercício, porém bastante modesta(1,07%). O Ciclo Financeiro revela uma política de pagamentos e recebimentos desfavorável. Houve evolução do ciclo, que já era ruim, de 157 dias, para 235 dias.
- II) a análise de dados subjetivos avaliou as características particulares da empresa no seu segmento de mercado. Levou-se em conta a as

decisões administrativas dos dirigentes, as estratégias adotadas na condução dos negócios e restrições existentes.

- III) Todas as informações dos itens precedentes correlacionados permitiram a análise e estabelecimento de risco do cliente, classificado como "Risco E", que no ratings dos riscos, o banco considera como "alto".
- IV) a situação econômico-financeira ruim, a queda constante do faturamento e os aspectos ponderados no item II precedente, levaram o banco a decidir pelo indeferimento do limite de crédito solicitado.

ANÁLISE DA TIPOLOGIA

A análise da tipologia da empresa "H" apresenta-se estável, permanecendo no tipo III nos três exercícios analisados.

O saldo negativo de tesouraria, principal responsável, pela configuração do tipo III, evoluiu progressivamente do primeiro para o terceiro período. O nível de atividades operacionais caiu em torno de 50% e o IOG manteve-se em nível bastante elevado. O CCL sofreu brusca queda obrigando a empresa a recorrer a recursos onerosos para financiar sua necessidade de capital de giro.

A análise da Dinâmica do Giro apresenta CCL inferior ao IOG. Essa diferença evolui de um exercício para outro, ampliando o saldo negativo de tesouraria caracterizando o efeito tesoura.

Conclusão:

Considerando a situação de extrema vulnerabilidade financeira da empresa, pela análise da tipologia, o banco agiu corretamente indeferindo o limite de crédito pretendido, pois neste caso a empresa apresenta capacidade de liquidez insuficiente e a inadimplência das operações é praticamente inevitável.

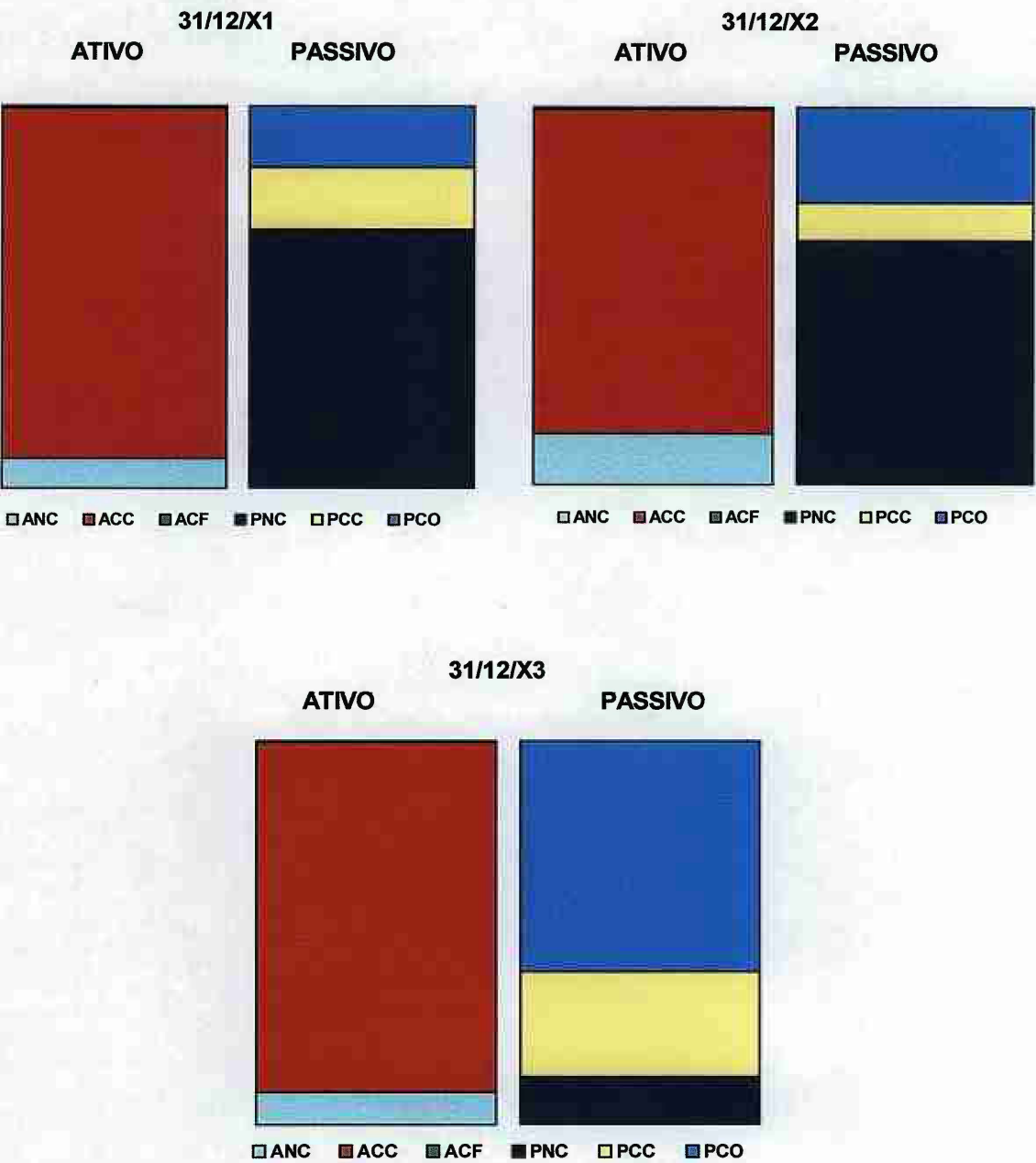
**RECLASSIFICAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA ANÁLISE DA TIPOLOGIA
EMPRESA "H"**

Descrição	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados	Vlrs. atualizados
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	28.901	29.005	17.504
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	4.309.587	3.793.695	3.688.455
Duplicatas a receber	1.382.476	1.183.979	1.029.979
Estoques	2.541.666	2.351.601	2.258.709
Outros ACC	385.445	258.115	399.767
Ativo Não Circulante (ANC)	363.777	593.086	339.589
TOTAL	4.702.265	4.415.786	4.045.548
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	734.358	1.086.358	2.373.185
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	750.826	433.725	1.083.320
Fornecedores	634.948	433.725	623.226
Outros PCC	115.878	0	460.094
Passivo Não Circulante (PNC)	3.097.048	2.762.778	490.933
TOTAL	4.582.232	4.282.861	3.947.438
Receitas de Vendas (ROB -DA)	12.883.116	10.068.880	6.422.361
IOG (NCG)	3.558.761	3.359.970	2.605.135
Autofinanciamento (AUT)	(197.143)	(17.155)	53.786
Lucro Líquido	(197.143)	(17.155)	53.786
Depreciação/Amortização	0	0	0
- Dividendos	0	0	0
Capital Circulante Líquido (CCL)	2.733.271	2.169.692	151.344
Saldo de Tesouraria (ST)	(705.457)	(1.057.353)	(2.355.681)
Porcentagem sobre as vendas:	%	%	%
IOG / (ROB-DA)	27,62	33,37	40,56
AUT / (ROB-DA)	(1,53)	(0,17)	0,84
CCL / (ROB-DA)	21,22	21,55	2,36
ST / (ROB-DA)	(5,48)	(10,50)	(36,68)
Crescimento das Vendas		(21,84)	(36,22)
Outros Indicadores:			
CCL / IOG (vezes)	0,77	0,65	0,06
ST / IOG (vezes)	(0,20)	(0,31)	(0,90)

TIPOLOGIA – EMPRESA “H”	
31/12/X1	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X2	TIPO: III
CCL < 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	
31/12/X3	TIPO: III
CCL > 0 e IOG > 0, Sendo CCL < IOG e T < 0 ST < CCL < IOG	

Fonte: BP e DRE reclassificados pelo Banco Didático.

GRÁFICOS ESTRUTURA PATRIMONIAL EMPRESA "H"

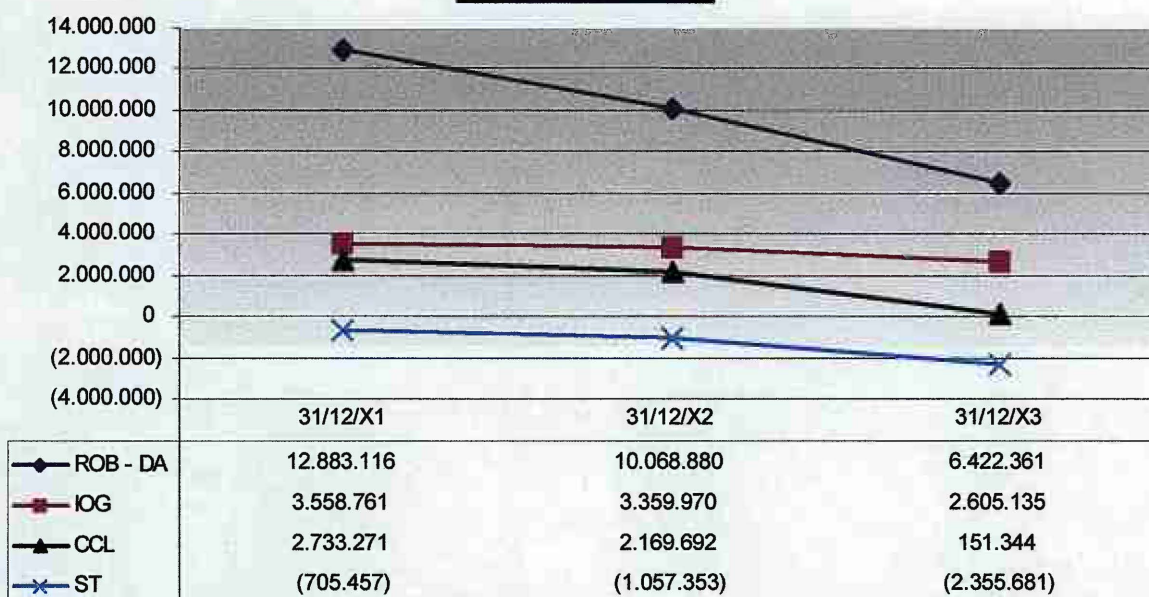


Fonte: Balanço Patrimonial Reclassificado da Empresa "H"

INDICES ECONÔMICOS FINANCEIROS EMPRESA "H"			
Descrição	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Participação de Capital de Terceiros	683,77	726,29	724,05
Composição das Exigibilidades	39,13	42,59	100,00
Imobilização do Patrimônio Líquido	52,34	71,95	56,10
Liquidez Geral	1,07	1,04	1,06
Liquidez Seca	1,01	0,89	0,41
Liquidez Corrente	2,70	2,31	1,04
Prazo Médio de Recebimento	35	41	56
Prazo Médio de Permanência dos Estoques	116	146	224
Prazo Médio de Compras	26	30	45
Ciclo Operacional	151	187	280
Ciclo Financeiro	125	157	235
Giro do Ativo	2,17	1,76	1,18
Rentabilidade das Vendas	(1,93)	(0,21)	1,07
Retorno Sobre Investimento Total	(9,36)	(4,83)	(1,57)
Retorno Sobre o Patrimônio Líquido	(32,86)	(3,02)	10,49
Endividamento Geral	87,24	87,90	87,86
Passivo Oneroso Sobre Ativo Total	68,72	75,07	58,66
Grau de Alavancagem Financeira	0,00	0,00	0,79

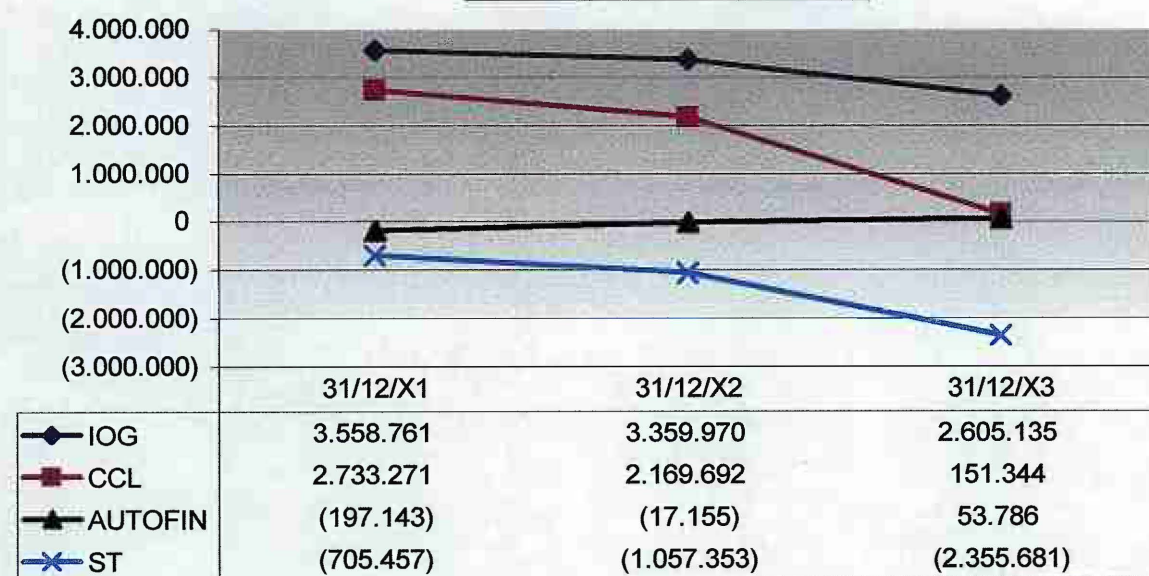
Fonte: índices calculados conforme a teoria no capítulo 2, utilizando-se os dados do BP e DRE.

Dinâmica do Giro

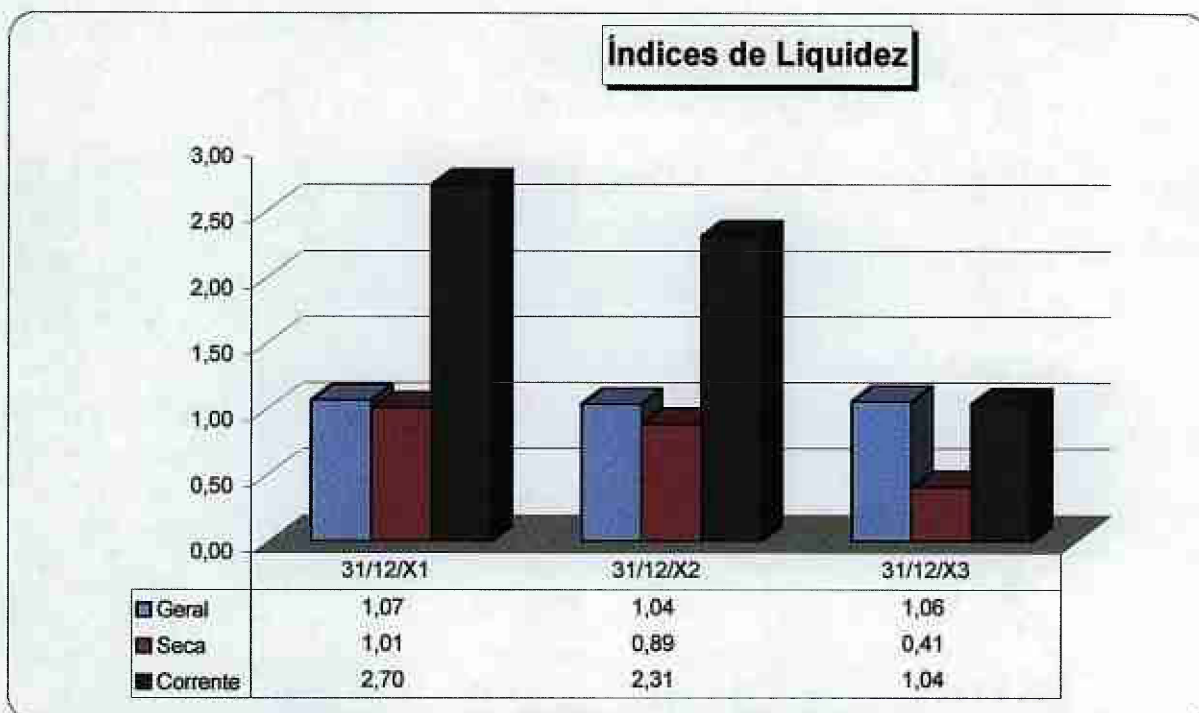


Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "H"

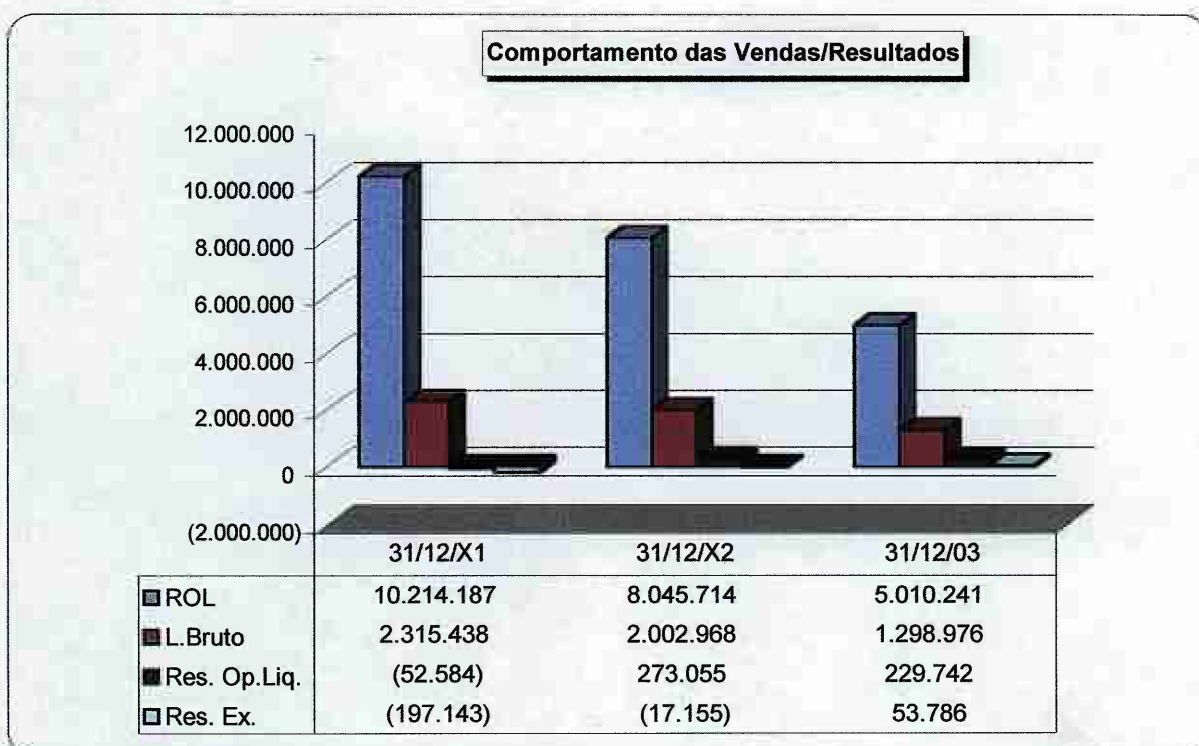
Autofinanciamento



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "H"

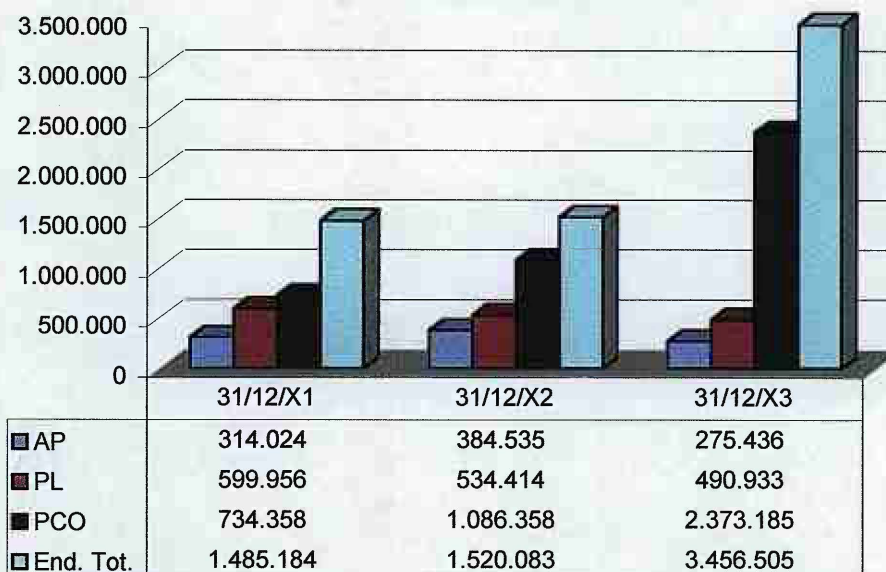


Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "H"



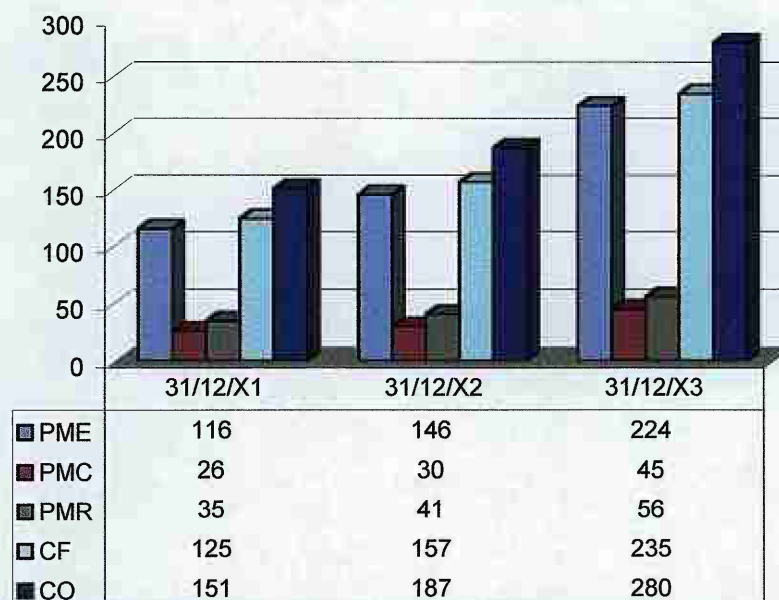
Fonte: Demonstração de Resultados da Empresa "H"

Estrutura Patrimonial



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "H"

Ciclo Financeiro/Operacional



Fonte: Balanços Patrimoniais e Demonstração de Resultados da Empresa "H"

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o Postulado da Continuidade, toda empresa é entendida como um organismo vivo, que continuará existindo por tempo indeterminado, até que aconteçam fatos que evidenciem o contrário.

Num sentido mais profundo toda empresa é constituída para produzir riqueza e gerar valor continuamente, sem interrupções.

A garantia da continuidade somente existirá se as atividades operacionais gerarem resultado, no mínimo, suficientes para cobrir os custos operacionais e remunerar os capitais dos acionistas. Desse modo, as estratégias, diretrizes, metas, planos e ações organizacionais devem orientar a otimização do lucro. O lucro, portanto, é a mais consistente medida de eficácia de uma organização constituída com fins lucrativos.

Aos bancos a responsabilidade por resultados positivos é muito grande, à medida que, na intermediação financeira, captam e emprestam o dinheiro da sociedade. Nesse sentido precisam garantir a segurança necessária aos recursos que lhes são confiados.

Além da função de intermediação financeira, os bancos têm o papel de fomentadores da economia. Nesse aspecto financiam a produção e aquisição de bens para a satisfação das necessidades dos consumidores.

No Brasil, após longo tempo de estagnação econômica, as ações do novo governo criaram a expectativa da retomada do crescimento da economia. A busca de crescimento econômico implica em financiamento para os investimentos das empresas. Nesse processo o mercado bancário tem papel fundamental.

Seguindo a tendência de retomada do crescimento econômico, o mercado bancário se prepara para ampliar a oferta de crédito, principalmente para operações de longo prazo.

Nesse contexto o Banco Didático está empenhado em reforçar a ênfase do crédito de longo prazo, que tem caráter fidelizador do cliente, porém sem descuidar do seu foco em operações de curto prazo com base em recebíveis.

O objetivo do banco é apoiar as ações governamentais, paralelamente ao incremento dos negócios com seus clientes que garantam rentabilidade. Para tanto o banco está trabalhando para a melhoria dos processos de crédito, com priorização nos seguintes pontos: direcionamento estratégico, revisão de normativos, maior disseminação da cultura de crédito, aprimoramento dos sistemas operacionais, gerenciamento e controle de riscos.

As ações definidas para a melhoria dos processos de deferimento de crédito, representam a continuidade de soluções implementadas, desde o início do Plano Real, para resolver as fragilidades do sistema e reduzir os riscos de inadimplência.

A crescente necessidade de conhecimento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, para a otimização do capital investido, está levando o banco a promover altos investimentos para implementação de sistemas que permitam a mensuração e gerenciamento desses riscos.

É possível perceber o resultado dessas ações no estudo de casos apresentados no tópico “4” – Resultado das Discussões. No início do período estudado percebe-se maior exposição do banco aos riscos de crédito. Já as

amostras avaliadas no final do período demonstram a minimização desses riscos em decorrência da melhoria das técnicas de análise de crédito.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PAIVA, Carlos Alberto de Carvalho. **Administração do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 1997, 81p.

SILVA, José Pereira da. **Análise e Decisão de Crédito**. São Paulo: Editora Atlas, 1993, 297 p.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. São Paulo: Editora Atlas, 2000, 398 p.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. São Paulo: Editora Atlas, 2001, 485 p.

ROCHA, Antonio Carlos. **Na Selva do Calote – Concedendo e Recuperando Créditos**. São Paulo: Editora Futura, 1997, 151 p.

SANTI FILHO, Armando de. **Avaliação de Risco de Crédito**. São Paulo: Editora Atlas, 1997, 195 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial - Um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2000, 430 p.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito – Concessão e Gerência de Empréstimo**. São Paulo-SP: Editora Atlas, 1998, 353 p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo-SP: Editora Saraiva, 1997, 475 p.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Manual de Contabilidade da Sociedade por Ações: aplicável às demais/FIPECAFI**. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2000, 508 p.

BLATT, Adriano. **Avaliação de Risco e Decisão de Crédito – Um Enfoque Prático**. São Paulo-SP: Editora Nobel, 1999, 233 p.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro – Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark Ltda, 2000, 519 p.

FLEURIET, Michel. **O Modelo Fleuriet – A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003, 169 p.

SANTOS, José Odílio dos. **Análise de Crédito – Empresas e Pessoas Físicas**. São Paulo: Editora Atlas, 2000, 185 p.

BANCO DO BRASIL. Curso Básico de Finanças – Rumo à Consultoria Financeira. Apostila, 1998, 213 p.

BANCO DO BRASIL. Curso sobre Qualidade do Crédito. Apostila, 1996.

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	10.347	0,86	8.701	1,27	22.168	3,18
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	10.347	0,86	8.701	1,27	22.168	3,18
Cientes	644.003	53,39	59.374	8,65	45.626	6,55
Estoques	157.178	13,03	327.569	47,72	223.167	32,04
Adiantamentos a Fornecedores	0		0		0	
Outros Valores Circulantes	18.434	1,53	5.984	0,87	9.215	1,32
Despesas Antecipadas	1.766	0,15	1.881	0,27	1.280	0,18
Impostos a Recuperar	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	821.381	68,10	394.808	57,51	279.288	40,10
ATIVO CIRCULANTE	831.728	68,96	403.509	58,78	301.456	43,28
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0		0		0	
Investimentos	0		0		0	
Imobilizado	374.444	31,04	282.966	41,22	395.012	56,72
Diferido	0		0		0	
ATIVO PERMANENTE	374.444	31,04	282.966	41,22	395.012	56,72
ATIVO NÃO CIRCULANTE	374.444	31,04	282.966	41,22	395.012	56,72
ATIVO TOTAL	1.206.172	100,00	686.475	100,00	696.468	100,00

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "A"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0					
Empréstimos/Financiamentos	14.033	1,16	49.602	7,23	12.000	1,72
Dividendos/Provisão para IR /Outros	59.438	4,93	699	0,10	525	0,08
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	73.471	6,09	50.301	7,33	12.525	1,80
Fornecedores	281.033	23,30	166.322	24,23	340.052	48,83
Salários/Encargos/Tributos	26.331	2,18	68.430	9,97	80.864	11,61
Outras Obrigações a Pagar	0		196.487	28,62	396.825	56,98
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	307.364	25,48	431.239	62,82	817.741	117,41
PASSIVO CIRCULANTE	380.835	31,57	481.540	70,15	830.266	119,21
Empréstimos/Financiamentos	0		0		0	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	465.511	38,59	513.786	74,84	592.566	85,08
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	465.511	38,59	513.786	74,84	592.566	85,08
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	556.896	46,17	556.896	81,12	556.896	79,96
Reservas	78.036	6,47	43.612	6,35	0	
Lucros/Prejuízos Acumulados	(255.189)	(21,16)	(907.525)	(132,20)	(1.281.849)	(184,05)
Deduções do Ativos	(19.918)	(1,65)	(1.836)	(0,27)	(1.411)	(0,20)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	359.825	29,83	(308.853)	(44,99)	(726.364)	(104,29)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	825.336	68,43	204.933	29,85	(133.798)	(19,21)
PASSIVO TOTAL	1.206.171	100,00	686.473	100,00	696.468	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "A"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados 31/12/X1	Var. %	Vlrs. atualizados 31/12/X2	Var. %	Vlrs. atualizados 31/12/X3	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.046.333	100,00	1.207.348	100,00	996.240	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	1.698.456	83,00	997.052	82,58	859.822	86,31
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	972.852	47,54	796.025	65,93	821.485	82,46
Lucro/Prejuízo Bruto	725.604	35,46	201.027	16,65	38.337	3,85
Despesas Comerciais	0		0		0	
Despesas Administrativas	(634.837)	-31,02	(733.835)	-60,78	(621.067)	-62,34
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	(241.084)	-11,78	(231.556)	-19,18	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(316.643)	-15,47	0		0	
Lucro/Prejuízo Operacional I	(466.960)	-22,82	(764.364)	-63,31	(582.730)	-58,49
Receitas Financeiras	426	0,02	150	0,01	222	0,02
Despesas Financeiras	(120.411)	-5,88	(68.650)	-5,69	(31.863)	-3,20
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(119.985)	-5,86	(68.500)	-5,67	(31.641)	-3,18
Ajuste na Correção da DRE	17.918	0,88	26.830	2,22	18.971	1,90
Lucro/Prejuízo Operacional II	(569.027)	-27,81	(806.034)	-66,76	(595.400)	-59,76
Receitas/Despesas não Operacionais	30.717	1,50	0		25.463	2,56
Lucro/Prejuízo Antes do IR	(538.310)	-26,31	(806.034)	-66,76	(569.937)	-57,21
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(538.310)	-26,31	(806.034)	-66,76	(569.937)	-57,21

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	10.347	8.701	22.168
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	821.381	394.808	279.288
Duplicatas a receber	644.003	59.374	45.626
Estoques	157.178	327.569	223.167
Outros ACC	20.200	7.865	10.495
Ativo Não Circulante (ANC)	374.444	282.966	395.012
TOTAL	1.206.172	686.474	696.468
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	73.471	50.301	12.525
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	307.364	431.239	817.741
Fornecedores	281.033	166.322	340.052
Outros PCC	26.331	264.917	477.689
Passivo Não Circulante (PNC)	825.336	204.933	(133.798)
TOTAL	1.206.172	686.474	696.468
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	831.728	403.509	301.456
ACF - Participação %	0,86	1,27	3,18
ACC - Participação %	68,10	57,51	40,10
AC - Participação %	68,96	58,78	43,28
ANC - Participação %	31,04	41,22	56,72
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	380.835	481.540	830.266
PCO - Participação %	6,09	7,33	1,80
PCC - Participação %	25,48	62,82	117,41
PC - Participação %	31,57	70,15	119,21
PNC - Participação %	68,43	29,85	(19,21)
PNC - PL	465.511	513.786	592.566
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	514.017	(36.431)	(538.453)
% em Relação à Receita	25,12	(3,02)	(54,05)
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	450.892	(78.033)	(528.810)
% em Relação à Receita	22,03	(6,46)	(53,08)
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(63.124)	(41.600)	9.643
% em Relação à Receita	(3,08)	(3,45)	0,97
Receitas de Vendas (ROB -DA)	2.046.333	1.207.348	996.240
Patrimônio Líquido	359.825	(308.853)	(726.364)
Lúcro Líquido do Exercício	(538.310)	(806.034)	(569.937)

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	300.508	3,42	113.360	1,13	16.086	0,11
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	300.508	3,42	113.360	1,13	16.086	0,11
Clientes	4.811.871	54,73	3.752.536	37,34	3.640.660	25,79
Estoques	0		0		0	
Adiantamentos a Fornecedores	54.017		140.805		551.011	
Outros Valores Circulantes	826.189	9,40	0		0	
Despesas Antecipadas	27.811	0,32	47.441	0,47	803.035	5,69
Impostos a Recuperar	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	5.719.888	65,06	3.940.782	39,21	4.994.706	35,38
ATIVO CIRCULANTE	6.020.396	68,48	4.054.142	40,34	5.010.792	35,49
Clientes	0		3.489.811	34,72	3.293.802	23,33
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	1.822.476	20,73	1.235.961	12,30	757.143	5,36
Impostos a Recuperar	0		386.678	3,85	382.617	2,71
Outros Valores a Receber	92.438	1,05	368.574	3,67	448.722	3,18
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.914.914	21,78	5.481.024	54,53	4.882.284	34,58
Investimentos	0		0		3.919.196	27,76
Imobilizado	856.667	9,74	515.541	5,13	306.311	2,17
Diferido	0		0		0	
ATIVO PERMANENTE	856.667	9,74	515.541	5,13	4.225.507	29,93
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.771.581	31,52	5.996.565	59,66	9.107.791	64,51
ATIVO TOTAL	8.791.977	100,00	10.050.707	100,00	14.118.583	100,00

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "B"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0					
Empréstimos/Financiamentos	1.336.370	15,20	1.788.295	17,79	1.868.000	13,23
Dividendos/Provisão para IR /Outros	403.185	4,59	22.947	0,23	82.788	0,59
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	1.739.555	19,79	1.811.242	18,02	1.950.788	13,82
Fornecedores	1.340.171	15,24	1.078.174	10,73	1.278.520	9,06
Salários/Encargos/Tributos	970.116	11,03	1.177.288	11,71	1.259.917	8,92
Outras Obrigações a Pagar	0		0		0	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	2.310.287	26,28	2.255.462	22,44	2.538.437	17,98
PASSIVO CIRCULANTE	4.049.842	46,06	4.066.704	40,46	4.489.225	31,80
Empréstimos/Financiamentos	97.921		352.712		279.000	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	989.728	11,26	1.243.537	12,37	1.387.189	9,83
Outras Obrigações a Longo Prazo	192.688		221.709		836.812	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.280.337	14,56	1.817.958	18,09	2.503.001	17,73
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	12.150.000	138,19	12.150.000	120,89	17.200.000	121,83
Reservas	3.424.778	38,95	2.571.365	25,58	1.489.932	
Lucros/Prejuízos Acumulados	(11.786.474)	(134,06)	(1.435.628)	(14,28)	(1.192.806)	(8,45)
Deduções do Ativos	(326.507)	(3,71)	(9.119.691)	(90,74)	(10.370.769)	(73,45)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.461.798	39,37	4.166.046	41,45	7.126.357	50,48
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.742.135	53,94	5.984.003	59,54	9.629.358	68,20
PASSIVO TOTAL	8.791.977	100,00	10.050.707	100,00	14.118.583	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "B"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	22.737.753	100,00	15.116.797	100,00	11.224.694	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	18.872.334	83,00	14.276.300	94,44	10.570.961	94,18
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	14.518.134	63,85	9.400.495	62,19	7.121.328	63,44
Lucro/Prejuízo Bruto	4.354.200	19,15	4.875.805	32,25	3.449.633	30,73
Despesas Comerciais	0		0		0	
Despesas Administrativas	(1.730.873)	-7,61	(1.981.677)	-13,11	(1.417.325)	-12,63
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	(300.969)	-1,32	(159.497)	-1,06	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.164.658)	-5,12	(974.204)	-6,44	(707.694)	-6,30
Lucro/Prejuízo Operacional I	1.157.700	5,09	1.760.427	11,65	1.324.614	11,80
Receitas Financeiras	125.920	0,55	226.526	1,50	223.151	1,99
Despesas Financeiras	(1.060.036)	-4,66	(1.499.230)	-9,92	(1.251.905)	-11,15
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(934.116)	-4,11	(1.272.705)	-8,42	(1.028.754)	-9,17
Ajuste na Correção da DRE	(2.220)	-0,01	(3.113)	-0,02	(2.853)	-0,03
Lucro/Prejuízo Operacional II	221.364	0,97	484.609	3,21	293.007	2,61
Receitas/Despesas não Operacionais	(169.514)	-0,75	(384.803)	-2,55	(215.622)	-1,92
Lucro/Prejuízo Antes do IR	51.850	0,23	99.806	0,66	77.385	0,69
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	51.850	0,23	99.806	0,66	77.385	0,69

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	300.508	113.360	16.086
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	5.719.888	3.940.782	4.994.706
Duplicatas a receber	4.811.871	3.752.536	3.640.660
Estoques	0	0	0
Outros ACC	908.017	188.246	1.354.046
Ativo Não Circulante (ANC)	2.771.581	5.996.565	9.107.791
TOTAL	8.791.977	10.050.706	14.118.583
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	1.739.555	1.811.242	1.950.788
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	2.310.287	2.255.462	2.538.437
Fornecedores	1.340.171	1.078.174	1.278.520
Outros PCC	970.116	1.177.288	1.259.917
Passivo Não Circulante (PNC)	4.742.135	5.984.003	9.629.358
TOTAL	8.791.978	10.050.708	14.118.583
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	6.020.396	4.054.142	5.010.792
ACF - Participação %	3,42	1,13	0,11
ACC - Participação %	65,06	39,21	35,38
AC - Participação %	68,48	40,34	35,49
ANC - Participação %	31,52	59,66	64,51
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	4.049.842	4.066.704	4.489.225
PCO - Participação %	19,79	18,02	13,82
PCC - Participação %	26,28	22,44	17,98
PC - Participação %	46,06	40,46	31,80
PNC - Participação %	53,94	59,54	68,20
PNC - PL	1.280.337	1.817.957	2.503.001
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	3.409.601	1.685.320	2.456.269
% em Relação à Receita	15,00	11,15	21,88
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	1.970.554	(12.562)	521.567
% em Relação à Receita	8,67	(0,08)	4,65
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(1.439.047)	(1.697.882)	(1.934.702)
% em Relação à Receita	(6,33)	(11,23)	(17,24)
Receitas de Vendas (ROB -DA)	22.737.753	15.116.797	11.224.694
Patriônio Líquido	3.461.798	4.166.046	7.126.357
Lúcro Líquido do Exercício	51.850	99.806	77.385

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	31.014	3,54	556	0,09	25.952	2,09
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	31.014	3,54	556	0,09	25.952	2,09
Cientes	571.609	65,21	147.687	24,79	714.813	57,47
Estoques	68.078		64.026		90.676	
Adiantamentos a Fornecedores	0		0		0	
Outros Valores Circulantes	0	0,00	6.344		61.222	
Despesas Antecipadas	11.105	1,27	10.185	1,71	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0		1.854	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	650.792	74,24	228.242	38,31	868.565	69,83
ATIVO CIRCULANTE	681.806	77,78	228.798	38,40	894.517	71,91
Cientes	0		0	0,00	0	0,00
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0	0,00	0	0,00
Outros Valores a Receber	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Investimentos	0		0		0	0,00
Imobilizado	194.810	22,22	367.043	61,60	349.337	28,09
Diferido	0		0		0	
ATIVO PERMANENTE	194.810	22,22	367.043	61,60	349.337	28,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE	194.810	22,22	367.043	61,60	349.337	28,09
ATIVO TOTAL	876.617	100,00	595.841	100,00	1.243.854	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "C"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0				513.000	
Empréstimos/Financiamentos	314.708	35,90	201.262	33,78	43.000	3,46
Dividendos/Provisão para IR /Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	314.708	35,90	201.262	33,78	556.000	44,70
Fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Salários/Encargos/Tributos	16.839	1,92	22.965	3,85	28.050	2,26
Adiantamentos de Clientes	0	0,00	0	0,00	1.100	0,09
Outras Obrigações a Pagar	659		635		0	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	17.498	2,00	23.600	3,96	29.150	2,34
PASSIVO CIRCULANTE	332.206	37,90	224.862	37,74	585.150	47,04
Empréstimos/Financiamentos	125.653		0		0	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Obrigações a Longo Prazo	0		0		0	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	125.653	14,33	0	0,00	0	0,00
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	110.000	12,55	110.000	18,46	110.000	8,84
Reservas	17.964	2,05	7.368	1,24	1.005	
Lucros/Prejuízos Acumulados	417.850	47,67	385.058	64,62	612.806	49,27
Deduções do Ativos	(127.056)	(14,49)	(131.447)	(22,06)	(65.107)	(5,23)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	418.759	47,77	370.979	62,26	658.704	52,96
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	544.412	62,10	370.979	62,26	658.704	52,96
PASSIVO TOTAL	876.617	100,00	595.841	100,00	1.243.854	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "C"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	5.260.315	100,00	8.001.796	100,00	11.301.643	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	5.222.821	99,29	7.924.288	99,03	11.218.805	99,27
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	4.642.337	88,25	6.345.316	79,30	9.065.449	80,21
Lucro/Prejuízo Bruto	580.484	11,04	1.578.972	19,73	2.153.356	19,05
Despesas Comerciais	0		0		0	
Despesas Administrativas	(274.138)	-5,21	(1.173.876)	-14,67	(1.636.800)	-14,48
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	0	0,00	0	0,00	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	0	0,00	0	0,00	(71.128)	-0,63
Lucro/Prejuízo Operacional I	306.346	5,82	405.096	5,06	445.428	3,94
Receitas Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Despesas Financeiras	(28.702)	-0,55	(212.131)	-2,65	(184.490)	-1,63
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(28.702)	-0,55	(212.132)	-2,65	(184.490)	-1,63
Ajuste na Correção da DRE	(11.385)	-0,22	(7.257)	-0,09	(9.735)	-0,09
Lucro/Prejuízo Operacional II	266.259	5,06	185.707	2,32	251.203	2,22
Receitas/Despesas não Operacionais	25.082	0,48	0	0,00	(2.078)	-0,02
Lucro/Prejuízo Antes do IR	291.341	5,54	185.707	2,32	249.125	2,20
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	291.341	5,54	185.707	2,32	249.125	2,20

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	31.014	556	25.952
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	650.792	228.242	868.565
Duplicatas a receber	571.609	147.687	714.813
Estoques	68.078	64.026	90.676
Outros ACC	11.105	16.529	63.076
Ativo Não Circulante (ANC)	194.810	367.043	349.337
TOTAL	876.616	595.840	1.243.854
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	314.708	201.262	556.000
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	17.498	23.600	28.050
Fornecedores	0	0	0
Outros PCC	17.498	23.600	28.050
Passivo Não Circulante (PNC)	544.412	370.979	658.704
TOTAL	876.619	595.842	1.242.754
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	681.806	228.798	894.517
ACF - Participação %	3,54	0,09	2,09
ACC - Participação %	74,24	38,31	69,83
AC - Participação %	77,78	38,40	71,91
ANC - Participação %	22,22	61,60	28,09
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	332.206	224.862	584.050
PCO - Participação %	35,90	33,78	44,74
PCC - Participação %	2,00	3,96	2,26
PC - Participação %	37,90	37,74	47,00
PNC - Participação %	62,10	62,26	53,00
PNC - PL	125.653	0	0
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	633.294	204.642	840.515
% em Relação à Receita	12,04	2,56	7,44
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	349.602	3.936	309.367
% em Relação à Receita	6,65	0,05	2,74
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(283.694)	(200.706)	(530.048)
% em Relação à Receita	(5,39)	(2,51)	(4,69)
Receitas de Vendas (ROB -DA)	5.260.315	8.001.796	11.301.643
Patrimônio Líquido	418.759	370.979	658.704
Lúcro Líquido do Exercício	291.341	185.707	249.125

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

EMPRESA "D"

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	605	0,09	239.201	9,11	398.575	4,88
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	605	0,09	239.201	9,11	398.575	4,88
Clientes	159.259	24,79	770.793	29,37	846.794	10,37
Estoques	69.040		97.777		127.232	
Adiantamentos a Fornecedores	0		0		57.791	
Outros Valores Circulantes	6.841	1,06	66.016		0	
Despesas Antecipadas	10.983	1,71	74.306	2,83	27.732	0,34
Impostos a Recuperar	0		1.999		1.994	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	246.123	38,31	1.010.891	38,52	1.061.543	13,00
ATIVO CIRCULANTE	246.728	38,40	1.250.092	47,63	1.460.118	17,88
Clientes	0		0	0,00	0	0,00
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0	0,00	0	0,00
Outros Valores a Receber	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Investimentos	0		7.557		360.000	4,41
Imobilizado	395.793	61,60	1.367.006	52,08	5.950.709	72,86
Diferido	0		0		396.844	
ATIVO PERMANENTE	395.793	61,60	1.374.563	52,37	6.707.553	82,12
ATIVO NÃO CIRCULANTE	395.793	61,60	1.374.563	52,37	6.707.553	82,12
ATIVO TOTAL	642.521	100,00	2.624.655	100,00	8.167.671	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "D"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0		553.175		614.421	
Empréstimos/Financiamentos	217.023	33,78	94.962	3,62	433.184	5,30
Dividendos/Provisão para IR /Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	217.023	33,78	648.137	24,69	1.047.605	12,83
Fornecedores	7	0,00	1	0,00	332.161	4,07
Salários/Encargos/Tributos	24.764	3,85	34.038	1,30	58.523	0,72
Adiantamentos de Clientes	0	0,00	1.186	0,05	0	0,00
Outras Obrigações a Pagar	684		334		2.035	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	25.455	3,96	35.559	1,35	392.719	4,81
PASSIVO CIRCULANTE	242.478	37,74	683.696	26,05	1.440.324	17,63
Empréstimos/Financiamentos	0		0		1.567.629	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Obrigações a Longo Prazo	0		0		214.800	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	0	0,00	1.782.429	21,82
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	110.010	17,12	1.133.504	43,19	3.981.360	48,75
Reservas	16.564	2,58	254.770	9,71	64.075	
Lucros/Prejuízos Acumulados	415.213	64,62	823.460	31,37	1.248.185	15,28
Deduções do Ativos	(141.741)	(22,06)	(270.776)	(10,32)	(348.702)	(4,27)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	400.043	62,26	1.940.958	73,95	4.944.918	60,54
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	400.044	62,26	1.940.958	73,95	6.727.347	82,37
PASSIVO TOTAL	642.521	100,00	2.624.654	100,00	8.167.671	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "D"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	8.657.012	100,00	12.340.036	100,00	15.399.544	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	8.570.187	99,00	12.237.658	99,17	15.260.656	99,10
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	6.862.511	79,27	9.804.355	79,45	12.461.816	80,92
Lucro/Prejuízo Bruto	1.707.676	19,73	2.433.303	19,72	2.798.840	18,17
Despesas Comerciais	0		0		0	
Despesas Administrativas	(1.269.556)	-14,67	(1.949.647)	-15,80	(2.226.679)	-14,46
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	0	0,00	0	0,00	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	0	0,00	10.764	0,09	149.246	0,97
Lucro/Prejuízo Operacional I	438.120	5,06	494.420	4,01	721.407	4,68
Receitas Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Despesas Financeiras	(229.422)	-2,65	(199.528)	-1,62	(216.621)	-1,41
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(229.422)	-2,65	(199.528)	-1,62	(216.621)	-1,41
Resultado da Correção Monetária	(8.442)		(12.361)		(18.570)	
Ajuste na Correção da DRE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucro/Prejuízo Operacional II	200.256	2,31	282.531	2,29	486.216	3,16
Receitas/Despesas não Operacionais	0	0,00	22.621	0,18	(17.555)	-0,11
Lucro/Prejuízo Antes do IR	200.256	2,31	305.152	2,47	468.661	3,04
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	200.256	2,31	305.152	2,47	468.661	3,04

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	605	239.201	398.575
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	246.123	1.010.891	1.061.543
Duplicatas a receber	159.259	770.793	846.794
Estoques	69.040	97.777	127.232
Outros ACC	17.824	142.321	87.517
Ativo Não Circulante (ANC)	395.793	1.374.563	6.707.553
TOTAL	642.521	2.624.654	8.167.671
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	217.023	648.137	1.047.605
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	25.455	34.373	392.719
Fornecedores	7	1	332.161
Outros PCC	25.448	34.372	60.558
Passivo Não Circulante (PNC)	400.044	1.940.958	6.727.347
TOTAL	642.523	2.623.469	8.167.671
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	246.728	1.250.092	1.460.118
ACF - Participação %	0,09	9,11	4,88
ACC - Participação %	38,31	38,52	13,00
AC - Participação %	38,40	47,63	17,88
ANC - Participação %	61,60	52,37	82,12
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	242.478	682.510	1.440.324
PCO - Participação %	33,78	24,71	12,83
PCC - Participação %	3,96	1,31	4,81
PC - Participação %	37,74	26,02	17,63
PNC - Participação %	62,26	73,98	82,37
PNC - PL	1	0	1.782.429
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	220.668	976.518	668.824
% em Relação à Receita	2,55	7,91	4,34
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	4.251	566.395	19.794
% em Relação à Receita	0,05	4,59	0,13
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(216.418)	(408.936)	(649.030)
% em Relação à Receita	(2,50)	(3,31)	(4,21)
Receitas de Vendas (ROB -DA)	8.657.012	12.340.036	15.399.544
Patrimônio Líquido	400.043	1.940.958	4.944.918
Lúcro Líquido do Exercício	200.256	305.152	468.661

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

EMPRESA "E"

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	26.334	0,56	4.825	0,12	79.240	2,00
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
ATIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	26.334	0,56	4.825	0,12	79.240	2,00
Clientes	132.438	2,84	141.534	3,45	153.720	3,88
Estoques	2.494.987		2.258.334		2.135.893	
Adiantamentos a Fornecedores	0		0		0	
Outros Valores Circulantes	157	0,00	0		0	
Despesas Antecipadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		143		0	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	2.627.582	56,37	2.400.011	58,42	2.289.613	57,86
ATIVO CIRCULANTE	2.653.916	56,93	2.404.836	58,54	2.368.853	59,86
Clientes	0		0	0,00	0	0,00
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0	0,00	0	0,00
Outros Valores a Receber	1.710.488	36,70	1.568.855	38,19	1.483.796	37,49
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.710.488	36,70	1.568.855	38,19	1.483.796	37,49
Investimentos	0		0		0	0,00
Imobilizado	296.952	6,37	134.385	3,27	104.700	2,65
Diferido	0		0			
ATIVO PERMANENTE	296.952	6,37	134.385	3,27	104.700	2,65
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.007.440	43,07	1.703.240	41,46	1.588.496	40,14
ATIVO TOTAL	4.661.356	100,00	4.108.076	100,00	3.957.349	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "E"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0		0		0	
Empréstimos/Financiamentos	129.111	2,77	31.720	0,77	48.000	1,21
Dividendos/Provisão para IR /Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	129.111	2,77	31.720	0,77	48.000	1,21
Fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Salários/Encargos/Tributos	114.251	2,45	170.442	4,15	221.739	5,60
Adiantamentos de Clientes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Obrigações a Pagar	36.023		0		3.800	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	150.274	3,22	170.442	4,15	225.539	5,70
PASSIVO CIRCULANTE	279.385	5,99	202.162	4,92	273.539	6,91
Empréstimos/Financiamentos	0		12.688		1.000	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Obrigações a Longo Prazo	0		0		0	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	12.688	0,31	1.000	0,03
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	3.533.000	75,79	3.533.000	86,00	3.533.000	89,28
Reservas	539.764	11,58	202.529	4,93	0	
Lucros/Prejuízos Acumulados	442.413	9,49	206.482	5,03	203.564	5,14
Deduções do Ativos	(133.206)	(2,86)	(48.785)	(1,19)	(53.754)	(1,36)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.381.971	94,01	3.893.226	94,77	3.682.810	93,06
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.381.972	94,01	3.905.914	95,08	3.683.810	93,09
PASSIVO TOTAL	4.661.356	100,00	4.108.076	100,00	3.957.349	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "E"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	3.454.670	100,00	1.258.456	100,00	570.794	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	3.311.301	95,85	1.167.321	92,76	548.636	96,12
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	2.334.451	67,57	791.919	62,93	358.157	62,75
Lucro/Prejuízo Bruto	976.850	28,28	375.402	29,83	190.479	33,37
Despesas Comerciais	0		0		0	
Despesas Administrativas	(513.719)	-14,87	(296.181)	-23,54	(145.595)	-25,51
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	0	0,00	0	0,00	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	34.710	1,00	6.689	0,53	(579)	-0,10
Lucro/Prejuízo Operacional I	497.841	14,41	85.910	6,83	44.305	7,76
Receitas Financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Despesas Financeiras	(171.239)	-4,96	(81.136)	-6,45	(33.100)	-5,80
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(171.239)	-4,96	(81.136)	-6,45	(33.100)	-5,80
Resultado da Correção Monetária	0		0		0	
Ajuste na Correção da DRE	0	0,00	(187)	-0,01	(309)	-0,05
Lucro/Prejuízo Operacional II	326.602	9,45	4.587	0,36	10.896	1,91
Receitas/Despesas não Operacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucro/Prejuízo Antes do IR	326.602	9,45	4.587	0,36	10.896	1,91
Provisão p/IR e Contr.Social	(113.380)	-3,28	(1.777)	-0,14	(2.613)	-0,46
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	213.222	6,17	2.810	0,22	8.283	1,45

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	26.334	4.825	79.240
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	2.627.582	2.400.011	2.289.613
Duplicatas a receber	132.438	141.534	153.720
Estoques	2.494.987	2.258.334	2.135.893
Outros ACC	157	143	0
Ativo Não Circulante (ANC)	2.007.440	1.703.240	1.588.496
TOTAL	4.661.356	4.108.075	3.957.349
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	129.111	31.720	48.000
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	150.274	170.442	225.539
Fornecedores	0	0	0
Outros PCC	150.274	170.442	225.539
Passivo Não Circulante (PNC)	4.381.972	3.905.914	3.683.810
TOTAL	4.661.358	4.108.077	3.957.349
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	2.653.916	2.404.836	2.368.853
ACF - Participação %	0,56	0,12	2,00
ACC - Participação %	56,37	58,42	57,86
AC - Participação %	56,93	58,54	59,86
ANC - Participação %	43,07	41,46	40,14
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	279.385	202.162	273.539
PCO - Participação %	2,77	0,77	1,21
PCC - Participação %	3,22	4,15	5,70
PC - Participação %	5,99	4,92	6,91
PNC - Participação %	94,01	95,08	93,09
PNC - PL	1	12.688	1.000
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	2.477.308	2.229.569	2.064.074
% em Relação à Receita	71,71	177,17	361,61
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	2.374.532	2.202.674	2.095.314
% em Relação à Receita	68,73	175,03	367,09
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(102.777)	(26.895)	31.240
% em Relação à Receita	(2,98)	(2,14)	5,47
Receitas de Vendas (ROB -DA)	3.454.670	1.258.456	570.794
Patrimônio Líquido	4.381.971	3.893.226	3.682.810
Lúcro Líquido do Exercício	213.222	2.810	8.283

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	243.445	24,72	15.633	0,92	121.383	9,30
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
	243.445	24,72	15.633	0,92	121.383	9,30
Clientes	245.033	24,88	768.088	45,03	407.885	31,27
Estoques	88.554		252.870		107.681	
Adiantamentos a Fornecedores	0		0		0	
Outros Valores Circulantes	1.679	0,17	0		0	
Despesas Antecipadas	0	0,00	2.467	0,14	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0		16.186	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	335.266	34,05	1.023.425	60,00	531.752	40,76
ATIVO CIRCULANTE	578.711	58,77	1.039.058	60,91	653.135	50,07
Clientes	0		0	0,00	0	0,00
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0	0,00	0	0,00
Outros Valores a Receber	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Investimentos	5.248		0		756	0,06
Imobilizado	400.796	40,70	666.748	39,09	650.647	49,88
Diferido	0		0			
ATIVO PERMANENTE	406.044	41,23	666.748	39,09	651.403	49,93
ATIVO NÃO CIRCULANTE	406.044	41,23	666.748	39,09	651.403	49,93
ATIVO TOTAL	984.755	100,00	1.705.806	100,00	1.304.538	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "F"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Virs. atualizados	Var. %	Virs. atualizados	Var. %	Virs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0		0		0	
Empréstimos/Financiamentos	28.283	2,87	47.972	2,81	24.090	1,85
Dividendos/Provisão para IR /Outros	19.902	2,02	0	0,00	29.200	2,24
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	48.185	4,89	47.972	2,81	53.290	4,08
Fornecedores	15.458	1,57	107.150	6,28	43.154	3,31
Salários/Encargos/Tributos	203.981	20,71	158.385	9,29	156.828	12,02
Adiantamentos de Clientes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Obrigações a Pagar	11.998		0		36.456	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	231.437	23,50	265.535	15,57	236.438	18,12
PASSIVO CIRCULANTE	279.622	28,40	313.507	18,38	289.728	22,21
Empréstimos/Financiamentos	19.503		30.528		0	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	0	0,00	0	0,00	44.535	3,41
Outras Obrigações a Longo Prazo	0		0		0	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	19.503	1,98	30.528	1,79	44.535	3,41
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		634.123		159.378	
Capital Social Realizado	500.000	50,77	705.000	41,33	705.000	54,04
Reservas	193.369	19,64	123.260	7,23	54.678	
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0,00	1.005	0,06	63.834	4,89
Deduções do Ativos	(7.739)	(0,79)	(101.617)	(5,96)	(12.615)	(0,97)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	685.630	69,62	727.648	42,66	810.897	62,16
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	705.134	71,61	1.392.299	81,62	1.014.810	77,79
PASSIVO TOTAL	984.755	100,00	1.705.806	100,00	1.304.538	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "F"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	2.715.472	100,00	2.898.364	100,00	3.681.941	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	2.578.888	94,97	2.713.664	93,63	3.515.974	95,49
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	2.019.543	74,37	2.260.460	77,99	3.623.659	98,42
Lucro/Prejuízo Bruto	559.345	20,60	453.204	15,64	(107.685)	-2,92
Despesas Comerciais	0		(10.679)		(17.431)	
Despesas Administrativas	(317.503)	-11,69	(414.216)	-14,29	(361.328)	-9,81
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	0	0,00	0	0,00	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	0	0,00	0	0,00	651.434	17,69
Lucro/Prejuízo Operacional I	241.842	8,91	28.309	0,98	164.990	4,48
Receitas Financeiras	6.987	0,26	0	0,00	0	0,00
Despesas Financeiras	(32.390)	-1,19	(12.574)	-0,43	(118.690)	-3,22
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(25.403)	-0,94	(12.574)	-0,43	(118.690)	-3,22
Resultado da Correção Monetária	0		0		0	
Ajuste na Correção da DRE	(11.312)	-0,42	(758)	-0,03	(4.592)	-0,12
Lucro/Prejuízo Operacional II	205.127	7,55	14.977	0,52	41.708	1,13
Receitas/Despesas não Operacionais	7.453	0,27	(733)	-0,03	44.578	1,21
Lucro/Prejuízo Antes do IR	212.580	7,83	14.244	0,49	86.286	2,34
Provisão para IR/Contr. Social	(11.999)		(14.579)		(23.376)	
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	200.581	7,39	(335)	-0,01	62.910	1,71

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	243.445	15.633	121.383
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	335.266	1.023.425	531.752
Duplicatas a receber	245.033	768.088	407.885
Estoques	88.554	252.870	107.681
Outros ACC	1.679	2.467	16.186
Ativo Não Circulante (ANC)	406.044	666.748	651.403
TOTAL	984.755	1.705.805	1.304.538
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	48.185	47.972	53.290
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	231.437	265.535	236.438
Fornecedores	15.458	107.150	43.154
Outros PCC	215.979	158.385	193.284
Passivo Não Circulante (PNC)	705.134	1.392.299	1.014.810
TOTAL	984.757	1.705.807	1.304.538
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	578.711	1.039.058	653.135
ACF - Participação %	24,72	0,92	9,30
ACC - Participação %	34,05	60,00	40,76
AC - Participação %	58,77	60,91	50,07
ANC - Participação %	41,23	39,09	49,93
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	279.622	313.507	289.728
PCO - Participação %	4,89	2,81	4,08
PCC - Participação %	23,50	15,57	18,12
PC - Participação %	28,40	18,38	22,21
PNC - Participação %	71,60	81,62	77,79
PNC - PL	19.504	664.651	203.913
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	103.829	757.890	295.314
% em Relação à Receita	3,82	26,15	8,02
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	299.090	725.551	363.407
% em Relação à Receita	11,01	25,03	9,87
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	195.260	(32.339)	68.093
% em Relação à Receita	7,19	(1,12)	1,85
Receitas de Vendas (ROB -DA)	2.715.472	2.898.364	3.681.941
Patrimônio Líquido	685.630	727.648	810.897
Lúcro Líquido do Exercício	200.581	(335)	62.910

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

EMPRESA "G"

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	24.856	1,43	114.257	4,72	57.016	0,93
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
	24.856	1,43	114.257	4,72	57.016	0,93
Clientes	46.658	2,68	1.034.003	42,68	2.187.781	35,72
Estoques	1.612.129		1.217.508		3.778.244	
Adiantamentos a Fornecedores	0		0		0	
Outros Valores Circulantes	23.754	1,37	27.041		0	
Despesas Antecipadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0		67.203	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	1.682.541	96,69	2.278.552	94,04	6.033.228	98,50
ATIVO CIRCULANTE	1.707.397	98,11	2.392.809	98,76	6.090.244	99,43
Clientes	0		0	0,00	0	0,00
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0	0,00	0	0,00
Outros Valores a Receber	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Investimentos	0		0		0	0,00
Imobilizado	32.810	1,89	30.094	1,24	34.637	0,57
Diferido	0		0			
ATIVO PERMANENTE	32.810	1,89	30.094	1,24	34.637	0,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.810	1,89	30.094	1,24	34.637	0,57
ATIVO TOTAL	1.740.207	100,00	2.422.903	100,00	6.124.881	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "G"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	58.838	3,38	256.769	10,60	1.078.016	17,60
Empréstimos/Financiamentos	0	0,00	61.209	2,53	79.548	1,30
Dividendos/Provisão para IR /Outros	0	0,00	5.458	0,23	0	0,00
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	58.838	3,38	323.436	13,35	1.157.564	18,90
Fornecedores	1.275.034	73,27	1.607.494	66,35	3.275.212	53,47
Salários/Encargos/Tributos	38.524	2,21	129.921	5,36	766.900	12,52
Adiantamentos de Clientes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Obrigações a Pagar	2.269		9.056		0	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	1.315.827	75,61	1.746.471	72,08	4.042.112	65,99
PASSIVO CIRCULANTE	1.374.665	78,99	2.069.907	85,43	5.199.676	84,89
Empréstimos/Financiamentos	0		0		0	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	0	0,00	7.279	0,30	0	0,00
Outras Obrigações a Longo Prazo	0		0		0	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	7.279	0,30	0	0,00
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	145.000	8,33	145.000	5,98	345.000	5,63
Reservas	22.153	1,27	8.312	0,34	0	
Lucros/Prejuízos Acumulados	199.833	11,48	224.385	9,26	845.094	13,80
Deduções do Ativos	(1.443)	(0,08)	(31.980)	(1,32)	(264.889)	(4,32)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	365.543	21,01	345.717	14,27	925.205	15,11
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	365.544	21,01	352.996	14,57	925.205	15,11
PASSIVO TOTAL	1.740.208	100,00	2.422.903	100,00	6.124.881	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "G"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	4.351.440	100,00	12.447.083	100,00	26.064.954	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	3.593.867	82,59	10.570.303	84,92	22.721.289	87,17
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	3.382.279	77,73	10.173.923	81,74	20.637.521	79,18
Lucro/Prejuízo Bruto	211.588	4,86	396.380	3,18	2.083.768	7,99
Despesas Comerciais	(40.454)		(47.900)		0	
Despesas Administrativas	(59.728)	-1,37	(167.998)	-1,35	(742.851)	-2,85
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	0	0,00	0	0,00	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.697)	-0,04	(2.830)	-0,02	0	0,00
Lucro/Prejuízo Operacional I	109.709	2,52	177.652	1,43	1.340.917	5,14
Receitas Financeiras	11.618	0,27	31.754	0,26	19.823	0,08
Despesas Financeiras	(13.088)	-0,30	(117.537)	-0,94	(439.213)	-1,69
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(1.470)	-0,03	(85.783)	-0,69	(419.390)	-1,61
Resultado da Correção Monetária	0		0		0	
Ajuste na Correção da DRE	(4.188)	-0,10	(3.555)	-0,03	(35.659)	-0,14
Lucro/Prejuízo Operacional II	104.051	2,39	88.314	0,71	885.868	3,40
Receitas/Despesas não Operacionais	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucro/Prejuízo Antes do IR	104.051	2,39	88.314	0,71	885.868	3,40
Provisão para IR/Contr. Social	0	0,00	(23.845)	-0,19	0	0,00
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	104.051	2,39	64.469	0,52	885.868	3,40

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	24.856	114.257	57.016
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	1.682.541	2.278.552	6.033.228
Duplicatas a receber	46.658	1.034.003	2.187.781
Estoques	1.612.129	1.217.508	3.778.244
Outros ACC	23.754	27.041	67.203
Ativo Não Circulante (ANC)	32.810	30.094	34.637
TOTAL	1.740.207	2.422.902	6.124.881
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	58.838	323.436	1.157.564
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	1.315.827	1.746.471	4.042.112
Fornecedores	1.275.034	1.607.494	3.275.212
Outros PCC	40.793	138.977	766.900
Passivo Não Circulante (PNC)	365.544	352.996	925.205
TOTAL	1.740.210	2.422.904	6.124.881
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	1.707.397	2.392.809	6.090.244
ACF - Participação %	1,43	4,72	0,93
ACC - Participação %	96,69	94,04	98,50
AC - Participação %	98,11	98,76	99,43
ANC - Participação %	1,89	1,24	0,57
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	1.374.665	2.069.907	5.199.676
PCO - Participação %	3,38	13,35	18,90
PCC - Participação %	75,61	72,08	65,99
PC - Participação %	78,99	85,43	84,89
PNC - Participação %	21,01	14,57	15,11
PNC - PL	1	7.279	0
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	366.714	532.081	1.991.116
% em Relação à Receita	8,43	4,27	7,64
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	332.734	322.902	890.568
% em Relação à Receita	7,65	2,59	3,42
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(33.982)	(209.179)	(1.100.548)
% em Relação à Receita	(0,78)	(1,68)	(4,22)
Receitas de Vendas (ROB -DA)	4.351.440	12.447.083	26.064.954
Patrimônio Líquido	365.543	345.717	925.205
Lúcro Líquido do Exercício	104.051	64.469	885.868

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (Valores em R\$ mil).						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Disponibilidades	28.901	0,61	29.005	0,66	17.504	0,43
Ouro/Títulos e Valores Mobiliários	0		0		0	
	28.901	0,61	29.005	0,66	17.504	0,43
Clientes	1.382.476	29,40	1.183.979	26,81	1.029.979	25,46
Estoque	2.541.666		2.351.601		2.258.709	
Adiantamentos a Fornecedores	126.148		133.011		143.682	
Outros Valores Circulantes	228.635	4,86	62.412		185.215	
Despesas Antecipadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Impostos a Recuperar	30.662		62.692		70.870	
ATIVO CIRCULANTE CÍCLICO	4.309.587	91,65	3.793.695	85,91	3.688.455	91,17
ATIVO CIRCULANTE	4.338.488	92,26	3.822.700	86,57	3.705.959	91,61
Clientes	0		0	0,00	0	0,00
Diretores/Ligadas/Grupo Empresarial	0	0,00	208.551	4,72	0	0,00
Impostos a Recuperar	0		0	0,00	0	0,00
Outros Valores a Receber	49.753	1,06	0	0,00	64.153	1,59
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	49.753	1,06	208.551	4,72	64.153	1,59
Investimentos	2.620		64.096		2.703	0,07
Imobilizado	262.049	5,57	273.068	6,18	228.682	5,65
Diferido	49.355		47.371		44.051	
ATIVO PERMANENTE	314.024	6,68	384.535	8,71	275.436	6,81
ATIVO NÃO CIRCULANTE	363.777	7,74	593.086	13,43	339.589	8,39
ATIVO TOTAL	4.702.265	100,00	4.415.786	100,00	4.045.548	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

EMPRESA "H"

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X2	
Duplicatas /Cambiais Descontadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Empréstimos/Financiamentos	279.286	5,94	442.350	10,02	340.974	8,43
Dividendos/Provisão para IR /Outros	455.072	9,68	644.008	14,58	2.032.211	50,23
PASSIVO CIRCULANTE FINANCEIRO	734.358	15,62	1.086.358	24,60	2.373.185	58,66
Fornecedores	634.948	13,50	433.725	9,82	623.226	15,41
Salários/Encargos/Tributos	45.516	0,97	0	0,00	460.094	11,37
Adiantamentos de Clientes	120.034	2,55	132.925	3,01	98.110	2,43
Outras Obrigações a Pagar	70.362		0		0	
PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO	870.860	18,52	566.650	12,83	1.181.430	29,20
PASSIVO CIRCULANTE	1.605.218	34,14	1.653.008	37,43	3.554.615	87,86
Empréstimos/Financiamentos	0		0		0	
Debêntures	0		0		0	
Impostos	2.497.091	53,10	2.228.364	50,46	0	0,00
Outras Obrigações a Longo Prazo	0		0		0	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.497.091	53,10	2.228.364	50,46	0	0,00
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		0		0	
Capital Social Realizado	400.000	8,51	400.000	9,06	400.000	9,89
Reservas	315.361	6,71	276.164	6,25	228.789	
Lucros/Prejuízos Acumulados	(93.080)	(1,98)	(105.136)	(2,38)	(43.984)	(1,09)
Deduções do Ativos	(22.325)	(0,47)	(36.614)	(0,83)	(93.872)	(2,32)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	599.956	12,76	534.414	12,10	490.933	12,14
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.097.048	65,86	2.762.778	62,57	490.933	12,14
PASSIVO TOTAL	4.702.265	100,00	4.415.786	100,00	4.045.548	100,00

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EMPRESA "H"

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Reais Mil)						
Descrição	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %	Vlrs. atualizados	Var. %
	31/12/X1		31/12/X2		31/12/X3	
Receita Operacional Bruta	12.883.116	100,00	10.068.880	100,00	6.422.361	100,00
Receita Líquida de Vendas ou Serviços	10.214.187	79,28	8.045.714	79,91	5.010.241	78,01
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	7.898.749	61,31	6.042.746	60,01	3.711.265	57,79
Lucro/Prejuízo Bruto	2.315.438	17,97	2.002.968	19,89	1.298.976	20,23
Despesas Comerciais	(523.022)		(288.800)		(294.850)	
Despesas Administrativas	(1.656.250)	-12,86	(1.441.113)	-14,31	(855.476)	-13,32
Despesas de Depreciação/Amortização/Exaustão	0	0,00	0	0,00	0	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(188.750)	-1,47	0	0,00	81.092	1,26
Lucro/Prejuízo Operacional I	(52.584)	-0,41	273.055	2,71	229.742	3,58
Receitas Financeiras	178.836	1,39	46.878	0,47	51.824	0,81
Despesas Financeiras	(576.255)	-4,47	(534.218)	-5,31	(342.293)	-5,33
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(397.419)	-3,08	(487.340)	-4,84	(290.469)	-4,52
Resultado da Correção Monetária	0		0		0	
Ajuste na Correção da DRE	9.809	0,08	854	0,01	(2.676)	-0,04
Lucro/Prejuízo Operacional II	(440.194)	-3,42	(213.431)	-2,12	(63.403)	-0,99
Receitas/Despesas não Operacionais	243.051	1,89	196.276	1,95	117.189	1,82
Lucro/Prejuízo Antes do IR	(197.143)	-1,53	(17.155)	-0,17	53.786	0,84
Provisão para IR/Contr.Social	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(197.143)	-1,53	(17.155)	-0,17	53.786	0,84

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwieser
 Macaia Esperança

ANÁLISE DE CAPITAL			
	31/12/X1	31/12/X2	31/12/X3
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	28.901	29.005	17.504
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	4.309.587	3.793.695	3.688.455
Duplicatas a receber	1.382.476	1.183.979	1.029.979
Estoques	2.541.666	2.351.601	2.258.709
Outros ACC	385.445	258.115	399.767
Ativo Não Circulante (ANC)	363.777	593.086	339.589
TOTAL	4.702.265	4.415.785	4.045.548
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	734.358	1.086.358	2.373.185
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	750.826	433.725	1.083.320
Fornecedores	634.948	433.725	623.226
Outros PCC	115.878	0	460.094
Passivo Não Circulante (PNC)	3.097.048	2.762.778	490.933
TOTAL	4.582.233	4.282.862	3.947.438
Ativo Circulante			
AC = ACC + ACF	4.338.488	3.822.700	3.705.959
ACF - Participação %	0,61	0,66	0,43
ACC - Participação %	91,65	85,91	91,17
AC - Participação %	92,26	86,57	91,61
ANC - Participação %	7,74	13,43	8,39
Passivo Circulante			
PC = PCC + PCO	1.485.184	1.520.083	3.456.505
PCO - Participação %	16,03	25,37	60,12
PCC - Participação %	16,39	10,13	27,44
PC - Participação %	32,41	35,49	87,56
PNC - Participação %	67,59	64,51	12,44
PNC - PL	2.497.092	2.228.364	0
Necessidade Capital de Giro			
IOG = ACC - PCC	3.558.761	3.359.970	2.605.135
% em Relação à Receita	27,62	33,37	40,56
Capital Circulante Cíquido			
CCL = PNC - ANC	2.733.271	2.169.692	151.344
% em Relação à Receita	21,22	21,55	2,36
Saldo de Tesouraria			
ST = ACF - PCO	(705.457)	(1.057.353)	(2.355.681)
% em Relação à Receita	(5,48)	(10,50)	(36,68)
Receitas de Vendas (ROB -DA)	12.883.116	10.068.880	6.422.361
Patriônio Líquido	599.956	534.414	490.933
Lúcro Líquido do Exercício	(197.143)	(17.155)	53.786

Elaborado por:
 Maria Aparecida Breitwischer
 Macaia Esperança